



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - N° 030 - SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Ilhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB/PP) - 20</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PSB - 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE

<p>José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Ofício nº 75/2009, de 18 do corrente)..... 05780

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR NEUTO DE CONTO – Considerações sobre as carências energéticas do País. Defesa da construção da hidrelétrica de Itapiranga, em Santa Catarina..... 05781

SENADOR GERSON CAMATA – Discordância com relação a atitude do Governador Sérgio Cabral de negativa de pouso dos aviões, que não os procedentes de São Paulo, no Aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro..... 05782

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Homenagem à cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, que completou 154 anos de existência, em 17 de março último. 05783

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Aplausos ao Ministério das Cidades pelo Plano de Regularização Fundiária que está sendo implantado no Estado de Mato Grosso. 05785

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Preocupação com a situação dos brasileiros que foram trabalhar no Japão. Comemoração pela sanção, pelo Presidente da República, de projeto de autoria de S. Ex^a, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação do *airbag* duplo em todos os automóveis produzidos no Brasil, inclusive naqueles automóveis importados..... 05787

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Justificação pela apresentação de projeto de lei complementar que dispõe sobre a regulamentação do art. 45 da Constituição Federal, de forma a assegurar a todos os Estados brasileiros uma justa representação na Câmara dos Deputados. Considerações sobre o aumento dos gastos do Governo Federal. 05791

SENADOR VALTER PEREIRA – Registro da audiência pública realizada na Comissão de Agricultura do Senado, na última terça-feira, que debateu a crise dos frigoríficos.....	05794
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – O excesso de leis no Brasil.	05797
SENADORA LÚCIA VÂNIA, como Líder – A difícil situação de municípios brasileiros devido à queda do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.	05799
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Esclarecimentos sobre as denúncias envolvendo a administração do Senado Federal.	05806
1.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 250, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, <i>solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa</i>	05818
Nº 251, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, <i>solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</i>	05818
Nº 252, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar, no período de 28 de março a 8 de abril do corrente</i>	05819
Nº 253, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros senhores senadores, <i>solicitando, em aditamento aos Requerimentos nºs 14, 15 e 16, de 2009, que seja estabelecida a data de 29 de abril próximo para a realização da sessão especial destinada a homenagear D. Hélder Câmara, no transcurso do seu centenário de nascimento</i>	05820
Nº 254, de 2009, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira e outros senhores senadores, <i>solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 28 de abril de 2009, destinada a homenagear os 50 anos da conquista do Campeonato Mundial de Basquete passado no Chile em 1959</i>	05821
Nº 255, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, <i>solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 304, de 2007, e 64, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs</i>	

<i>131, de 2007 e 78, de 2008, que já se encontram tramitando em conjunto.</i>	05823	<i>Nº 269, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando informações à Mesa Diretora.....</i>	05831
<i>Nº 256, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros senhores senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 31 de março de 2009, seja dedicado a comemorar os 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.....</i>	05823	1.2.4 – Comunicações da Presidência	
<i>Nº 257, de 2009, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira e outros senhores senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 14 de abril de 2009, destinada a homenagear os 40 anos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.....</i>	05825	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 25, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Renato Casagrande), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América.....	05834
<i>Nº 258, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, volte a ter tramitação autônoma.....</i>	05827	Registro que os números 62 e 63, de 2009, de Projetos de Decretos Legislativos não foram utilizados.....	05834
<i>Nº 259, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004, e do Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008, com o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 2003, 219, de 2005 e 353, de 2007.....</i>	05827	Recebimento do Ofício nº 135, de 2009, da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Guarulhos, manifestando-se sobre o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2007.....	05834
1.2.5 – Comunicações			
<i>Nº 260, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Said Samou Salomão.....</i>	05727	Do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunicando a eleição do Senador Geraldo Mesquita Júnior para Vice-Presidente daquela Comissão. (Ofício nº 20/2009, de 19 do corrente)	05834
<i>Nº 261, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vivaldina Bittencourt dos Santos.....</i>	05727	Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, solicitando seja o Deputado Paulo Pimenta, retirado da condição de membro suplente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (Ofício nº 122/2009, de 19 do corrente)	05834
1.2.6 – Pareceres			
<i>Nº 262, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário de comunicação Francisco Cunha Pereira Filho.....</i>	05828	<i>Nº 63, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 277, de 2008 (nº 989/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor Tiago Pereira Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009.....</i>	05835
<i>Nº 263, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Dom Giuliano Frigeni.....</i>	05829	<i>Nº 64, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008 (nº 6.046/05, na Casa de origem), do Deputado Gonzaga Patriota, que institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito. ..</i>	05838
<i>Nº 264, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao General Augusto Heleno.</i>	05829	<i>Nº 65, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem), do Deputado Enio Bacci, que cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.....</i>	05840
<i>Nº 265, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 75, de 2004. Deferido.</i>	05929		
<i>Nº 266, de 2009, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a desapensação dos Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 68, de 2006, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 43, de 2003, e 124, de 2004, por tratarem de matérias diversas.</i>	05830		
<i>Nº 267, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns e outros senhores senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Cunha Pereira.</i>	05830		
<i>Nº 268, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.....</i>	05830		

Nº 66, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008 (nº 1.485/07, na Casa de origem), do Deputado Gladson Cameli, que <i>denomina Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC – Maracanã Cameli</i> o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	05842
Nº 67, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/06, na Casa de origem), do Deputado Tarcísio Zimermann, que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.	05844
Nº 68, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que <i>autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia – UNIVALE, com sede no Município de Barra do Garças.</i>	05847
Nº 69, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio – Dia do Trabalho.	05851
Nº 70, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que <i>inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.</i>	05856
Nº 71, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>denomina Ponte Luís Carlos Prestes a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, quilômetro 270, nos Municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.</i>	05858
1.2.7 – Comunicações	
Do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a aprovação em caráter terminativo, dos Projetos de Lei do Senado nºs 107, 341, 103, de 2008 e 602, de 2007. (Ofícios nºs 3, 4, 5 e 6/2009, de 10 do corrente, respectivamente)....	05863
1.2.8 – Comunicações da Presidência	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 102, 112, 127 e 156, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente..	05864
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 602, de 2007; 103, 107 e 341, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.	05864

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, que <i>vincula as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, e ao Serviço Social do Comércio – SESC, atribuindo-lhes o recebimento das contribuições compulsórias calculadas sobre o montante da remuneração paga aos empregados.....</i>	05865
Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que <i>regulamenta a propaganda comercial na modalidade de mídia exterior.....</i>	05868
Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que <i>altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.</i>	05873
Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que <i>altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências..</i>	05882
Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que <i>autoriza o Poder Executivo a abrir linhas extraordinárias de crédito para empresas privadas, junto ao Sistema Financeiro Públco Federal e dá outras providências.....</i>	05885
1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 4, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador João Tenório, que <i>acrescenta o art. 159-A a Constituição Federal, para assegurar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.....</i>	05887
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008). Matéria não apreciada por falta de acordo de lideranças.	05889

1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Apoio ao projeto de reestruturação administrativa do Senado. Defesa do fim da verba indenizatória e redução da cota de passagens aéreas. Importância da retomada das obras da Feronorte.

05897

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Questionamento sobre novo leilão de energia eólica, a ser realizado pelo Governo.

05902

1.4.2 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 252, de 2009, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

05905

Requerimentos nºs 14, 15, 16, de 2009, lidos em sessões anteriores, e 253, de 2009, lido no Expediente da presente sessão, dos Senadores Inácio Arruda, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e outros senhores senadores, solicitando a realização de sessão especial em 29 de abril, destinada a homenagear Dom Helder Câmara, no transcurso de seu centenário de nascimento. **Aprovados**.....

05905

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Solicitação à Polícia Federal que investigue suposto complô contra S. Ex^a, confessado por golpista preso no Mato Grosso do Sul.

05905

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Críticas ao projeto do Ministério do Esporte de criação da “carteirinha do torcedor”.

05908

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Homenagem a memória do economista Celso Furtado, destacando os 50 anos de publicação da obra “Formação Econômica do Brasil”, de sua autoria.

05909

1.4.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR RENAN CALHEIROS – As dificuldades enfrentadas pelo setor leiteiro alagoense. Defesa da duplicação da rodovia BR-101 e da expansão das agências do INSS, em Alagoas.....

05914

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no dia 19-3-2009.

05915

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 30^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de março de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Mão Santa e Adelmir Santana

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encerra-se às 19 horas e 58 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 19/3/2009 07:31:39 até 19/3/2009 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	

Compareceram: 58 Senadores

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu solicitaria a V. Exª, se possível, que me inscrevesse para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª é o primeiro inscrito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança da Minoria, está inscrito o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem a palavra o Senador Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, estou encaminhando um requerimento, neste momento, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, de acordo com as tradições da Casa, para que se faça uma homenagem de falecimento ao Sr. Said Salomão, que foi um comerciante de meu Estado. Peço inserção em Ata de voto de profundo pesar e de apresentação de condolências à família, aos seus filhos, porque ele não tem mais esposa, e ao Estado de Roraima, pois Said Salomão foi um dos pilares da construção do nosso Estado. Ele e mais alguns libaneses e sírios começaram o comércio no meu Estado. Até 1975, quando fomos ligados por estrada a todo o Brasil, tudo chegava a Roraima por avião ou por barco. E Said Salomão era o que tinha a previdência de fazer grandes estoques de produtos para a gente

não passar dificuldade quando o rio secava muito. Foi também um dos grandes construtores em Boa Vista, e os filhos dele – Samu, Samário, Sander, Sumaya e Sâmara – continuam trabalhando em Roraima. A Sâmara é médica, e os outros são empresários, todos nas áreas de comércio e de construção.

Said Salomão viveu o tempo todo em Roraima, e é homem que cresceu sem fazer maracutaias. Tenho 61 anos e não sei de história que desabone sua formação moral. Por isso, considero o Sr. Said Salomão um dos pilares morais do meu Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será encaminhada a solicitação de V. Exª, Senador Augusto Botelho, na forma regimental.

Estão inscritos também, para fazer uma comunicação inadiável, em primeiro lugar, o Senador Gerson Camata, que a solicitou; em segundo lugar, o Senador Mão Santa, que está à Mesa conosco; e, em terceiro lugar, esta Senadora.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Srª Presidente, não entendi o revezamento. V. Exª poderia repetir?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mário Couto, li os nomes dos Senadores que estão inscritos para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas vai haver revezamento?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sim. V. Exª está inscrito para falar pela Liderança da Minoria. Faremos o revezamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Falará um orador inscrito, outro que fará uma comunicação inadiável, outro orador inscrito, outro orador que falará pela Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Exatamente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB N° 75/2009

Brasília, 18 de março de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação, como membro Suplente da Comissão de Constituição e Cidadania – CCJ, o Senador

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), em substituição ao Senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será feita a substituição solicitada.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Neuto De Conto, por cessão do Senador Gilvam Borges.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, frequentemente, ouvimos dizer que o Brasil é um País sem memória. Com efeito, não poucas vezes, esquecemos o que passou e, em decorrência, perdemos boas oportunidades de iluminar o presente e fazer projeções mais seguras para o futuro. Investimos tempo, energia, recursos materiais, capital político e diplomacia em longas discussões que, lamentavelmente, acabam não chegando a termo. Conquanto não se resolva nada a respeito do objeto da polêmica, dá-se por finda a análise, e encerram-se, quase na surdina, os trabalhos e as longas tratativas.

Para ilustrar, não faz muito tempo, uma questão crucial dominava todas as atenções e centralizava o debate político-econômico. Sobre ela pronunciavam-se trabalhadores e patrões, sindicatos e entidades de classe, governos e instituições da sociedade civil. No entanto, ainda que permaneça irresolvida, ainda que sua relevância não tenha sido desmentida, ela aparenta ter sido deslocada para uma posição marginal, de semiesquecimento, obscurecida pelos efeitos da crise financeira internacional.

Refiro-me, como as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já devem ter intuído, à questão energética. Ora, é certo que dois fatores contribuíram para amenizar um pouco a situação angulosa que vivenciávamos: primeiro, a inflexão da atividade econômica provocada pela crise; segundo, o bom índice pluviométrico do último período de chuvas, o qual resultou no restabelecimento dos índices de segurança dos reservatórios das hidrelétricas.

Todavia, devemos manter viva e acesa a discussão sobre as carências energéticas do País. Devemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, lutar pelos investimentos imprescindíveis para garantir o desenvolvimento econômico e social que, inevitavelmente, mais dia menos dia, advirá da superação da crise.

Permitam-me recitar o óbvio: investimentos em energia são requisitos básicos para que qualquer país cresça. E, embora tenha havido forte desaceleração da economia no último trimestre de 2008, conforme números divulgados no dia 9 de março, o Produto In-

terior Bruto (PIB) cresceu 5,1% no ano passado. Isso significa um aumento de consumo energético de 7,65%, o equivalente a mais de 36 mil gigawatts/hora.

Bem sei que a **performance** da economia neste ano de 2009 tende a um acentuado refluxo. Todavia, é de se esperar uma recuperação significativa, tão logo o instante mais agudo da desconfiança e pessimismo finde.

Por outro lado, uma verdade tem sido repetida como um mantra: o melhor remédio para a crise são os investimentos. Nesse sentido, torna-se duplamente produtiva a intenção de levar a cabo as obras de construção das hidrelétricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Ministro Edison Lobão caminha no rumo certo quando promete um incremento, nos próximos dez anos, correspondente a quase 50% do que atualmente é gerado de energia elétrica no País.

Essa é a vocação natural do Brasil quanto à sua matriz energética. Nenhum país do mundo concentra disposições tão benignas. Afinal, dispomos de cursos d'água apropriados em abundância, abastecidos por regimes pluviométricos elevados e contamos com topografia favorável, além, é claro, de já sermos detentores de um consistente **know-how** na área. Assim, não existe razão para deixarmos de investir em uma alternativa de produção de energia renovável e “limpa”.

Nesse quadro, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero referir-me ao projeto de construção da hidrelétrica de Itapiranga, localizada na bacia do rio Uruguai, na fronteira oeste do meu Estado, Santa Catarina, com o norte do Rio Grande do Sul. Ambos os Estados têm rico potencial energético, sobretudo hidrelétrico, e podem contribuir, em muito, para a capacidade de geração de energia do Brasil. Por outro lado, os benefícios provindos da construção da usina seriam importantes para toda a região, resultando em novos postos de trabalho; aumento na arrecadação de impostos; *royalties* para os Municípios; implementação de programas de desenvolvimento econômico; externalidades positivas para outros ramos da economia, como construção civil, serviços, turismo e indústria de construção civil.

Os Municípios afetados são os de Itapiranga, de Mondaí e de São João do Oeste, pertencentes a Santa Catarina, e de Caiçara, de Pinheirinho do Vale, de Vicente Dutra e de Vista Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Convém notar que a porcentagem da área afetada sobre a área total dos Municípios é ínfima, pouco passando de 2%. Para entes federativos pequenos, de base econômica predominantemente agropecuária, haveria muitíssimo a se beneficiar da construção da hidrelétrica em seus arredores.

Evidentemente, existem setores que se opõem à construção da hidrelétrica. É o caso dos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, dos produtores agrícolas dos Municípios circunvizinhos e também de ativistas ambientais. Em sua maior parte, a oposição se deve ao desconhecimento das características atuais dos grandes empreendimentos hidrelétricos. Nos dias que correm, a legislação ambiental é rigorosa; os reservatórios ocupam uma área muito menor; há uso intensivo de tecnologia para preservação ambiental; as indenizações pecuniárias costumam ser justas; e há grande cuidado com projetos sociais de apoio. Em regra, todos ganham: o País, o Estado, o Município e as populações locais.

Santa Catarina, por seu turno, necessita urgentemente de investimentos no setor elétrico, pois vinha crescendo, antes da tragédia natural que acometeu o Estado, a taxas mais altas do que a média nacional. Aliás, no contexto hodierno, de conjugação da crise financeira com o desastre provocado pelas chuvas, meu Estado carece mais do que nunca dos investimentos previstos no PAC, com relevo para aqueles recursos destinados à construção de hidrelétricas como as de Itapiranga e de Paiquerê, na vizinhança de Lages.

Foi isso o que disse o Governador Luiz Henrique, por ocasião da visita do Presidente Lula a Santa Catarina, em fevereiro deste ano. Ao lado da Senadora Ideli Salvatti, tive a honra de participar da solenidade de inauguração da linha submarina de transmissão de energia elétrica que integra Florianópolis ao Sistema Interligado Nacional, evento que contou com a presença da Ministra Dilma Rousseff; do Ministro Edison Lobão; do Presidente da Eletrosul, Eurides Mescolotto; do Prefeito da Capital, Dário Berger; além de diversas outras autoridades.

A hidrelétrica de Itapiranga, conforme vinha dissero, terá uma capacidade instalada de 725 **megawatts**. Para se ter uma dimensão da energia a ser produzida, basta dizer que será equivalente ao consumo médio de 2 milhões de lares. Noutros termos, corresponderá a 1/5 do que atualmente é consumido em meu Estado. Os investimentos previstos atingem a cifra de R\$2 bilhões, com 30% provindos de recursos próprios dos acionistas. Quanto à geração de emprego, estimam-se 2,5 mil vagas no pico das obras, além de três mil outros empregos indiretos. Os impostos constituem outra importante fonte de divisas, e a previsão é arrecadar R\$11 milhões somente em ISS durante quatro anos para os Municípios de Itapiranga e de Pinheirinho do Vale. Os **royalties** podem atingir R\$13 milhões ao longo de 30 anos, corrigidos anualmente, e serão distribuídos entre os Municípios e os dois Estados fronteiriços, e uma parte residual ficará para a

União. Em paralelo, a infraestrutura local de estradas e equipamentos comunitários será totalmente revitalizada, em claro benefício dos municípios.

Atualmente, já foi realizado o inventário hidroenergético e está na alça de mira a execução dos estudos de campo, o levantamento socioeconômico e os estudos de impacto ambiental. Trata-se, portanto, de uma fase bastante inicial, precedente ao leilão para aproveitamento hidrelétrico.

Tendo em vista a grande relevância da construção da hidrelétrica de Itapiranga, tanto no nível regional quanto no nacional, quero declarar meu incondicional apoio ao projeto. Pelas razões expostas, tomo a liberdade de também solicitar o apoio de V. Ex^{as}s. Importíssimo, ainda, é o trâmite das ações protocolares no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério de Minas e Energia. Oxalá o Governo Federal permaneça firme na intenção, por ele mesmo anunciada, de dar seguimento às obras infraestruturais do PAC, especialmente as de geração de energia!

Estão em jogo, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não apenas melhores condições de vida para milhares de famílias da região, mas, antes, uma importante etapa de consolidação da base, para que o Brasil volte a crescer, livre do fantasma quase onipresente do “apagão” elétrico.

Era o que tínhamos a registrar nesta data.

Agradecemos a V. Ex^{as}s a oportunidade e o tempo, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Neuto De Conto.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, orgulho-me muito de ser companheiro e de ter sido colega Senador, aqui, do Governador Sérgio Cabral. Trata-se de um excelente Governador. Está mudando a fisionomia e a história do Estado do Rio de Janeiro. Está enfrentando, com uma coragem temerária, o tráfico, os marginais e o crime organizado no Rio de Janeiro. Mas hoje vou discordar um pouco do meu amigo Governador Sérgio Cabral.

Recentemente, nós, da bancada do Espírito Santo e da bancada de Minas fomos ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, solicitar que voos procedentes de Belo Horizonte e de Vitória, tais quais os voos de São Paulo, pudessem aterrissar no Aeroporto Santos Dumont; e que também voos de Curitiba e de outros

locais pudessem aterrissar naquele fabuloso, histórico e caríssimo – na sua construção e na sua reforma – Aeroporto Santos Dumont.

Entretanto, o Governador reagiu de maneira violenta: disse que ia acabar com os impostos, ia interditar o aeroporto. E, segundo disse a imprensa – não acredito nisto –, porque ele tem interesse em privatizar o Aeroporto do Galeão. Não é verdade isso. Não acredito que um Governador vá impedir que um aeroporto funcione com o interesse de privatizar um outro aeroporto do mesmo Estado. Isso não é verdade.

Pois bem, agora, discordando do Governador, eu queria dizer que, primeiro, os paulistas têm direito de aterrissar no Santos Dumont – ponte aérea. O aeroporto, caríssimo, foi reformado recentemente e custou mais de R\$160 milhões, e o Governador diz que não pode pousar avião vindo de Vitória, de Belo Horizonte, de lugar nenhum; só os de São Paulo. Está errado. Imaginem se o Prefeito de Vitória disser: “Agora, avião de Curitiba não pousa mais; avião vindo da Bahia não pode pousar aqui!”.

Os aeroportos são nacionais. Eles foram construídos com recursos da população brasileira de todos os rincões do Brasil. Imaginem se um prefeito de esquerda assumir e disser: “Avião americano não pousa mais aqui em Guarulhos”. Depois, assume um de direita e diz: “Avião cubano não pode pousar mais aqui”. Não pode ser assim. O aeroporto é propriedade do povo brasileiro e, em nome do povo brasileiro, administrado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Isso é o que foi decidido aqui por lei que votamos no Congresso Nacional; e é isso o que o povo brasileiro quer.

O que acontece, a pretensão de Belo Horizonte, de Vitória, de Curitiba de pousar no Santos Dumont é, primeiro, porque o aeroporto é no centro do Rio. Aquelas que vão a negócios ao Rio preferem um aeroporto onde eles se locomovam e cheguem mais rapidamente aos destinos de suas viagens.

Há um outro problema sobre o qual várias pessoas do Espírito Santo têm reclamado comigo: a tal da Linha Vermelha. Para ir do Galeão ao Centro do Rio é necessário passar pela Linha Vermelha. Ali, há tiroteio todo dia; é uma temeridade. Marginais ocupam a área e, frequentemente, a polícia tem de ir ali desobstruir a pista. Inúmeras pessoas já morreram no local. É um perigo para quem tem de transitar naquela região passar pela tal da Linha Vermelha.

Esse também é um dos motivos pelos quais muitos empresários e turistas que vão de Vitória ao Rio desejam que o avião possa pousar no Aeroporto Santos Dumont. É claro que, para conexões internacionais, haverá voos de Vitória para o Aeroporto do Galeão; haverá voos de Vitória para o Aeroporto de

Guarulhos. Mas há voos de Vitória, de Belo Horizonte e de Curitiba para Congonhas, como pretendemos que haja voos também de Belo Horizonte e de Vitória para o Aeroporto Santos Dumont.

Eu queria deixar aqui um apelo ao Governador, conforme lei votada por ele nesta Casa, quando era Senador e convivia conosco, para que deixe que os aeroportos sejam administrados pela Agência Nacional de Aviação Civil. Isso é melhor para o Brasil, é melhor para o Rio de Janeiro e é melhor para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Gerson Camata, pela sua fala, mas, especialmente, pelo rigor com que cumpriu o tempo na tribuna.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares, por ordem de inscrição, por permuta com o Senador Marcelo Crivella.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, este discurso será feito em homenagem à cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, que aniversariou na última terça-feira, 17 de março.

Consolidando-se como um importante e gracioso centro turístico, Aracaju, capital do meu querido Estado de Sergipe, acaba de aniversariar, completando mais de um século e meio de idade. Fundada em 17 de março de 1855, completou, há dois dias, 154 anos de existência.

Quem conhece Aracaju, quem já visitou Aracaju e quem lá reside sabe que não preciso me alongar aqui procurando destacar as virtudes e as belezas da capital de todos os sergipanos; sabe que não é necessário chamar a atenção sobre uma cidade hospitaleira, um povo acolhedor, ecologicamente embalado pelo rio Sergipe, pelo oceano Atlântico e que vem chamando seguidamente a atenção do Brasil pelo seu alto nível de qualidade de vida. Uma das nossas belezas, o litoral sergipano, merece destaque, já que ele, de maneira geral, projeta-se em relação aos demais no Nordeste brasileiro, por possuir características peculiares, como ausência de recifes e pedras, além da presença de estuários e a foz de vários rios que desembocam no mar, transformando em espetáculo único o encontro das águas.

Desenhada no papel e construída a partir da prancheta para ser a capital do Estado, Aracaju foi concebida no formato de um tabuleiro de xadrez, a partir da colina do Santo Antônio, derramando-se em direção ao rio Sergipe e, em poucas décadas, tornou-se, já em 1911, o maior centro urbano e industrial do Estado de Sergipe.

Em 17 de março de 1855, pela Lei nº 413, o antigo e modesto povoado de Santo Antônio de Aracaju foi elevado à categoria de cidade com o nome de Aracaju, para ela mudando-se a Capital da Província de Sergipe, que era em São Cristóvão, no Governo de Ignácio Joaquim Barbosa. Estávamos em meados do século XIX.

A concepção urbana original de Aracaju era brilhante por sua simplicidade: quarteirões geometricamente iguais foram traçados, dando uma impressão de harmonia que até hoje perdura no centro histórico da nossa cidade, como se fosse um tabuleiro de xadrez, de ruas geometricamente arrumadas, que desembocam, de conjunto, no rio Sergipe. O ponto de partida para o crescimento da cidade foi a atual praça Fausto Cardoso, que, por sinal, está sendo reformada na administração do Prefeito Edvaldo Nogueira. Mesmo hoje, é muito evidente o quanto aquele desenho original marcou nossa cidade com um DNA muito especial e muito peculiar.

Instalada em uma região pantanosa e de mangues, a fundação da nova capital teve como uma das primeiras vítimas o próprio Governador – na época, chamado de Presidente, na figura de Ignácio Barbosa –, que não resistiu às doenças e à insalubridade do local. Audaciosa obra de engenharia do Brasil Império, o plano de construção de Aracaju desafiou sua época, já que a cidade foi implantada em uma área de charcos, cheias de pântanos. Com muito menos meios técnicos e científicos que hoje, o engenheiro Sebastião Pirro e sua equipe de especialistas conseguiram a proeza de criar a capital Aracaju praticamente do nada – só existia aquele pequeno povoado na Colina do Santo Antônio.

Houve vanguardismo na concepção da nossa Aracaju. As cidades da época costumavam adaptar-se rigidamente às condições topográficas. Aracaju fugiu dessa rigidez, não se adaptou à irregularidade da região nem ao ambiente hostil. Por isso, mesmo com a inauguração da nossa cidade, também foi inaugurada uma tendência geométrica na construção de várias outras cidades, a exemplo de Goiânia.

Aracaju só surgiu como uma ideia viável na década de 50 do século XIX, quando os canaviais produtivos do vale do rio Cotinguba precisavam de um porto para escoar o açúcar e havia um certo crescimento econômico da região, crescimento que exigia uma cidade mais bem estruturada do que a velha capital de São Cristóvão, fundada em 1590 e que tem o mérito de ter sido a quarta cidade inaugurada no nosso País.

Nas primeiras décadas, muita gente não acreditava que o povoado de Aracaju fosse sobreviver, nem que chegasse a funcionar como capital, e muito menos

imaginariam que – sobretudo depois da década de 60, com a vinda da Petrobras – Aracaju fosse tornar-se a metrópole moderna que é.

Portanto, Aracaju foi uma obra avançada, foi um ato de teimosia e de ousadia, ousadia técnica e política: não esqueçamos que houve muita resistência dos poderes instalados na velha capital de São Cristóvão, uma cidade histórica, uma das cidades mais belas do nosso País. E Aracaju foi, acima de tudo, um testemunho da capacidade empreendedora do nosso povo.

Um dos aspectos mais interessantes e mais cativantes da nossa Aracaju está, precisamente, na sua capacidade de se tornar metrópole sem abandonar o seu jeito de província, seu jeito de cidade pequena, de povo que leva uma vida simples. Com toda a violência e devastação urbana que, lamentavelmente, cresce por todos os lados do nosso País, a verdade é que Aracaju tem chamado a atenção por conseguir preservar esse ar de “cidade do interior”, quando, na verdade, todos nós sabemos que é uma grande cidade, com seus quase um milhão de habitantes.

A Região Metropolitana de Aracaju, criada pela Lei Complementar Estadual nº 25, de 29 de dezembro de 1995, é composta pelos Municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, tendo como sede o Município de Aracaju. Essa região metropolitana possui aproximadamente 760 mil habitantes e continua crescendo com as levas de famílias que chegam do campo para a cidade. Nós podemos incluir também, na região metropolitana, as cidades de Itaporanga d'Ajuda, de Laranjeiras e de Santo Amaro. Se o fizéssemos, a população urbana aracajuana cresceria muito mais do que essa população a que me referi anteriormente.

Se considerarmos que a Região Nordeste é a segunda mais populosa do Brasil, contanto com mais de 53 milhões de habitantes, a população de Sergipe, com quase dois milhões de habitantes, representando quase 4% da população nordestina, tem muito do que se orgulhar com relação à capital do seu Estado, seja por sua história tão original, quanto pelos níveis de urbanização, progresso e qualidade de vida que tem alcançado. Não conseguiu superar a pobreza nem a miséria, tarefa que não é exclusiva do nosso Estado e, mais ainda, de um País cuja tradição secular tem convivido com a modernidade e a industrialização, e, por isso mesmo, a pobreza se coloca – disso temos consciência – como o mais grave e mais atual dos nossos desafios como brasileiros.

Finalizando, Srª Presidente, quero saudar o bravo povo de Aracaju por ocasião do seu aniversário, que ocorreu na última terça-feira, dia 17. Quero saudar a festa de aniversário da capital do meu Estado, que já

tive a honra de governar por quatro anos; quero saudar o Prefeito Edvaldo Nogueira e, também, o Governador Marcelo Deda, os Deputados, a Assembléia Legislativa, os Vereadores de Aracaju, e todos aqueles que não poderei citar neste pronunciamento, mas com os quais me sinto irmão nessa data magna de nossa querida Aracaju.

Esta é a singela homenagem que quero registrar no aniversário do meu querido “cajueiro dos papagaios”, nossa Aracaju, esse torrão abençoado que viverá sempre no meu coração, como diria nosso poeta Vilhermando Orico.

Era o que eu tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Passo a Presidência ao Sr. Senador Mão Santa e vou usar da palavra.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para saudar uma importante decisão do Presidente Lula que vem beneficiar a população do meu Estado de Mato Grosso. Trata-se do convênio agora assinado no âmbito do Ministério das Cidades e que, em breve, será implementado e vai, finalmente, regularizar a situação de mais de 50 mil títulos de propriedade em áreas urbanas de Mato Grosso.

É um investimento social da maior importância, que acontece num momento em que é grande a inquietude entre os moradores de cidades como a nossa capital, Cuiabá, com relação à segurança de sua moradia.

O projeto está sendo tocado pelo Ministério das Cidades, que estabeleceu parceria – Ministério que tem o nosso Ministro Márcio, o nosso Ministro-adjunto Rodrigo, nosso mato-grossense – com o Instituto de Terras de Mato Grosso e vai atuar conjuntamente com as Prefeituras dos mais diversos Municípios para buscar resolver, de vez por todas, essa situação, que é muito antiga e até dramática.

O caos fundiário é um daqueles problemas que há muitos e muitos anos prejudicam a vida das famílias mato-grossenses. Diversos governos têm-se sucedido, tanto no plano federal quanto estadual, sem que essa situação seja resolvida.

Há poucos dias, por iniciativa da Liderança do PT na Câmara de Cuiabá, onde pontifica o nosso combativo Vereador companheiro Lúdio Cabral, moradores do bairros da região do Vale Gumitá, em Cuiabá, lotaram

o plenário daquela Casa para debater o processo de transferência, iniciado pela Prefeitura de Cuiabá, das famílias que habitam áreas próximas ao córrego Gumitá. O projeto foi apresentado pela presidente do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento Urbano do Município, IPDU, Srª Adriana Bussiki.

Nosso companheiro Lúdio Cabral tem-nos mantido informados, como Vereador da capital, desse problema, que é grave.

Questionamentos existem quanto ao processo de remoção da população que vive no entorno do córrego Gumitá. Entre as preocupações elencadas pelos moradores está a falta de informações sobre quem será removido, quando e como isso ocorrerá, e para onde serão levados. Entre os relatos, o caso de moradores e comerciantes da área, que têm escrituras e títulos definitivos dos imóveis, além de outras situações que buscam indenização.

“Ficou combinado que seria discutido sobre o detalhamento das indenizações, pois as situações dos moradores são diversas.”. Essas são palavras do Sr. Admar Valentim. “Nós queremos que cada caso seja avaliado de modo justo e separadamente”, reivindicou Admar Valentim, que é o presidente do Novo Horizonte, com uma longa tradição de atuação no movimento comunitário.

Essa situação de conflito que se observa nos bairros em torno do córrego do Gumitá, em Cuiabá, certamente será um dos muitos conflitos que serão atacados no processo de regularização fundiária, a partir de uma decisão corajosa, como eu já disse, e muito oportuna do nosso Presidente Lula, ao atacar de frente e com decisão o desafio da regularização fundiária nas metrópoles brasileiras e, agora, também no nosso Estado de Mato Grosso.

O Governo Lula, através do Ministério das Cidades, está realmente promovendo esse processo de urbanização, que sempre marcou a vida de nossas cidades e que sempre foi excludente e predatório.

Como Deputada Estadual, em Cuiabá, acompanhei de perto a formação de bairros como o Renascer, o Doutor Fábio, o Três Barras, o Primeiro de Março e tantos e tantos outros, onde o povo teve de se mobilizar, em mutirão, para garantir o seu pedacinho de chão, a sua casa, o abrigo de sua família.

As nossas cidades nunca foram planejadas para garantir moradia digna e condizente para a maioria de nosso povo. Para ter uma casa para morar, foi preciso que o povo se organizasse e fosse à luta, rompendo com os limites do planejamento imposto, muitas vezes, por governantes insensíveis. Foi por isso que, ao lado do então Deputado Wilson Santos, hoje Prefeito de Cuiabá, eu, quando atuava como Deputada Estadual,

e ele também, muitas vezes, varamos noites e madrugadas, nos bairros da periferia cuiabana, em vigília para garantir a casa e a habitação destas famílias. Foi uma posse conquistada com muita luta, uma luta que demonstrava para os governantes insensíveis que o nosso povo tem que ser tratado com respeito e ter seu direito constitucional à moradia respeitada.

Sim, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a triste verdade é que as cidades no Brasil nunca foram planejadas para os mais despossuídos, para os pobres, de forma a assegurar-lhes condições dignas de vida. Se hoje o povo está na cidade, se hoje o povo está nas favelas, se hoje o povo se abriga corajosamente nas periferias, isto é resultado de uma resistência heróica.

Antes do Governo Lula não houve quem atentasse para esse desequilíbrio evidente que existe em nossos grandes centros urbanos, que é a divisão entre os bairros dos ricos e os bairros dos pobres. Entre os bairros privilegiados com urbanização, saneamento, asfaltamento, modernos corredores para a circulação de veículos e uma rica infraestrutura e aqueles bairros onde as casas se equilibram nas encostas dos morros, nas beiras das valas e o povo pobre vai vivendo mais pela graça de Deus do que pela proteção dos governantes.

O Governo Lula está aí enfrentando esta realidade e esse projeto de regularizar, ainda neste primeiro semestre, nada menos que 50 mil propriedades em áreas urbanas de Mato Grosso, se constituem em mais uma etapa dessa virada histórica, promovida pelo Governo Lula, garantindo vez e voz para os setores mais empobrecidos da população.

Destaco a gestão do Presidente Lula nessa questão primordial da garantia da infraestrutura urbana para a maioria de nosso povo, porque recursos existiram, em outras épocas, para se fazer a urbanização, para se construir as casas populares, para se canalizar os esgotos. Nos anos 70, por exemplo, quando o nosso País estava submetido à violência da ditadura militar, mas se propagandeava um Brasil que ia pra frente, foi criado o Banco Nacional de Habitação (o extinto BNH), que teve milhões à sua disposição para investir nas cidades – e que, como costuma indagar a sempre atenta arquiteta e urbanista Raquel Rolnik: “Que cidades foram essas que a ditadura militar produziu? Foi nos anos 80 que explodiu a favelização no Brasil. Foi nos anos 80 que nossos pobres e os filhos dos pobres foram alojados em grotões próximos à violência, que se multiplicaram pelos quatro cantos do País.”

Hoje, com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Lula não tem se esquecido da importância de fazer da implantação da

infra-estrutura urbana um fator de melhoria na qualidade de vida daquelas populações atingidas pela exclusão social, de forma que possam ser integradas a formas de convivência dignas e salutares. Eu me emociono muito ao falar dessas conquistas, Sr. Presidente, porque é uma luta na qual já estou há mais de vinte anos, junto com os moradores das periferias de Cuiabá, de Várzea Grande e de todo o meu Mato Grosso.

Fica aqui, portanto, o meu aplauso ao Ministério das Cidades, e os meus parabéns aos cidadãos e cidadãs que serão beneficiados por esse Plano de Regularização Fundiária, que está sendo agora implementado em Mato Grosso.

Gostaria de, finalizando, fazer um apelo direto ao Prefeito Wilson Santos – fomos colegas de mandato como Deputados –, no que se refere à reacomodação das famílias que residem em torno do córrego Gumiá.

Tenho certeza, Sr. Prefeito Wilson Santos, que o senhor está atento, e que o senhor vai estar muito atento mesmo, para que essas famílias não sofram prejuízos ao serem deslocadas de suas moradias atuais para – realmente, muitas correm riscos por viverem muito à beira de alguns córregos, especialmente na época das chuvas. A audiência pública, organizada pelo companheiro do PT, teve como desfecho a formação de uma comissão permanente paritária, composta pelos representantes dos moradores e da prefeitura, que precisa ser instituída por decreto do Poder Executivo, para conduzir todo o processo de transferências das famílias. O Sr. Secretário, uma pessoa digna que eu admiro pelo seu trato com a população, pela sua forma de fazer a articulação dentro do poder estabelecido para com a população, que é o Secretário Osvaldo Sobrinho, assumiu o compromisso de conduzir junto ao Prefeito a publicação do ato. Meu apelo é para que o Prefeito Wilson Santos faça este decreto já, instituindo essa comissão paritária, e assegurando àqueles milhares de moradores e moradoras que as suas dificuldades serão finalmente superadas.

Prefeito Wilson Santos, eu sei que o senhor não vai vacilar!

A comissão, pelo que ficou combinado, será formada pelos representantes dos bairros Centro América, Tancredo Neves, Novo Mato Grosso, Vila Rosa, Novo Horizonte, Planalto, Três Lagoas e das Secretarias de Habitação, IPDU, Governo, Infraestrutura, Procuradoria do Meio Ambiente, Câmara de Vereadores, com convite estendido também ao Ministério Público. Foi também negociada a suspensão temporária das transferências das famílias até o início dos trabalhos da comissão.

Não se pode aceitar que famílias que vivem em casas bem maiores, com seus quintais e suas benfeitorias construídas ao longo de mais de dez anos, como é o caso da grande maioria, sejam transferidas de supetão para residências de apenas 32 metros quadrados de área construída.

Tenho certeza de que o Prefeito Wilson Santos e as autoridades da Caixa Econômica Federal haverão de rever esses critérios.

O importante também é manter aquela comunidade unida. Nada de transferir um para um lado da cidade; o outro, para outro lado, rompendo com uma convivência comunitária que já se estende por tantos e tantos anos.

O meu apelo, portanto, é no sentido de que o Prefeito Wilson Santos olhe com carinho esse problema.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento da Senadora Serys Sihessarenko, mostrando suas preocupações com relação ao problema da habitação popular no seu Estado, convidamos, para usar da palavra, o Senador Eduardo Azeredo, por cessão do Senador Tasso Jereissati.

Eduardo Azeredo é Senador pelo PSDB, cuja linha política simboliza o período exitoso de Juscelino Kubitschek de Oliveira. O pai de V. Ex^a, Renato Azevedo, talvez tenha gozado da mais intensa intimidade com o nosso Presidente Juscelino.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mário Couto. S. Ex^a falará como Líder da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a está sempre lembrando a importância de Juscelino Kubitschek para este País. Juscelino foi um homem que soube enxergar, soube olhar para o futuro, soube preparar o Brasil para que pudesse melhorar a vida da sua população.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos lido notícias da situação que se estabeleceu entre os dekasseguis – como são chamados os brasileiros de origem nipônica que vivem no Japão – em função da crise econômica e financeira mundial.

Após anos trabalhando e ajudando a movimentar uma das maiores economias do mundo, os dekasseguis estão voltando ao Brasil. Vítimas dos problemas financeiros internacionais, eles estão perdendo os empregos, as casas e até sendo obrigados a tirar os filhos da escola.

Segundo matérias que têm sido publicadas, temos 317 mil brasileiros instalados no Japão, e cerca de 15%, ou seja, por volta de 50 mil brasileiros terão

de retornar. Os números foram levantados pela Associação Brasil Fureai, criada com o intuito, justamente, de ajudar os dekasseguis.

Em meio a isso tudo, foi com certo alento que recebi recentemente correspondência enviada pelo Embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanouchi, relatando as medidas que vêm sendo tomadas pelo governo japonês para apoiar os estrangeiros residentes naquele país. Medidas essas que serão adotadas em três áreas prioritárias: educação, emprego e habitação, além do auxílio no retorno ao país de origem e a pronta divulgação de informações sobre a situação dos estrangeiros.

No tocante à educação, o governo japonês pretende facilitar o ingresso em escolas públicas dos alunos com dificuldades para ingressar em escola para estrangeiros. Também pretende criar creches que vão abrigar as crianças enquanto os pais trabalham.

O Governo do Japão, conforme anunciou o Primeiro-Ministro Taro Aso, vai dar apoio aos estrangeiros na busca de novos empregos e na manutenção dos postos ocupados. Outro objetivo é incrementar o treinamento dos estrangeiros por meio de cursos profissionalizantes.

No que diz respeito à habitação, a intenção é aproveitar o sistema público de aluguel de moradias para assegurar a estabilidade aos estrangeiros que perderam o emprego. Isto porque muitos dekasseguis moram em residências oferecidas pelas empresas onde trabalham, o que é muito normal no Japão, e como consequência da perda do emprego há, também, a perda da moradia – perde o emprego, perde a casa.

Sr. Presidente Mão Santa, segundo ainda o Embaixador Shimanouchi, o Japão também vai contribuir para a estabilização do sistema financeiro internacional por meio de ações que podem ser seguidas por outros países – na verdade já está contribuindo. O objetivo é duplicar o valor do financiamento total dos países membros do FMI para apoiar os países emergentes. Imediatamente, o Japão vai injetar cerca de US\$100 bilhões no Fundo.

Preocupado com os países emergentes e reconhecendo a importância dessas nações para a economia mundial, é intenção do governo japonês reformar o sistema financeiro internacional de forma a ampliar a presença dos países emergentes nos fóruns e organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o próprio FMI. Além disto, o Japão está disposto a compartilhar a sua experiência no manejo de crises, adquirida na recessão que enfrentou nos anos 90.

Por que eu digo que essas medidas são um alento? Obviamente, o Japão é uma das maiores economias do mundo e quaisquer problemas enfrentados

lá terão reflexos importantes nos demais países. Mas o alento vem em função, sobretudo, da preocupação com os brasileiros que vivem naquele país. Ainda no ano passado, comemoramos 100 anos da imigração japonesa. Mas depois nós tivemos o movimento inverso de brasileiros indo para o Japão. São 317 mil brasileiros que, trabalhando no Japão, ajudam suas famílias no Brasil, fazendo circular a nossa economia.

Nessas horas é importante também ressaltar medidas que o Poder Público do Brasil pode tomar em favor dos imigrantes brasileiros. Falo do apoio às atividades consulares, ampliando o atendimento aos cidadãos que vivem no exterior. Sob esse aspecto, seria ainda essencial a aprovação do projeto que institui a eleição dos representantes dos imigrantes para vagas no Congresso Nacional. É o chamado "voto estrangeiro", projeto do Senador Cristovam Buarque, do qual sou Relator. Esse projeto está na pauta deste plenário, Presidente Mão Santa, para a votação. Temos só que esperar que essas, eu diria, malditas medidas provisórias deem tempo e possamos votar coisas como essa, um projeto para que tenhamos representantes eleitos pelas comunidades brasileiras no exterior que as representem aqui no Brasil. São 317 mil brasileiros que estão no Japão. É muito válido que, a exemplo de outros países como a Itália, tenhamos aqui deputados eleitos por eles lá para representá-los no Brasil.

É de suma importância que os imigrantes que agora retornam ao Brasil tenham aqui chances de trabalho e emprego. Para isso, é preciso que o Governo Federal cumpra o que diz o Presidente Lula, ou seja, não deixar que a crise afete em maiores proporções a economia brasileira.

Os tempos são difíceis. Não estamos, definitivamente, falando da tal "marolinha". Mas, para que o vento forte não se transforme em furacão, é necessário atitude. É urgente ser proativo, fazendo investimentos em setores potencialmente geradores de emprego, como infraestrutura, saneamento, habitação.

E aí me refiro, Sr. Presidente, a assuntos que aconteçam realmente. Senador Mário Couto, refiro-me aqui a obras que saiam do papel, porque é muito fácil pegar uma obra que já estava prevista e jogá-la no PAC. Depois ela fica lá. Quer dizer, engorda os números, aumenta as estatísticas, mas a ação, efetivamente, está muito lenta na infraestrutura, no saneamento, na habitação. Mais do que nunca o PAC tem de sair do papel.

As Parcerias PÚBLICO-Privadas, as PPPs, também aprovadas por nós há tanto tempo, e outras formas inteligentes de se angariar investimentos têm de sair do papel. É preciso que o Governo aja mais, tenha melhor gestão, não fique apenas no discurso, no discurso, no

discurso. Repito aqui o que tenho dito desde que assumi a minha vaga no Senado, cumprindo o meu papel de oposição programática e responsável: o Governo precisa agir, agora mais do que nunca. É importante que possamos acompanhar essa crise financeira internacional com ações efetivas; ações aqui dentro do País; ações que façam com que possamos enfrentar uma realidade que está aí.

Por outro lado, não é razoável que o Brasil deixe os seus filhos em comunidades como a do Japão, como as comunidades brasileiras que vivem nos Estados Unidos, em Boston, na Flórida, sem um atendimento, um apoio maior. É preciso que os consulados tenham mais condições de atender esses brasileiros, esses milhares de brasileiros que foram tentar a sorte em outros países. Calcula-se cerca de 3 milhões de brasileiros morando fora do país, o que é um número até bem razoável, não é exagerado se formos comparar com outros países. Hoje, por exemplo, aprovamos a Embaixadora para a Armênia e ela dizia que o país tem 4 milhões e mais 7 milhões fora do país. Quer dizer, tem mais gente fora do que dentro do País. Não é o caso nosso. Nós temos 190 milhões aqui e três milhões fora, mas é uma parcela significativa que precisa do apoio do Governo. E assim também, na Comissão de Relações Exteriores, nós aprovamos hoje um requerimento de minha autoria, convidando o Embaixador Oto Maia, que é o responsável pelos consulados, para que ele venha aqui ao Senado, à Comissão de Relações Exteriores, explicar que tipo de apoio o Brasil está dando aos brasileiros no exterior, quais são as providências que estão sendo tomadas, a exemplo desta carta do Embaixador do Japão no Brasil. Quer dizer, o Japão está se preocupando com os brasileiros que estão lá, nós temos que nos preocupar com os brasileiros que estão lá. Isso, portanto, exige uma ação imediata para que a busca de soluções realmente se faça.

E eu aproveito também aqui, Senador Mão Santa, a presença do Senador Geraldo Mesquita, para saudar a eleição de S. Ex^a como Vice-Presidente da Comissão, da qual eu sou Presidente. Eu tenho certeza de que a sua experiência, o seu bom senso vão fazer com que nós possamos ter um bom encaminhamento naquela Comissão. Fiquei muito feliz de poder tê-lo ao meu lado.

Termino, ainda, Presidente, falando de um outro assunto que também me trouxe alento. De vez em quando a gente tem alento. Há algumas coisas que são desagradáveis, que nos preocupam, mas há alguns alentos, e o alento que eu tive hoje, além dessas informações referentes às ações do Japão para com os brasileiros que lá moram, vem da sanção pelo Presidente da República de um projeto de minha autoria,

apresentado em 2004. É um projeto que vai salvar muitas vidas, sim, vai salvar vidas no Brasil, porque é um projeto que obriga a colocação por fábrica do *airbag* duplo em todos os automóveis produzidos no Brasil, inclusive naqueles automóveis importados.

Dentro de um ano, todos os modelos que forem oriundos de novos projetos já deverão sair de fábrica com *airbag* duplo. E, em quatro anos, todos os modelos fabricados, mesmo aqueles de projetos antigos, como a Kombi e como o Uno, terão também que ter **airbag**. Eu não tenho a menor dúvida, está provado pelo mundo afora que esse é um acessório fundamental, que vai trazer economia de recursos financeiros, mas, principalmente, vai salvar vidas.

O Presidente sancionou o projeto hoje, sem vetos. O projeto foi aprovado aqui no Senado, foi para a Câmara, percorreu toda essa via-crúcis, que é necessária para aprovar um projeto de autoria parlamentar. Veja bem que de vez em quando a gente consegue furar o bloqueio das MPs e consegue aprovar algum projeto de iniciativa popular.

Eu ouço com muita honra o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O prazer é meu, Senador Eduardo Azeredo, por aparteá-lo, até para lembrar que, quando se instituiu a obrigatoriedade do cinto de segurança, também o chororô foi o mesmo, que iria implicar maiores despesas no custo do veículo etc., mas a providência se mostrou extremamente necessária, como a gente percebe hoje. A sua iniciativa de tornar obrigatório o uso do *airbag* nos carros, em qualquer carro, equivale a uma providência como aquela que foi tomada há tanto tempo no País e que, certamente, sem a menor sombra de dúvida, salvou milhares de vidas no nosso País. Então, é motivo de todo o País parabenizar V. Ex^a pela lembrança, pela iniciativa do projeto, que, como disse V. Ex^a, conseguiu furar o bloqueio das MPs, ser aprovado e sancionado pelo Presidente da República. Outra providência relatada por V. Ex^a hoje, no seu pronunciamento, é a preocupação, o cuidado que devemos ter com os brasileiros que vivem no exterior. Até parece, Senador, que, quando as pessoas se mudam para lá, trabalhando, ganhando dinheiro e mandando-o para cá, inclusive, não há mais por que ter obrigações com elas. Temos sim. Temos obrigações com esse povo. São milhões de pessoas que estão aí, mundo afora. E em boa hora V. Ex^a está aqui convidando autoridades para que possamos discutir a situação dessas pessoas, o que pode ser feito, a interlocução que possamos fazer com os países, para que elas recebam lá o mesmo tratamento que qualquer brasileiro tem aqui, no território nacional. Por último, agradeço

a confiança de V. Ex^a na parceria hoje. Como V. Ex^a relatou, fui eleito, pela generosidade dos membros da Comissão, principalmente a sua, Vice-Presidente dessa importante Comissão. Quero dizer aqui, de público, que fiz a opção, escolhi participar da Comissão de Relações Exteriores, em detrimento de outras de que poderia participar, mas queria concentrar-me nesse tema, que acho de fundamental importância. Participo, como V. Ex^a, do Parlamento do Mercosul. Nos últimos dois anos, estivemos juntos, também, na Comissão de Relações Exteriores. Acho essa Comissão extremamente importante. As honrarias decorrentes do cargo transfiro todas para o meu Partido, que me indicou para o cargo, e me reservo o direito de exercer apenas as atribuições, as responsabilidades que me caberão. E, quanto às atribuições, destaco duas das mais importantes, a meu ver: a descrição ali, secundando V. Ex^a, e a disponibilidade. Estou à sua inteira disposição, para, naquilo que estiver ao meu alcance e for possível, ajudá-lo a conduzir os trabalhos daquela importante Comissão. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Nós dois temos também em comum o fato de nos orgulharmos muito da herança política que recebemos de nossos pais.

Tenho certeza de que a sua atuação vai ajudar muito naquela Comissão, que tem crescido de importância, sim, porque o Brasil – tenho repetido sempre isso –, especialmente a partir da volta da democracia plena em 1985 e da estabilidade econômica em 1994, virou um País que tem condições de crescimento e que, com isso, começa a crescer dentro do concerto das Nações. É um País mais respeitado e que tem de ocupar esses espaços importantes.

Assim, também quero dizer, ainda voltando à questão do *airbag*, que é evidente que ele não é o único instrumento. V. Ex^a lembrou bem: já tivemos a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança no passado. Outros dizem assim: “Mas, além do *airbag*, tem de ter o ABS, o freio”. Sim, tem de ter. Tem de ter as barras de proteção nas laterais e sobre o carro, isso tudo. A Fórmula 1 é um grande laboratório da área automobilística, e vão surgindo acessórios, mas não dá para conseguir aprovar tudo de uma vez; então, vamos aos poucos.

O *airbag* será mais barato agora, será viável, sim. Hoje ele é importado, mas agora passará a ser fabricado no Brasil. Só com o fato de ser fabricado no Brasil, já se barateia o custo. Hoje ele equipa cerca de 300 mil carros dos três milhões que são produzidos. Vamos, por exemplo, multiplicar por dez a produção; vai haver

novos empregos e investimentos, aqui no Brasil, para as novas fábricas. Então, são outros resultados.

É um subproduto da lei, também, a criação de empregos nessa área importante, que é a da segurança automobilística.

Senador Mão Santa, agradeço a paciência de V. Ex^a. Estou aguardando a sua presença na Comissão de Relações Exteriores. Queremos que V. Ex^a volte para a Comissão. O Senador Geraldo Mesquita e eu gostaríamos muito da sua presença lá novamente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a trazer hoje, em respeito aos eleitores de Minas Gerais e do Brasil, que nos colocaram aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a representa, com muito brilho, a grandeza da história de Minas, desde Joaquim José Xavier, passando por Olegário Maciel, por Benedito Valadares, por Juscelino, por Tancredo e pelo grande Renato Azeredo. É como Geraldo Mesquita ali.

Iria buscar a confirmação de minhas palavras no Livro de Deus, que diz que a árvore boa dá bons frutos. Este é o grandioso Senado da República, que tem os frutos de Renato Azeredo e de Geraldo Mesquita. E Geraldo Mesquita Júnior é um dos homens de maior firmeza que conheço no Brasil.

Tenho 66 anos e faço política desde o período universitário na UNE. Olhe a firmeza. Isso é para o Brasil olhar. Somos nós que fazemos o Senado da República. Este Senado da República é um dos melhores da história da República brasileira e do mundo.

Geraldo Mesquita Júnior é uma pessoa que, no momento em que todo mundo tem vaidade e busca posição, diretoria ou chefia, renunciou com grandeza à Presidência da Comissão do Parlamento da América do Sul, para dar, com esse gesto, um despertar ao Governo da República, que não estava atendendo aos apelos dele, de audiência. Aí o Mercadante tomou posse. Mas esse desprendimento é o mesmo da firmeza com que ele está a cada dia aqui, dando grandeza a este Plenário e a este Congresso.

Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, prezado amigo e irmão, Senador Mão Santa. Obrigado pelas palavras elogiosas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito aqui pela ordem. Eu já tinha anunciado o Mário Couto. O Flexa Ribeiro... Eu já tinha anunciado o Mário Couto.

Hoje, o Flexa Ribeiro está muito calado. Não quer, parece, falar. E V. Ex^a está inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Um do Pará e outro do Acre, não é isso? Para não concentrar muito os poderes ali no Pará, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim. Já usou a palavra pela ordem? V. Ex^a está inscrito aqui, eu o chamarei logo e, em seguida, o Pará.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, que hoje está muito calado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, estou me espelhando em V. Ex^a. Não identifiquei se V. Ex^a estava fazendo um aparte ao Senador Azeredo ou um pronunciamento, por isso estou aqui aguardando que me seja concedida a palavra pela ordem, até para parabenizar o Senador Geraldo Mesquita, que foi eleito hoje Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Tenho absoluta certeza de que, com sua competência e experiência, V. Ex^a, um Senador que muito honra o Estado do Acre, vai ajudar o nosso Presidente, Senador Eduardo Azeredo, no encaminhamento das missões dessa importante Comissão do Senado Federal.

Quero aproveitar, Senador Mão Santa, se V. Ex^a me permite, com a aqüiescência do nobre Senador Mário Couto, para dar as boas-vindas aqui ao nosso Deputado Ítalo Mácola. Ele é companheiro nosso, Deputado Estadual pelo PSDB no Estado do Pará.

E aqui, Deputado Ítalo, a visita de V. Ex^a não só nos alegra, a mim e ao Senador Mário Couto, mas também V. Ex^a representa, com sua presença aqui, a nossa bancada de dez Deputados Estaduais: 25% da Assembléia Legislativa do Estado do Pará são do PSDB. E estamos juntos no movimento que vai voltar a trazer o desenvolvimento e a gestão honrada e competente do PSDB no Estado do Pará. A sociedade paraense, Deputado Ítalo Mácola, reconhece que foi enganada nas eleições de 2006. Ela não errou: foi enganada. E aí estamos vivenciando dois anos, dois meses e dezenove dias – estou contando os dias, Senador Mão Santa; como V. Ex^a faz no Piauí, eu também faço aqui pelo Pará; então, estamos em contagem regressiva, porque em 2011 vamos ter dias melhores, com o PSDB retornando ao seu projeto de desenvolvimento no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

Senador Mário Couto, pediria apenas permissão, para dizer que os pronunciamentos de V. Ex^a, denun-

ciando a violência no Pará, despertou o Brasil todo e deu coragem até lá no Piauí, a coragem de V. Ex^a de mostrar a real violência no Pará, no Piauí, no Brasil.

Estou aqui no Portal AZ: "Polícia. Bandidos fazem arrastão em bar da zona Leste onde estavam Deputados..." Outro. Efrém Ribeiro: "Assaltantes fazem arrastão em restaurante e roubam desembargador Oliveira..." Portal 180graus.com: "Bandidos fazem arrastão na Zona Leste de Teresina." E também escritos dos grandes jornalistas do Piauí: Carlos Augusto, que é vibrante, foi Deputado, um dos mais conceituados jornalistas e comentaristas; Tomaz Teixeira, ex-Deputado; e Silas Freitas, denunciando a violência no Piauí. Empata o Pará com o Piauí. Por coincidência, são Governadores do PT – a diferença é só de sexo; mas a violência paira.

Eu acho que temos de fazer um convite ao secretário-geral da segurança nacional a vir aqui e a esses jornalistas para fazerem o retrato da violência no Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Concordo e estou à disposição de V. Ex^a. Acho que devemos fazer isso imediatamente, para poupar as vidas, tanto dos piauienses como dos paraenses. Eu não tenho dúvida disso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer da minha satisfação de poder ter hoje aqui, nesta Casa, um Deputado do meu Pará. Um Deputado do meu Partido, Deputado de uma competência extraordinária, que iniciou nos quadros do PSDB do Pará. Brilhante Deputado que nos orgulha com a sua presença nesta Casa.

Quero, hoje, Sr. Presidente, apresentar um projeto de lei complementar. Inicialmente, quero dizer a V. Ex^as que vim para esta Casa com a tarefa de representar o Estado do Pará.

Cada Estado tem três Senadores. No caso do Pará: Senador Nery, Senador Flexa Ribeiro e Senador Mário Couto. Nossa é a obrigação de defender o nosso Estado. É exatamente isso que a Constituição nos obriga. E esse projeto que vou apresentar hoje é minha tarefa, é minha obrigação, é o que a Constituição manda que se faça e que até hoje não foi feito.

Então, não venham aqui, depois, como hoje de manhã fui entrevistado pelo repórter que dizia para mim assim: "Ah, Senador Mário Couto, esse seu projeto vai gerar despesas à Nação". Que não venham com essa história. É constitucional. Está na Constituição. A Constituição nos obriga a segui-la e não faço nada mais nada menos do que uma regulamentação à nossa Constituição.

Não estou aqui criando nem inventando nenhum projeto. Estou regulamentando o artigo da Constituição

Federal que há muito, meu nobre Deputado, há onze anos já foi questionado e tentada a sua regulamentação pelo nobre, competente, operoso, responsável, fiel Deputado Federal Nicias Ribeiro. Deputado tão querido na nossa terra! Um Deputado de um sentimento pela nossa terra muito grande; um Deputado que ama a nossa terra, que defendeu o Estado do Pará na Câmara Federal enquanto Deputado Federal, apresentou esse projeto onze anos atrás. Ficou pronto para ser votado há sete anos e não votaram o projeto do Deputado Nicias Ribeiro que vou apresentar nesta tarde, Senador Flexa Ribeiro. Dê-me apenas alguns segundos que eu já passo a palavra a V. Ex^a.

O projeto é de Lei Complementar, Sr. Presidente. Vou apresentá-lo e, depois, Sr. Presidente, quero um tempo para falar sobre a intenção do Governo Lula de não reajustar o funcionalismo público. E, logicamente, falarei também dos aposentados.

O objetivo principal do Projeto de Lei Complementar que encaminhamos à Mesa é o de regulamentar – como falei ainda há pouco – regulamentar o art. 45 da Constituição Federal, de forma responsável, cumprindo fielmente o que determina a nossa Lei Maior, a fim de assegurarmos a todos os Estados brasileiros uma justa representação na Câmara dos Deputados.

Não há como negar o constrangimento gerado pelo não-cumprimento do § 1º, do art. 45 da Constituição Federal, diante do desrespeito à proporção exigida entre o número de Deputados e as populações estaduais, como é o caso do Pará, que, muito embora – prestem atenção agora –, que muito embora tenha uma população maior do que a do Maranhão, tem uma representação menor do que aquele Estado. E o mesmo acontece entre os Estados de Santa Catarina e Goiás, meu prezado Deputado. Nós temos uma população hoje de 7 milhões, 321 mil e algumas coisinhas; o Maranhão tem 6 milhões e 300 mil e algumas coisinhas. O Maranhão tem hoje 18 Deputados Federais e o Pará tem 17. Por que isso? Porque não regulamentamos o § 1º, do art. 45 da Constituição Federal. E é isso que nós queremos fazer agora, Senador Geraldo Mesquita, no ano da eleição, conforme manda a Constituição Federal.

Por isso é que nós estamos apresentando agora um projeto que o Deputado Nicias Ribeiro apresentou há 11 anos na Câmara, que ficou pronto e passou sete anos, igual àquele nosso aqui, Senador, dos aposentados, que engavetaram aí há quatro anos; desengavetamos agora e estamos trabalhando em cima dele. Iremos vencer esta luta. Este é igual, só que este atinge o meu Estado.

Hoje é obrigação deste Senador de levantar aqui este assunto, de fazer com este Senado possa corri-

gir esta distorção. Nós iremos lutar, conforme a nossa obrigação. Nenhum favor, nenhum favor. Não estamos aqui fazendo nenhum favor ao povo paraense. Estamos fazendo aqui a nossa obrigação. Se eles nos mandaram para cá para representá-los, temos que representar com dignidade, com caráter, cumprir com todas as nossas obrigações. E é isso que o Deputado Nicias Ribeiro fez. Fez o seu dever. Fez o seu dever. Mas essa palavra sempre nos incomoda; sempre faz com que os Estados do norte fiquem sempre à margem daqueles grandes Estados do sul. Essa diferença é que nos incomoda. Fizeram com que o Deputado Nicias Ribeiro não pudesse regularizar essa situação.

Aliás, nobres Pares, o censo de 1990 – olhe, Senador – já apontava o Pará com uma população superior a do Maranhão. Nada aqui contra o Maranhão; nada. Não queremos que tire do Maranhão para nos dar, não. Nós queremos o nosso direito constitucional. Nós queremos o nosso direito constitucional, e por ele vou brigar, vamos brigar! Tenho a certeza de que os três Senadores do Pará irão fundo nesta questão, buscando o direito do seu Estado. Só isso, nada mais do que isso. Só os nossos direitos é que queremos.

Assim, na eleição daquele ano, elegeu uma representação de apenas 17 Deputados Federais, enquanto o Maranhão continuou com 18. Olhe, Senador, se nós temos 7 milhões e 300 mil e o Maranhão tem 6 milhões e 300 mil, tirando as frações, por que o Maranhão tem 18 e o Pará tem 17? Por que Santa Catarina tem 16 e o Maranhão tem 18, se Santa Catarina tem uma população superior, e a Constituição manda que seja proporcional?

Da mesma forma aconteceu com Goiás, que, mesmo perdendo a população do então recém-criado Estado do Tocantins, continuou tendo uma representação de 17 Deputados Federais, enquanto Santa Catarina, com uma população maior, continuou com apenas 16 Deputados Federais.

Todavia, essa correção só poderá ocorrer através de uma lei complementar e que deve ser editada no ano anterior ao das eleições – por isso, a estamos apresentando agora –, conforme aludido no § 1º do art. 45 da Constituição.

Assim sendo, imaginei que houvesse vários projetos nesse sentido e resolvi pesquisar o assunto, Presidente. E, para minha surpresa, descobri que, em 30 de setembro de 1993, portanto no ano anterior ao das eleições de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, daí a razão do espírito da lei de Montesquieu. Regimentalmente, V. Ex^a teria cinco

minutos, eu lhe dei dez, porque é a nota para V. Ex^a. E dou-lhe mais cinco pela importância do tema que V. Ex^a traz.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a é sempre atencioso e carinhoso com a minha pessoa.

Portanto, no ano anterior ao das eleições de 1994, foi editada a Lei Complementar de nº 78, aumentando o número total de Deputados de 503 para os atuais 513, em face, unicamente – olha como o que eu disse anteriormente é verdade –, do aumento de 10 Deputados na representação do Estado de São Paulo. Só aumentaram São Paulo, meu Deputado: 10 de uma vez; o restante ficou para depois. E aliás atingiu o limite máximo estabelecido pelo aludido § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

Quatro anos depois, portanto, no ano anterior ao das eleições de 1998, o então Deputado Nicias Ribeiro, a que me referi há pouco, do Pará, apresentou Projeto de Lei Complementar nº 180/97, regulamentando o aludido art. 45 da Constituição e estabelecendo a representação por Estado e pelo Distrito Federal, corrigindo, inclusive, todas as distorções já identificadas no número de Deputados por bancada na Câmara dos Deputados. Aliás, registre-se que o referido Deputado paraense, talvez em razão de sua formação acadêmica, fundamentou muito bem o projeto num modelo matemático, baseado em progressões aritméticas e geométricas, para estabelecer a proporcionalidade exigida pelo referido § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

Há onze anos e há sete anos o projeto está pronto para ser votado e não é votado, exatamente pela diferença, meu nobre Senador do Pará, Flexa Ribeiro, pela diferença com que o nosso Estado é tratado. E nós temos, doa a quem doer, que acabar com essas diferenças.

O número de Deputados passa dos atuais 513 para 521 – aumentam, portanto, oito Deputados –, e a despesa para o Governo, para os cofres públicos, meu nobre Senador, é apenas em torno de R\$100 mil, R\$150 mil – não são milhões de reais, nem bilhões de reais. É uma viagem do Lula para o exterior; custa uma viagem. Foram 183 viagens que ele fez para o exterior. É o custo de uma delas para o exterior. Então, não me venha dizer que é problema de custo, que o País vai quebrar, porque nós vamos regulamentar o art. 45 da Constituição.

Minas ganha dois; Pará ganha dois; Bahia ganha um; Ceará ganha um; Santa Catarina, um; e o Amazonas ganha um.

Este projeto que estamos apresentando hoje visa à regulamentação desse artigo da Constituição e visa, principalmente, ao direito de cada um Estado, Presidente – quero deixar bem claro. Não viria eu aqui criar

despesa em hipótese nenhuma com outros assuntos, mas este aqui é direito do Pará, direito constitucional do meu Estado! Por ele vou brigar, por ele vou brigar e por achar, Senador Geraldo Mesquita, que se nós tivéssemos que falar aqui em despesas, nós íamos ter que falar que os cartões corporativos do mês de janeiro e fevereiro do Presidente Lula aumentaram em relação ao ano passado – feche o olho, feche o olho e medite, raciocine – 405%, Senador. Minha Nossa Senhora de Nazaré! Como é que o Presidente da República não quer ter crise, se ele não contém, em hipótese alguma, o gasto corrente? O Governo bateu o recorde de despesas com diárias – pasme, Brasil! Pasmem, senhoras e senhores! Como é que, agora, o Presidente Lula, começa a dizer, e eu gostaria que a TV Senado pudesse mostrar a tittleira do *Correio Braziliense*...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Olhe, Brasil, o que o **Correio Braziliense**, na sua manchete principal, coloca hoje: “Servidor fica mais longe do reajuste”. E os aposentados, meu nobre servidor? Os nossos queridos aposentados estão morrendo à míngua. Agora, os servidores vão ser penalizados. Ele está aprontando devagar. Ele disse que a crise era uma “marolinha”, que ninguém seria afetado, que não havia prejuízo para ninguém.

Diz hoje neste mesmo jornal que ele tem palavra. Não tem não, Presidente Lula! Não tem palavra, não! Não cumpre com palavra, não, Presidente! Não cumpre, não! Vossa Exceléncia, no palanque, disse à Nação, em todas as entrevistas que fez em relação ao assunto, que iria resolver a questão dos miseráveis aposentados deste País. Fez pior, Presidente: está massacrando os nossos aposentados!

E, agora, mansamente, ele começa a dizer, mansamente: “Não, se amanhã não mudar...”. Ele sabe que vai mudar. Ele sabe que a crise é violenta. “Não, se não mudar para o mês, o servidor não vai ter problema”. Ele sabe que vai mudar, Mão Santa! Ele sabe que não vai reajustar o funcionalismo público. Ele sabe que vai ficar faltando com a palavra com os servidores públicos. Ele sabe que não vai cumprir com a palavra com os sindicalistas o que prometeu que iria fazer! Ele devia ser justo! Devia dizer!

Desculpe, Senador. Pois não.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Mário Couto, eu quero só cumprimentá-lo pelo vibrante pronunciamento em que V. Ex^a aborda um tema correto sim: nós precisamos ter qualidade na representação popular. A qualidade começa com a devida representação. Se nós tivermos uma representação proporcional à população, como é o objetivo desse projeto, é

claro que começaremos a ter uma melhor qualidade. Nós precisamos ter sempre presente, realmente, que a representação popular atua em nome de vários tipos de pessoas que existem no Brasil e, ao mesmo tempo, em nome dos Estados. Meus cumprimentos portanto. Mas eu quero aproveitar também para registrar a presença entre nós, na galeria, dos Vereadores da cidade de Lagoa Santa, cidade mineira de Lagoa Santa, que hoje também comparecem ao Senado Federal.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Flexa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mário Couto, eu quero parabenizá-lo por seu pronunciamento. V. Ex^a ressalta o importante trabalho do Deputado Nicias Ribeiro, trabalho que há dezessete anos aguarda implementação para que se corrija uma injustiça que se comete com o nosso Estado, o Estado do Pará, e que em tão boa hora V. Ex^a reapresenta. O Deputado Nicias Ribeiro também é defensor da regulamentação da PEC que permite criar novos Municípios. Essa PEC da lavra do Deputado Nicias Ribeiro eu tive a oportunidade de apresentar no Congresso: ela se encontra na Câmara Federal após ter sido aprovada no Senado, onde teve como relator o Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, o outro já está se aproximando da tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É importante, Senador Mário Couto, que V. Ex^a diga ao Brasil que nós não estamos criando nenhuma nova vaga de Deputado Federal. O projeto que V. Ex^a apresenta agora não aumenta o número de 513 Deputados Federais, apenas corrige a deformação de não se respeitar a proporcionalidade entre número de representantes e número de habitantes – nós sabemos que o número de Deputados Federais é proporcional ao número de habitantes do Estado porque eles representam esses habitantes. O Estado do Pará, com 7,5 milhões de habitantes, tem o número de Deputados menor do que o de Estados com menor população. V. Ex^a, então, está de parabéns por reapresentar esse projeto. Vamos lutar para aprová-lo e, assim, fazer justiça não só ao Pará, mas à Santa Catarina e a outros Estados que enfrentam essa mesma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, vamos fazer justiça ao orador inscrito que está esperando pacientemente, o Senador Valter Pereira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Sr. Presidente, já vou descer da tribuna. O Senador Valter Pereira é amigo de longa data. Tenha só

um pouquinho de paciência. Hoje está tão calmo, há poucos Senadores... Eu já vou terminar.

Hoje é um dia muito calmo, há poucos Senadores, e é preciso defender o meu Estado, Senador Valter Pereira. Eu não admito injustiças contra o meu Estado, e essa é uma injustiça clara.

Senador Flexa Ribeiro, eu só mostrei os gastos do Governo Lula porque não adianta nós aqui tentarmos fazer todos os esforços possíveis.... Foi criada pelo Presidente Sarney uma Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, justiça ao Pará e ao Mato Grosso do Sul! Não sejamos injustos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Prometo que já vou descer.

Veja bem, o Presidente já tirou dez por cento do nosso Orçamento, mas o Presidente Lula não se conscientiza disso. Ele continua batendo recordes em cima de recordes, população brasileira! São estatísticas, são provas, são documentos que comprovam isso, Senadores.

Cartões corporativos. Os cartões corporativos têm que acabar, gente! Não se pode admitir o aumento de 405% dos gastos com cartões corporativos neste País numa fase de crise. Numa fase de crise, Presidente, as viagens aumentaram, seus gastos aumentaram! Aumentaram os gastos em sua casa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Mário Couto, lamento não terem acabado com o cartão corporativo, mas seu tempo acabou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Permitame só dois minutos.

Senadores, sinceramente, o Presidente Lula tem de se conscientizar de que tem de dar exemplo à Nação. Tem de dar exemplo à Nação, Senador Mão Santa! Esse projeto que estou apresentando, além de fazer justiça ao meu Estado e a outros Estados, regulamenta uma determinação constitucional que tem de ser obedecida. O gasto é mínimo, mas vai ser obedecida a nossa Constituição Federal.

Agora, o aumento dos servidores públicos, o Presidente não dará.

Virei a esta tribuna confirmar o que estou dizendo hoje. Atenção, servidores públicos deste País: o Presidente Lula vai enganá-los, o Presidente Lula não vai cumprir sua palavra mais uma vez, vai enganá-los! Virei aqui confirmar o que estou dizendo hoje. Aguardaremos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Senador Mário Couto, vamos convidar para usar a tribuna o Senador do PMDB do Estado de Mato Grosso, o Senador Valter Pereira.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de me inscrever para falar como Líder da Oposição, do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrita aqui e está no meu coração há muito tempo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se estou inscrito pela Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito para falar logo após a Líder do PSDB. O Senador Geraldo Mesquita vai usar da palavra para uma comunicação inadiável por cessão minha, feita com muita satisfação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, na última terça-feira, uma audiência pública realizada na Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária trouxe à lume essa momentosa crise dos frigoríficos.

O evento ganhou relevo. Ganhou relevo, Sr. Presidente, porque foi a primeira iniciativa para debater abertamente os prejuízos de pecuaristas e as dificuldades dos frigoríficos. Até então, o assunto estava sendo tratado pela imprensa, e alguns contatos individuais estavam sendo provocados junto ao Ministério da Agricultura e junto a Senadores e Deputados que são ligados aos interesses da agricultura.

Os produtores querem receber aquilo que venderam. Eles venderam animais para os frigoríficos e muitos hoje têm altas somas de créditos que estão com os pagamentos incertos, não sabem se vão receber ou se vão perecer. A verdade é que há uma inquietação muito grande, uma justa inquietação.

Os frigoríficos precisam quitar as dívidas que foram contraídas na aquisição de animais que foram abatidos e comercializados.

A economia, Sr. Presidente, não pode compadecer com a instabilidade de um setor que representa 34% do PIB nacional.

A sociedade, por sua vez, tem que livrar-se do risco de sofrer as sequelas que são representadas pela falta do produto ou pela majoração de seus preços.

Mas esse risco medra, esse risco existe.

Embora tenham trazido algumas luzes para a melhor compreensão desse grave problema, os re-

presentantes do setor não prestaram informações suficientes para um julgamento eficaz de causa e efeito dessa crise.

E lá estavam presentes os Srs. Roberto Gianetti e Péricles Salazar, respectivamente, presidente da Abiec e da Abrafrigo. São duas entidades que representam os frigoríficos, uma das quais os exportadores.

Enquanto não recebermos as informações prometidas pelo Sr. Gianetti, Presidente da Abiec – Associação Brasileira das Exportadoras de Carne, nossa ação será muito limitada.

E ali ele fez a promessa, depois de ter sido instigado por vários Parlamentares: pelo Senador Osmar Dias, pela Senadora Kátia Abreu, pelo Senador Jayme Campos, enfim, por vários membros dessa Comissão, que tem a incumbência de cuidar dos interesses da agricultura, da pecuária e da reforma agrária.

A despeito de toda a instigação, de todas as pressões que foram feitas, ficou muito explicitado que ninguém está com vontade, ninguém está com disposição de botar lenha na fogueira. O que se busca, na verdade, é uma solução.

A própria Senadora Kátia Abreu, que preside a Confederação Nacional da Agricultura, deixou muito claro que quer ajudar, quer ajudar os frigoríficos, embora, como representante dos produtores, como representante dos pecuaristas, como presidente dessa entidade, tenha cobrado, duramente, bastante transparência das empresas, nesse momento de crise, para se saber, ao certo, as causas mais profundas, para dissipar algumas dúvidas que pairam no ar acerca da questão da gestão dessas empresas.

Apesar das deficiências de informações, os representantes dos frigoríficos apontaram alguns gargalos que precisam ser removidos. Um deles se refere ao chamado crédito tributário. Trata-se de recolhimentos feitos à Receita Federal de exportação que goza de imunidade tributária.

O Governo, Sr. Presidente, retém esses créditos por tempo indefinido, a pretexto de cumprir um ritual burocrático, de cumprir normas que obrigam a conferências e mais conferências de notas fiscais de produtos exportáveis. E, no momento em que fica retendo esses recursos – recursos que foram recolhidos apesar da imunidade tributária –, o Governo está acarretando maior dificuldade às empresas frigoríficas, que passam por uma crise, sobretudo de liquidez.

Segundo os frigoríficos, Sr. Presidente, os valores retidos pelas autoridades fazendárias alcançam cifras que chegam a R\$600 milhões.

Para que V. Ex^a tenha uma ideia do tamanho dessas cifras, basta lembrar que a inadimplência dos frigoríficos que estão sob regime de recuperação judi-

cial chega à casa de R\$500 milhões. Portanto, esses R\$600 milhões que o Governo vem retendo dos frigoríficos, indiscutivelmente, tem agravado, pelo menos, a crise de liquidez pela qual passa o setor frigorífico do nosso País.

Nesse particular, a reclamação dos empresários, portanto, tem toda procedência, afinal, não é segredo para ninguém que essa crise começou com falta de liquidez nos Estados Unidos, e, em todos os países onde está provocando seus estragos, o fundamento é o mesmo: ausência ou deficiência de liquidez.

Se são credores do Governo, não tem burocracia alguma que justifique a retenção por seis meses e, às vezes, até por maior tempo do que isso. O Governo não pode ficar insensível. O Governo não pode fingir que não enxerga que, ao agir assim, está contribuindo para aumentar a crise do setor.

Outra crítica que nós ouvimos dos frigoríficos foi com relação ao financiamento das exportações. Nessas operações, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... os prazos concedidos para os tomadores de dinheiro chegavam até 180 dias. E, no entanto, o que aconteceu? Foram reduzidos para 30 dias.

Então, veja V. Ex^a como está acontecendo a crise dos frigoríficos: o Governo, que deveria se preocupar com esse setor, que é fundamental porque é um setor de alimentos e está garantindo uma fatia ponderável da nossa balança comercial e do PIB, age de forma a agravar ainda mais a situação dos exportadores.

Ora, além disso tudo, ainda vem um outro agravante. O Governo, além de reduzir esses prazos, ainda onerou com juros. Os juros que eram praticados no patamar de 5%, nesses adiantamentos, acabaram majorando para 13%.

Então, estamos sempre na contramão: enquanto lá fora a taxa de juros é rebaixada, é achatada, para facilitar a saída da crise, aqui, oneramos até nas exportações.

Honre-me, Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a, em boa hora, faz pronunciamento em relação à crise do setor frigorífico em nosso País. E, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pela audiência que tivemos na Comissão de Agricultura, presidida por V. Ex^a, nesta semana, em que participaram o presidente da Abiec, o presidente da Abrafrigo e, naturalmente, outras autoridades dos setores. Entretanto, até agora não vimos nenhuma manifestação do Governo tanto do Federal quanto dos próprios Governos Estaduais, porque a crise é mais profunda do que

uma pequena crise, como estão achando que é. Ora, serão milhares de pais de família desempregados, e, certamente, o setor da pecuária, que tem contribuído sobremaneira para a balança comercial, talvez viva um dos piores momentos da sua crise. O porquê: não vamos levar em consideração a questão da queda, ou seja, da redução dos preços da arroba do boi...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ...que caiu em torno de 23% a 26%. O que ocorre – posso falar com muita clareza e sobretudo com muito conhecimento de causa – em relação ao meu Estado de Mato Grosso é o seguinte: são 15 plantas, Senador Valter Pereira, que estão paralisadas. E, desta feita, o que está ocorrendo? Além daqueles pequenos pecuaristas, que venderam seu rebanho, naturalmente, a essas indústrias frigoríficas, os três grupos que fecharam lá deixaram de receber algo em torno de R\$250 milhões, que deixaram, naturalmente, de irrigar nossa economia. Isso está penalizando, sobretudo, aquele cidadão que criou, por três, quatro anos, seu boi para engordar e deixou de receber. Quando V. Ex^a toca num ponto fundamental, temos que dizer, com muita clarividência, que temos que acabar, primeiro, com o cartel no Brasil. Hoje, temos 70% do setor concentrados na mão de sete grandes empresas nessa área frigorífica. Segundo, houve uma queda na exportação. Reconhecemos. O Brasil exporta, hoje, algo em torno de 18% a 19% de toda a produção nacional para os grandes mercados consumidores da Europa etc. Entretanto, temos que tomar providências no sentido de que os bancos estatais abram linha de financiamento, para socorrer naturalmente não só essas grandes empresas, mas também as pequenas. São 750 frigoríficos que existem no Brasil. Dos 750, em torno de 60% estão concentrados nas mãos de apenas sete grandes grupos empresariais. E, como V. Ex^a bem disse, também o Governo deve pagar aquilo que é devido. Os créditos de exportação – as empresas, quando exportam, têm direito de receber – não estão sendo recebidos. Lamentavelmente, como V. Ex^a bem disse aqui, são seis meses de atraso. São recursos do PIS e do Cofins que a empresa recolheu e que, todavia, não estão sendo devolvidos para essas empresas. Imagino que, se o Governo Federal devolver esse PIS e esse Cofins, que são de lei, isso vai minimizar, naturalmente, as dificuldades em relação aos frigoríficos, que hoje não estão pagando seus fornecedores. Portanto, V. Ex^a tem um papel fundamental neste exato momento: fazer com que a Comissão de Agricultura ajude a encontrar uma solução. Procuraremos o Ministro da Agricultura, a própria Presidência da República, para

buscar uma saída. Caso contrário, vai acontecer que vamos ficar com um setor praticamente engessado. Bastou a Embraer demitir 4.200 funcionários e foi um verdadeiro terror! Toda a imprensa nacional comentou. Só em Mato Grosso, estão desempregados, hoje, 30 mil pais de família. Desses, 15. plantas ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Imagino que as pessoas não sabem que não são só os empregos diretos da indústria, Senador Valter. E os indiretos? Representam três por um, segundo dados estatísticos que temos. Portanto, quero fazer um apelo a V. Ex^a, que fez um trabalho maravilhoso, operoso, competente, nessa última audiência: vamos travar uma verdadeira guerra aqui no sentido de fazer o Governo Federal liberar os créditos de exportação, que hoje são algo em torno de quase R\$7 bilhões ou R\$8 bilhões aos frigoríficos; e fazer com que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco da Amazônia e os próprios bancos privados abram, com certeza, linha de financiamento, ou seja, as CCCs, para que os frigoríficos voltem a operar no setor, com a maior rapidez possível, sob pena de um setor que hoje, indiscutivelmente, contribui muito para a geração de emprego e renda no Brasil, sobretudo com a balança comercial, deixe de existir no mercado nacional e internacional...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – ...por falta de apoio do Governo Federal. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a foi feliz naquela audiência. Deixou com muita clarividência ali, realmente, de forma transparente, os números e exatamente aquilo que tem que ser feito, para que o setor retome, rapidamente, suas atividades comerciais, para que possamos ter, realmente, o setor sendo aquele setor que sempre contribuiu com a geração de emprego e renda, com o apoioamento dos impostos e, acima de tudo, com a balança comercial. Parabéns, Senador Valter Pereira

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. V. Ex^a esteve nessa audiência e com uma atuação brilhante, cobrando, duramente, informações, porque, na verdade, é preciso, neste momento, aprofundar o diálogo e é preciso muita transparência também.

Aquele que forneceu o gado e não recebeu está numa situação de...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... grande insegurança, de grande incerteza e precisa de ter as informações mais fidedignas possíveis, a fim de atravessar essa crise. E o Governo, como muito bem

disse V. Ex^a, precisa socorrer o setor, mas só que precisa socorrer com rapidez, muita rapidez, para evitar aquele efeito sistêmico, que pode comprometer, aí, sim, todo o setor. Aí o bicho pega.

Veja o seguinte, Senador Jayme Campos: tenho ponderado sempre que existe para os alimentos um cenário, de certa forma, atraente; atraente para o Brasil por quê? Atraente porque as informações...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...dão conta de que os estoques de alimentos do planeta estão baixando perigosamente; e, se estão baixando esses estoques de alimentos, quem produz carne, quem produz grãos tem condições de suprir, como é o caso do Brasil, onde temos terras, temos tecnologia, temos um setor produtivo extremamente competente. Agora, é preciso que o Governo compareça e é preciso também que o setor abra aquilo que acho que foi V. Ex^a mesmo que disse na Comissão: a caixa-preta. É preciso que haja isso daí para que se restabeleça a confiança e para evitar que...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...e para evitar que a desconfiança do pecuarista não vá, amanhã, contribuir para agravar ainda mais a situação, porque o pecuarista, hoje, está com receio. Ele está vendendo grandes empresas sucumbirem ou, pelo menos, entrarem em processo de instabilidade. E, nessa circunstância, vem a crise de confiança; e se a crise de confiança afeta o produtor e se generaliza entre os produtores, o risco é muito grande de se tornar sistêmica essa crise.

Como V. Ex^a muito bem lembrou, além de todos esses aspectos econômicos, vem o aspecto social, o desemprego, a perda de receita dos Estados, enfim, uma infinidade de sequelas que...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... somente agravariam a crise.

Portanto, Sr. Presidente, era essa a nossa intervenção. Eu queria dizer aqui que estamos aguardando as informações prometidas pelo Presidente da Abiec, a fim de que, com elas, possamos balizar e apressar ainda mais as medidas que são necessárias e que podemos fazer em defesa da pecuária, em defesa da agricultura, em defesa da exportação dos nossos produtos através desses frigoríficos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Valter Pereira, advertindo o Governo quanto às suas preocu-

pações sobre a pecuária e a agricultura do seu Estado e a comercialização dos seus produtos, convidamos para usar a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Obrigado, inclusive, pela cessão do tempo, pois estou usando o tempo que lhe pertencia.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, o Congresso, em geral, e o Senado, em particular, têm sido sistemática e inconsistentemente cobrados por não apreciar, nem aprovar, com a eficiência apontada por todos, as leis que o País e a sociedade estariam a reclamar. Isso se traduz, via de regra, na exposição dos plenários vazios e na constatação diuturna da ausência de votações.

Vamos aos fatos: nos dez primeiros anos, Senador Mão Santa, que se seguiram à Constituição de 1946, o Congresso Nacional aprovou 3.346 leis, ou seja, uma média de 334 leis por ano, num período em que o ano legislativo durava oito meses, hipótese em que a média era de 41,75% de leis por mês. Se contarmos os anos que vão de 1958 a 04 de março deste ano, ou seja, 602 meses, foram aprovadas e promulgadas 8.563 leis. A média anual, portanto, baixou para 173,06 por ano. Tomando-se a média de dez meses por ano, isso significa 27,3 leis por mês.

Os números, Sr. Presidente, aparecam dar razão às reclamações, se levarmos em conta apenas os números, não as circunstâncias. Em primeiro lugar, Senador Valter Pereira, o decênio seguinte à redemocratização, materializada com a Constituição de 1946, foi o período de reconstrução do modelo político e, mais do que isso, das instituições políticas democráticas que o novo regime erigiu sobre os escombros do Estado Novo. Portanto, foram anos atípicos.

O que deve nos constranger, porém – e tenho absoluta convicção disso –, não é a evidência aritmética, mas, ao contrário, o excesso de leis que entulham o ordenamento jurídico do País, cada vez mais difícil de ser dominado por qualquer mortal, se contarmos a enorme variedade da hierarquia de normas jurídicas que alimentam a monumental burocracia do Leviatâ contemporâneo em que se transformou o poder público no Brasil.

Na verdade, não temos do que nos queixar. Temos mesmo é de lastimar o excesso a que chegamos nessa matéria. Há leis demais e direitos de menos. Melhor estaríamos, Senador Mão Santa, se, em vez de milhares de leis, tivéssemos adotado as regras de Ulpiano, por exemplo. Ele dizia: “Viver honestamente,

não lesar o próximo e atribuir a cada um o que é seu". Isso é menos que a lei das 12 tábuas e menos ainda que os mandamentos da Igreja. Como nos falta esse dístico eloquente, resta-nos adotar, juntamente com as milhares de leis já editadas e produzidas, o lema que encima a porta do Inferno de Dante: "Deixai aqui, ó vós que entráis, toda a esperança".

Mais do que esse cipoal de leis ordinárias, de leis complementares, de decretos-leis, de leis delegadas, de PECs, de medidas provisórias, de decretos legislativos, de resoluções, de atos e de instruções normativas de toda ordem, de códigos e de consolidações, necessitamo-nos ocupar em racionalizar, sistematizar, codificar, compilar, consolidar e simplificar a legislação brasileira, Senador Mão Santa. Sem esforço dessa natureza, continuaremos, como até hoje, padecendo do mal que nenhum governo foi capaz de debelar ou de, pelo menos, amenizar.

Quando priorizamos a quantidade em detrimento da qualidade das leis, é hora de nos dedicarmos a rever esse emaranhado de leis e de normas que geramos, que foge ao alcance e à compreensão do cidadão brasileiro. Da forma como está, a sensação que passa é que toda essa produção legislativa é contra o cidadão, não a seu favor. Ao Congresso, de fato, cabe legislar, fazendo leis boas e justas, mas a quem cabe legislar cabe também a tarefa de aperfeiçoar o conjunto normativo nacional.

Por que não o fazemos, Senador Efraim? É porque o compromisso com o aperfeiçoamento jurídico cede sempre à tentação de darmos resposta imediatista às cobranças para votarmos, votarmos e votarmos, como se votar qualquer coisa e em quantidade nesta Casa significasse avanço no aperfeiçoamento do nosso ordenamento jurídico.

Esse tema desafia a agenda política do Congresso, desde que, na sessão de 16 de setembro de 1970, o falecido Deputado Henrique Turner, representante de São Paulo, Estado do Senador Suplicy, proferiu o discurso a que deu o título de "Reforma Legislativa para a Reforma do Legislativo" e apresentou projeto de lei complementar dispendendo sobre "o processo legislativo, as normas técnicas para numeração, alteração, redação e controle das leis". Sua ideia, Sr. Presidente, dormitou por dezoito anos na burocracia legislativa, mas frutificou no art. 59 da Constituição, cujo parágrafo único dispôs que "lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis". Sua ideia foi materializada em duas leis complementares: a de nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e a de nº 107, de 26 de abril de 2001, que alterou a anterior.

O que nos falta, então, Sr. Presidente, se leis há em excesso, inclusive as que determinam a consoli-

dação e a simplificação das leis? De que vale, ante a nossa inérvia, o princípio universal que muitos de nós aprendemos na Faculdade de Direito, segundo o qual a ninguém é lícito alegar ignorância da lei para deixar de cumpri-la? Creio que, nesse caso, pode acudir-nos a lição de Tácito, Senador Mão Santa, V. Ex^a que cita tanto os filósofos. Ele dizia *"corruptissima res publica, plurimae leges"*, ou seja, o mais corrupto dos Estados é o que tem o maior número de leis.

Legislar tem sido, no Brasil, desde tempos imemoriais, uma atividade em que os interesses se sobrepõem à utilidade e às demandas coletivas da sociedade. Ou resgatamos essa dívida que temos com a sociedade, ou pagaremos o preço de nossa omissão, de nossa indiferença e de nosso desinteresse, se não quisermos, Senador Mão Santa, arrostar o julgamento da História.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Fugindo à formalidade, Senador Geraldo Mesquita, eu pediria a V. Ex^a que repetisse o nome daquele filósofo cujas leis são menos de dez, para eu gravar essa mensagem na minha mente e dar oportunidade para que o Brasil aprenda.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Deixe-me localizar aqui, Senador Mão Santa. É Ulpiano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Como é o nome?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Ulpiano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ulpiano.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB –

AC) – Ele pregava o seguinte: "Viver honestamente, não lesar o próximo e atribuir a cada um o que é seu".

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quero dizer que este Senado é um dos mais importantes da história da República do Brasil. Acabei de ouvir um dos mais competentes homens que entende de Direito – Geraldo Mesquita Júnior –, advertindo o País para o fato de que o Governo somos todos nós: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Este é o erro que estamos cometendo: queremos quantidade. Do que o Brasil precisa é qualidade. Chegou-se a um ponto tão vulgar, que falamos em leis que pegam e em leis que não pegam. O pronunciamento desse extraordinário Senador Geraldo Mesquita Júnior é uma oportunidade para refletirmos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns, que é do Paraná e que representa o Partido dos Trabalhadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Falo aqui também em nome dos Senadores Osmar Dias e Alvaro Dias, que subscrevem o requerimento de condolências pela morte do Dr. Francisco Cunha Pereira, no Estado do Paraná, que era Presidente da Rede Paranaense de Comunicação. Inclusive, o Senador Osmar Dias já se dirigiu a Curitiba para participar da cerimônia de sepultamento. Disse a S. Ex^a que ficaria aqui para também prestar homenagem ao Dr. Francisco no Plenário do Senado Federal.

O requerimento está redigido nos seguintes termos:

Requeremos, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família do Sr. Francisco Cunha Pereira, falecido na noite de 18 de março.

Presidente da Rede Paranaense de Comunicação, essa grande personalidade deixou a carreira de brilhante criminalista e abraçou o jornalismo, oferecendo ao Paraná uma vida dedicada neste ramo na defesa dos mais altos valores da sociedade, como a democracia e a justiça social, e o fez com competência e altivez.

O requerimento, Sr. Presidente, que peço seja aceito pela Mesa Diretora do Senado e remetido à família do Dr. Francisco Cunha Pereira, também extensivo aos funcionários da Rede Paranaense de Comunicação, está assinado pelos três Senadores do Estado do Paraná. Quero acrescentar, Sr. Presidente, que, anexo a este requerimento, está um texto mostrando a trajetória do Dr. Francisco Cunha Pereira, o qual peço também que seja anexado ao requerimento. O texto destaca a trajetória, a vida pessoal, a luta do Dr. Francisco pelos grandes temas que interessavam ao Estado do Paraná, sempre lutando pelos interesses, pela participação do Estado, fazendo um trabalho dos mais competentes na Rede Paranaense de Comunicação, como Diretor do jornal **Gazeta do Povo**, também, que é um jornal extremamente reconhecido no Estado do Paraná. E como Diretor-Presidente da RPC era respeitado e admirado pelos seus funcionários, graças à relação de respeito e afetuosidade que mantinha com a sua equipe de colaboradores. Quero destacar que esta foi uma das marcas do Dr. Francisco Cunha Pereira no sentido de sempre colocar a educação com respeito, diálogo e solidariedade em todo o seu relacionamento com todas as pessoas e entidades com as quais, de alguma forma, mantinha contato.

Então, é com tristeza que todos nós colocamos este requerimento de condolências, ao mesmo tempo sabendo que a figura dele irá orientar e iluminar a trajetória de muitas pessoas e de muitas iniciativas no Estado do Paraná.

Agradeço, Sr. Presidente, e, de acordo com o Regimento, peço que a Mesa possa dar encaminhamento ao presente documento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Mesa se associa ao pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Cunha Pereira, líder empresarial da comunicação no Estado do Paraná. Estamos aguardando a chegada do requerimento para o andamento cabível.

Convidamos para usar a palavra a Senadora Lúcia Vânia, por deferência toda especial deste **gentleman** que é o nosso Senador Jefferson Praia, que estava inscrito como orador, e, traduzindo o cavalheirismo do Senado, S. Ex^a cede a sua vez a esta extraordinária e encantadora Senadora, Lúcia Vânia.

A Senadora Lúcia Vânia é do PSDB. Representa o Estado de Goiás e representa a sensibilidade e o amor do Governo de Fernando Henrique Cardoso – S. Ex^a e Dona Ruth Cardoso, traduzindo a melhor parcela de amor e solidariedade do Governo do estadista Fernando Henrique Cardoso. Dou o testemunho de que, quando eu governava o Piauí, inúmeras vezes ela esteve lá, levando a solidariedade, o apoio e um dos programas mais bonitos e respeitados do Brasil, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pelas palavras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para comentar a difícil situação dos Municípios brasileiros.

Faço essa constatação e chamo a atenção do Governo Federal para que esteja atento à situação de penúria da grande maioria dos Municípios brasileiros, que sobrevive apenas dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Do repasse do FPM, composto pelo IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – e o Imposto de Renda, após descontados os gastos obrigatórios com saúde e educação e as pesadas parcelas do INSS – dívidas antigas e parcelas atuais –, sobra pouco ou nada no caixa das prefeituras para honrar outros compromissos e realizar investimentos.

Estamos diante de uma grave crise mundial e isso é fato incontestável! Agora, se, por um lado, a isenção do IPI estimula o emprego, auxilia as empresas; por outro, interfere no repasse às prefeituras. O IPI é um dos tributos usados para o cálculo do FPM, o que

acaba penalizando os Municípios menores. Então, o que temos aí é que estão cobrindo um santo e descobrindo um outro, porque, ao mesmo tempo em que o Governo isenta o IPI das empresas – que nós entendemos ser necessário neste momento –, isso prejudica as prefeituras com o FPM. Daí por que o Governo precisa achar um instrumento para compensar essas prefeituras neste momento de crise.

O mais grave é que o montante das dívidas leva as prefeituras a um estado falimentar. Se não for encontrada uma solução urgente, será iminente a falência dos Municípios, pois mais da metade da receita de cerca de 4,5 mil deles depende exclusivamente dos repasses do FPM.

Considere-se que esse Fundo teve queda de arrecadação devido – ao que aqui coloquei – às isenções tributárias, através do IPI, e no Imposto de Renda da Pessoa Física, com as novas alíquotas para a classe média.

A queda na arrecadação do FPM também está relacionada à desaceleração da atividade econômica, que reduziu também a arrecadação do ICMS, outra importante fonte de recursos para as prefeituras.

Conforme sabemos, a redução do IPI acarreta a redução do FPM. O ICMS é o imposto repassado do Estado para o Município e o ISSQN é o único imposto arrecadado pelo Município, gerando, portanto, pouca receita.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 457, de 2009, que pode beneficiar até 1.567 prefeituras do País ao reparcelar dívidas com a Previdência Social.

Um levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios mostra que o parcelamento das dívidas com a Previdência por vinte anos não resolve o problema dos Municípios. Segundo a entidade, o novo parcelamento soluciona uma questão emergencial, mas não traz uma solução definitiva para esse problema, que se arrasta ao longo de muito tempo.

A Confederação Nacional dos Municípios afirma que 28% das cidades brasileiras devem ao INSS. Por esse motivo, estão impedidas de receber recursos da União por meio de convênios. A dívida total é de R\$30 bilhões, segundo a Receita Federal.

Segundo a Confederação dos Municípios, em dezembro de 2008, apenas 117 das 300 cidades que renegociaram sua dívida com o INSS continuavam com seus pagamentos em dia.

O jornalista Ribamar de Oliveira, no jornal **O Estado de S.Paulo** desta semana, informa que a forte queda dos juros projetada para os próximos meses pode provocar uma nova renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios com a União. Segundo Ribamar, “se a taxa ficar abaixo de 6% ao ano, em termos reais (descontada a inflação), como a maioria

dos economistas já acredita que acontecerá, os governos estaduais e as prefeituras estarão subsidiando a União – ou seja, o custo das dívidas renegociadas será maior do que o Tesouro Nacional paga para captar dinheiro no mercado”.

Ele lembra que, atualmente, o custo da dívida renegociada é de 6% ao ano, mais correção pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), a inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas.

Mas, para isso, o Governo teria de propor mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal. Lembro aos nobres pares que o art. 35 proíbe a realização de operação de crédito entre os entes federados, “ainda que sob a forma de novação (uma nova dívida para substituir a anterior), refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente”. Daí por que uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal implica um debate amplo nesta Casa, o que poderia chegar num momento já muito tarde.

Senhoras e senhores, com a crise financeira mundial, as prefeituras terão que aperfeiçoar suas estruturas gerenciais. Se, por um lado, o Governo precisa buscar mecanismos para compensar essa perda neste momento, acredito também que, pelo lado das prefeituras, é preciso que os prefeitos começem a verificar os fluxos de recursos municipais, os tributos, os repasses, dentre outros, de forma muito criteriosa, para evitar que essas prefeituras venham a chegar a um estado pior do que já estão.

Também é imprescindível verificar a dotação orçamentária aprovada e prever todos os gastos, com os respectivos reajustes, até o final de 2009. A exemplo do que está fazendo o Governo Federal com o Orçamento da União.

Uma outra sugestão é que seja negociada com o Governo Federal a redução, ou sua dispensa, da contrapartida na celebração de convênios. Isso porque o único fluxo de recurso ainda possível para os Municípios são os pequenos recursos das emendas individuais parlamentares, que poderão suprir as deficiências, principalmente na área de saúde, de educação e de assistência social.

É aconselhável que as prefeituras contratem administradores competentes para a gestão dos recursos públicos, para avaliarem principalmente a possibilidade de otimização de recursos e minimização de despesas, além de adequação de controles diários, desde a diminuição e uso racional de água, energia elétrica, telefone, até a utilização necessária de alguns equipamentos e suas manutenções preventivas e corretivas.

Outro ponto delicado nas prefeituras é a falta de profissionais que saibam montar e administrar projetos.

Muitas prefeituras perdem verbas e projetos por falta de um profissional para gerir esses projetos.

Fazer um plano de ação nada mais é do que estabelecer as prioridades dentre as inúmeras demandas do Município.

Recentemente, estive reunida com prefeitos do meu Estado que relataram a situação difícil em que se encontram as prefeituras. A falta de recursos é tamanha que muitos disseram que estão prestes a fechar as portas. Esse é um problema de extrema gravidade e que merece total atenção e, principalmente, solução por parte do Governo Federal. Quero aqui chamar a atenção, porque essa situação das prefeituras vai formar um desemprego em cadeia, principalmente nos pequenos Municípios, onde vamos ter a retomada dos bolsões de pobreza e de desigualdade regional.

Sr. Presidente, é ali, no cotidiano do Município, que a vida de cada pessoa e de cada família se concretiza. A dinâmica do que acontece no Município é o microcosmo do que acontece na sociedade mais ampla. No seu espaço ocorre a finalidade maior da democracia, que é a promoção do bem-estar individual e coletivo.

Nós não podemos perder os avanços que tivemos em relação ao combate à pobreza no nosso País. Esse é um esforço que vem sendo realizado há mais de quinze anos e que precisa ser preservado. É preciso que o Governo esteja atento para que essa situação das prefeituras não venha a agravar esses bolsões de pobreza e, principalmente, as diferenças, as desigualdades regionais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pela contribuição que dá ao País, advertindo o Governo Federal sobre as condições por que passam os Prefeitos.

Essa Senadora realmente conhece os problemas do Brasil. Ela foi Ministra do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem o Senador Tião Viana, do PT do Acre.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já encaminhei a V.Ex^a pedido para falar na hora que V.Ex^a definir como adequada pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V.Ex^a está inscrito, Senador Eduardo Suplicy, do Bloco do Governo, para falar pela Liderança.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Mão Santa, eu tenho vivido estes momentos – todos nós Senadores testemunhamos este momento de dificuldade por que passa a nossa instituição, o Senado, a Casa da Federação no Brasil – e tenho procurado, durante todo este tempo, manter a serenidade, aguardando o desenrolar dos fatos políticos.

Acho que é um dever meu vir à tribuna, pela condição de ter disputado a Presidência do Senado e não ter sido vitorioso. O vitorioso foi o Senador José Sarney, que hoje preside a Casa. Entendo que a responsabilidade pelo dia-a-dia da Casa, do ponto de vista administrativo e do ponto de vista político, caberia exatamente à Mesa Diretora, da qual V.Ex^a faz parte, para a minha alegria, inclusive, que é ter V. Ex^a na Mesa Diretora da Casa. Nós tivemos, recentemente, muitas ocorrências. Não vou me reportar àquilo de que já tratei e não vou cair na provocação das acusações anônimas, dos denunciantes anônimos, para fazer disso, pelo menos neste momento, uma guerra fratricida, política, dentro da Casa. Não me interessa este caminho.

Estou preocupado em respeitar a Mesa Diretora que foi eleita, em apoiar as medidas que sejam a favor da reforma necessária pela qual a Casa tem que passar. Foi essa a razão da minha candidatura e é, no mínimo, elegante da minha parte ficar no meu gabinete cuidando da minha responsabilidade de Senador e dos meus afazeres políticos também com o meu Estado, o querido Estado do Acre.

Ontem começou mais um ataque anônimo a mim, sem rosto, como eu digo, que não tem a coragem de se mostrar, dessa vez dizendo que as contas com o serviço médico praticadas por mim estão altíssimas e assustadoras e que gerariam um escândalo se fossem divulgadas, tudo num ar de intimidação e de ataque anônimo à minha pessoa.

O que eu fiz? Pedi ao Diretor da Casa, Dr. Alexandre Gazineo, o extrato dos dez anos que estou nesta Casa, mostrando exatamente as despesas que ocorreram com saúde comigo. Vou fazer a leitura muito brevemente e espero que esse ato meu sirva de estímulo – vou entregar à Presidência do Senado para que faça o uso que quiser desse documento que me foi cedido pelo Dr. Alexandre, Diretor-Geral do Senado –, espero que todos os Senadores façam a mesma coisa e entreguem as suas despesas e a de seus familiares, demonstrando, com isso, um respeito à transparência e à responsabilidade política que temos diante de dúvidas contra a dignidade de qualquer um aqui.

Diz o seguinte:

Em 1999, ano em que entrei aqui, não houve um centavo de despesa médica com a minha pessoa;

Em 2000, houve uma despesa de R\$410,00 com a minha pessoa.

Em todo o ano de 2001, houve uma despesa de R\$270,00 com a minha pessoa com saúde; estou falando de todos os anos.

Em 2002, Sr. Presidente, houve uma despesa de R\$370,00, mais uma de R\$550,00 e mais uma de R\$765,00.

O Senador Arthur Virgílio chegou agora e vou repetir os dados.

Em 1999, nenhum centavo de despesa comigo.

Em 2000, R\$410,00.

No ano inteiro de 2001, R\$270,00, Senador Arthur Virgílio.

Em 2002, R\$370,00, R\$550,00 e R\$765,00.

Em 2000, não houve um centavo de despesa odontológica comigo nesse período.

Em todo o ano 2003, houve uma despesa de R\$1.100,00.

Em 2004, a minha despesa odontológica, como nos anos anteriores, foi de nenhum centavo comigo. A minha dentista é a Drª Ira nilda, aqui do Serviço Médico do Senado, que sofreu um acidente, uma fratura no fêmur, e, a partir daí, eu fiz um tratamento particular. Então, até aí, nenhum centavo com despesa odontológica.

Em 2004, também, nem um centavo com despesa odontológica.

Em 2005, Sr. Presidente, R\$2.150,00 comigo, mais R\$350,00. Despesa odontológica, a partir dessa situação que relatei também, foi de R\$1.060,00. Em 2005, mais uma despesa de R\$342,00.

Em 2006, R\$1.540,00 e R\$100,00, mais uma despesa de R\$1.480,00. Em 2006, mais nada.

Em 2007, R\$550,00 e uma cirurgia que eu fiz de R\$12.250,00, mais uma despesa de R\$230,00. Parte da cirurgia, R\$7.610,00; mais R\$1.522,00, que é todo o conjunto de despesa hospitalar e com médico; e R\$2.442,00. Há ainda a extensão de R\$3.900,00 e R\$12.176,00.

Em 2008, despesas de R\$1.290,00, de R\$1.900,00, de R\$200,00, de R\$350,00 e de R\$500,00. Ainda em 2008, uma despesa de R\$198,00; mais uma despesa de R\$214,73.

Então, esse é o extrato, Senador Mão Santa, que preside a sessão, de todas as despesas ocorridas com a minha pessoa. Ao lado, está o extrato de todas as despesas ocorridas com meus familiares, minha esposa e meus três filhos.

Então, vou entregar à Presidência, em nome da transparência, do respeito que se deve ter às pessoas. E que essa corrida incessante, incansável, e que gera, no mínimo, náuseas, de denúncia anônima, sem rosto, sem coragem, possa ser refletida.

A minha sugestão à Presidência do Senado é que todos os Senadores façam a mesma coisa que eu estou fazendo: entreguem dados à Presidência, para que ela divulgue, a despesa de todos os Senadores, ativos e inativos, decorrentes de serviços médicos e odontológicos.

Esse é o meu dever de respeito à Casa, esperando, com isso, dar satisfação ao que as insinuações, que não são corajosas e não são positivas para a vida democrática do País, têm feito.

Era o que eu tinha a dizer. Entrego o documento a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Recebo. Os nossos aplausos. E eu, que estou aqui na Presidência, continuo com a mesma convicção: este é um dos melhores Senados da história da República, pelas virtudes de todos os Senadores.

Entendo, e entendo bem, José Agripino, que são fases. Estamos abaixo de Cristo ali. Somos todos cristãos. A Igreja é de Cristo. Aí surgiu Lutero. Reformas. Talvez estejamos vivendo um momento desses, necessário, de reformas. Mas as virtudes de Senadores, que nós representamos, o País tem a dever, porque nós estamos salvaguardando e aperfeiçoando a democracia. E a Oposição é necessária até aqui dentro.

Essa é a minha convicção.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peguei o discurso do ilustre Senador Tião Viana pelo meio, mas comprehendi o sentido. Eu gostaria de, desde já, requerer o que se refere, em matéria de gastos de saúde, a mim e a minha família.

E mais, aproveito até, Senador Tião Viana, para cobrar de V. Ex^a que um querido amigo seu, que considero um amigo particular meu também, Ministro Gilberto Carvalho, me mande finalmente os gastos de cartão corporativo durante o período em que fui Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Eu peço isso há tanto tempo, desde que começou a CPI dos Cartões Corporativos. Eu tenho certeza de que não tem nada exorbitante e chego a imaginar que não me mandam porque deve ser uma coisa muito decente. Peço isso há muito tempo e estou pedindo isso agora publicamente, ou seja, eu mereço receber, eu mereço saber quanto se consumiu de cartão corporativo no período em que fui Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Peço à Mesa que providencie e, antes de mandar para mim, entregue para a Imprensa o que quer que seja de qualquer dado referente a mim. Acontece que este Senado precisa superar essa agenda negativa.

Eu tenho um amigo, um amigo muito querido, Senador José Agripino, que mora – aliás, é seu admirador – que mora em Petrópolis. Ele trabalhou muito duro ao longo da sua vida e, em determinado momento, disse que não ia trabalhar mais. Ele vive numa boa casa, com regra, sem esbanjamento. E construiu uma vida, que não é a vida que quero para mim, pelo menos não é a vida que quero para mim no momento, mas construiu uma vida que ele quer para ele. Ele diz que segunda-feira para ele é domingo. Ele tem uma rotina que faz a segunda-feira dele parecer um domingo. Terça-feira continua sendo domingo; quarta-feira ele desce e dá, entre quarta e quinta, consultoria a duas empresas – ele é um excelente administrador – no Rio de Janeiro. Ele faz isso assim imaginando o momento de voltar para Petrópolis, mas quinta-feira para ele já é sexta.

Ele já sobe, depois do almoço, já com cara de sexta. Sábado, para ele, é sábado. O domingo é sábado e a segunda é domingo.

A sensação que estou tendo aqui é de que todo dia é domingo. Estou submetido ao *stress* que meu amigo não está, na Serra – ele optou, trabalhou duro, para conseguir um patrimoniozinho que lhe permite ter essa vida, enfim. Mas nós não podemos continuar sob esse clima, porque democracia e Parlamento desmoralizado não se casam. Ou um se moraliza, ou a outra fenece. Não pode continuar isso assim. Não vejo, sinceramente, que não tenhamos que dar respostas muito claras.

Aqui para nós... E vamos, então, falar da corporação, e não quero que a Casa reaja como corporação. Iria ser muito ruim. Não vou “fulanizar”, mas 13 anos de mando de determinado diretor criaram vícios, vícios graves. E daí outros vícios graves e pequenos vícios: um diretor achar que não tem nada demais entregar para um filho dele um apartamento funcional que deveria ser de um Senador, ou que o Senado poderia emprestar a um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por exemplo. Ele dá ao filho. A gente gosta mais de quem? Do filho. É de uma simploriedade isso! Porque

desapareceu a noção de pecado. E se desaparecer a noção de pecado, daqui a pouco alguém entra nu aqui, achando que está calor! O aparelho de ar-condicionado não está funcionando, entrou nu. Isso não pode continuar. Temos que reagir a isso.

Vou-lhe dizer que, seja o que for, o Presidente Sarney anunciou – e registro a boa vontade de S. Ex^a e aplaudo sua vontade de querer reagir, pois não fico nem naquela de antes tarde do que nunca, porque entendo que é bom reagir sim – 183 ou 181 diretores nesta Casa. Se vierem todos aqui, haverá um tremor de terra, eles não podem vir. Diretor de garagem, diretor de rinha de galo, deve ter de tudo. Eu reclamo do Governo perdulário do Presidente Lula, que tem 37 Ministros. Eu não gostava das negociações políticas que obrigava o Presidente Fernando Henrique a ter 28 Ministros. Eu achava uma coisa muito mediática, muito pouco realista o Presidente Collor ter reduzido para 12 Ministros, uma coisa até imatura, mas o Brasil funciona com 20 Ministérios, sim, pode funcionar com 18 Ministérios, sim. Não precisa de ministério da pesca, do pescador, do pescador amador, do pescador profissional, da mulher divorciada, da mulher casada, do homem descasado, do homem carente. Não precisa tudo isso.

Como é que se governa o País com deficiência, com 37 Ministérios – e reclamo disso todo dia – ou com 28 Ministérios e alguém imagina que seja crível que se tenha que governar o Senado com mais de 180 diretorias! Com 30 ou 20 se resolve isso. A Casa precisa dar uma resposta à opinião pública. Ela não pode passar por cima da opinião pública. Ela não pode fingir que não existe uma coisa chamada opinião pública. A Casa tem o dever não é só de se proteger nem de um ficar protegendo o outro. Tenho ouvido queridos amigos meus dizendo “puxa, a gente não pode”... Em outras palavras, não discuta esse assunto. Só que tenho dito reiteradas vezes desta tribuna que não comprei o título de sócio proprietário do Iate Clube, não. Não estou querendo discutir como vai ser o baile do Havaí, se vou de sarongue ou se vou de sunga. Enfim, não estou discutindo isso. Estou falando de uma instituição que é responsável pela democracia e que tem o dever e não é de se proteger ou de proteger os seus membros; ela tem o dever de defender a opinião pública.

Eu dizia ainda há pouco a uma jovem jornalista: eu digo, olha, você muito triste ao escrever matérias contra o Senado, muito triste ao escrever matéria, você não é sádica. Você tem razão de escrevê-las. Se eu fosse jornalista, eu escreveria também, mas você não passou as agruras de enfrentar uma ditadura como eu passei.

Então para mim é muito doloroso eu perceber que aqui não estamos enfrentando a crise, nós não estamos votando, não estamos trabalhando porque o diretor fulano põe o filhinho na Casa; o outro entende que não tem que prestar contas de não sei de quê; uma funcionária que não tem nada a ver com o carro dela, mas, eu acredito que não tenha. Então por que não vem com ele? Por que tira o carro da garagem? Ou seja, essa agenda é medíocre, essa agenda não é a minha, eu não aguento essa agenda mais, essa agenda não é a minha, essa agenda não vai levar ninguém para lugar nenhum. Eu não estou aqui, eu não participo de nenhum grupo do tipo “vou proteger fulano”. Eu não tenho pacto de *omertà* com ninguém.. Não tenho. Eu tenho prestações de contas a fazer ao povo do Amazonas, à opinião pública brasileira.

E, portanto, eu vejo, Senador Tião Viana, que está na hora de todo mundo mostrar mesmo o que tem de gasto, o que não tem. O que for legal é legal, o que não é legal se diga, se corrija, enfim. Acredito que talvez poucas pessoas possam ter gasto tão pouco quanto V. Ex^a alegou, com certeza, com justeza, ter gasto em serviço médico, enfim, outras pessoas podem ter tido necessidades maiores. Eu já acompanhei senadores com problemas de saúde graves, enfim. Mas eu não vejo por que esses dados devam ser escondidos, não vejo por quê, sinceramente, não vejo por quê. Ou esta Casa se compenetra de que ela tem uma missão nobre a cumprir, ou vamos começar a ser vistos como expletivos, como desnecessários pela opinião pública. E isso é muito ruim. Eu sinceramente, estou assim numa crise.., eu chego aqui animado na terça-feira e, quando é quinta-feira, eu quero dar presença e ir embora. Acabei vindo porque tenho um dever local a cumprir e fui surpreendido com o discurso do Senador Tião Viana.

Eu tenho a impressão de que, olhando todos os Senadores, Senador Agripino, Senador Valdir Raupp, Senador Jefferson Praia, Senador Suplicy, Senador Neuto De Conto, Senador Delcídio Amaral, Senador Geraldo Mesquita, eu não quero acreditar, aliás, eu tenho certeza de que ninguém aqui tem nada a esconder. Se não tem nada a esconder, por que não mostra? Vamos mostrar. Que todos requeiram o mesmo, e acabemos com essa história de uma vez. Porque essa pauta negativa só vai ser superada com atitudes firmes, com atitudes que cortem na carne.

Essa história de fulano é muito meu amigo... É muito meu amigo, mas não serve para trabalhar comigo, às vezes. Tem muito amigo com o qual eu gosto de jogar sinuca, eu adoro falar tolices com as pessoas quando eu estou descansando, mas esse pessoal que conversa tolice comigo eu não coloco para trabalhar

comigo. Esse pessoal que conversa tolices comigo eu guardo para o meu lazer, para os meus fins de semana, quando eu estou em Manaus, enfim.

É hora de o Senado e a Câmara enfrentarem as suas verdades. Agora mesmo, o meu partido soltou uma nota assinada por mim. Não vamos aceitar esse casuismo do Presidente Temer, não. Deu na cabeça dele... Eu tenho muito carinho pelo Temer, mas, acima do carinho que eu tenho por ele, está o respeito que eu tenho pela instituição.

Imaginar que vai passar por cima das oposições, que vai impedir as oposições de obstruírem? Que serviço é esse que se presta ao Planalto? Mas não passa isso nem que seja por cima de mim, não passa. Isso não passa. Nós vamos enfrentar isso. E já digo mais: está comprometida a votação da semana que vem porque eu não concordo com essa arbitrariedade. Não quero jeitinho. E me disseram: o Temer é um grande constitucionalista. Pois ele nem sabe: eu já dei mais de dez livros do Temer de presente para alunos, amigos meus do Amazonas que o admiraram.

Ele é um grande constitucionalista, sim, mas, neste momento, ele pisou na bola, ou seja constitucionalista era o Francisco Campos, que engendrou aquelas leis cruéis do Estado Novo, do Getúlio Vargas. Constitucionalista era o Gama e Silva, que engendrou aquelas regras perversas do Ato nº 5. Então não estou discutindo aqui a competência do Temer. Eu estou discutindo que, para mim, não é por aí que se vai resolver a questão do entulhamento de medidas provisórias na nossa pauta. É com conversa democrática; não é imaginando uma forma de “bypassar” a oposição.

Esta Casa está precisando de comando, de liderança e está precisando de sinceridade. Isso só faz atritar. Comigo, só faz atritar. Comigo não vai para frente essa conversa. Então, vou me colocar contra. É assim? Então, antes de mudar...

E olhe lá, Sr. Presidente! Digo mais: dificilmente meu Partido perde a próxima eleição. Estou falando isso com muita sinceridade; com nenhum humor e com muita sinceridade. Não quero regras falsas, casuísticas para o Presidente que venha porventura a se eleger por meu Partido. Não quero dar um jeitinho agora, o que seria malandragem, esperteza. Não sou malandro nem esperto. A malandragem seria: “vou aturar esse aninho que falta do Lula, aí a gente ganha a eleição e aí fica um caminho aberto para a gente atropelar a oposição”. Não quero isso, Sr. Presidente. Este País tem opção entre a decência e o jeitinho, entre a acomodação, que faz com que não tenhamos mais nenhuma moral para contar piada de português...

E Portugal, durante já a minha passagem para a idade madura, desde a minha juventude, conse-

guiu ultrapassar o umbral do subdesenvolvimento; é um país desenvolvido hoje. E o Brasil continua nessa brincadeira. O Brasil continua com um dirigente que não admite que tem uma crise grave, uma crise que ameaça avassalar o que poupamos, o que construímos neste País.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que precisamos falar a verdade, do Executivo para o Judiciário, para o Legislativo. Todos temos que falar a verdade. Falar a verdade com muita coragem. Não precisa ter coragem para falar a verdade, aliás, Sr. Presidente. Quem precisa de coragem para falar a verdade é um mentiroso. Quem não é mentiroso, quem é sincero não precisa de coragem, simplesmente fala.

Estou vendo que temos um quadro muito grave, um quadro de crise, uma crise mediocre. Essa crise de picuinha para cá, picuinha para lá.

E mais: eu não tenho compromisso com mazela. Ninguém espere de mim que vá plantar nota em jornal! Nada disso! Se eu souber de alguma coisa errada que prejudique a instituição, o meu nome, o nome da Casa a que pertenço, eu vou para aquela tribuna. Sou supersticioso, não falo "daquela" nunca. Eu falo daquela ali! Dou o nome das pessoas. Eu seria o pior jornalista do mundo, porque comigo não teria esse negócio de fonte. Eu dou tudo dali, tudo com muita clareza.

Então, Sr. Presidente, creio que V. Ex^a deve exortar os Parlamentares todos a exibirem o que são. Eu, por exemplo, tenho convicção de eu e a minha família gastamos muito mais do que V. Ex^a declarou. Tenho certeza disso! Mas não quero esconder nada de ninguém. Quero que as pessoas saibam e julguem e que publiquem.

Portanto, aqui está. Essa é a minha exposição, porque vejo que assim nós vamos virar um clubezinho, cada vez mais um clubezinho fechado, achincalhado pela mídia, um clubezinho desrespeitado pela opinião pública. Não foi para um clubezinho que eu me elegi; eu me elegi para o Senado da República.

Nós falamos, sempre V. Ex^a com muita autoridade moral, em Rui Barbosa. O Senado de Rui Barbosa não era esse; o Senado do meu pai não era esse. O Senado do meu pai era um Senado em que as pessoas discutiam teses e não se tinha dúvida quanto à honra pessoal das pessoas, porque ele era maciçamente composto por pessoas muito honradas.

Então, hoje, eu gostaria que disséssemos que temos dois caminhos: ou limpamos de uma vez por todas a imagem desta Casa interna e externamente... E não é com brincadeira, com cosmetologia. Vou dar um exemplo bem claro: economizar telefone. Então, vamos cortar 300 ramais. Notícia bonita! O meu gabinete corta "não sei quantos ramais", e os outros não

cortam. Quem quer falar em interurbano fala no telefone que não foi cortado, Sr. Presidente.

Eu não estou disposto a isso, a fazer um jogo que pareça para opinião pública que... Ou seja, queremos cortar telefones? Vamos cortar. Estabelecer uma meta: a meta será essa. Vamos poupar de telefone "x%" até o mês tal. Vamos poupar água, luz, viagens, diárias, o que for. Vamos estabelecer metas às claras. Esta Casa não tem saída, a não ser a transparência. Ela não tem saída a não ser a clareza diante da opinião pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu quero dizer a V. Ex^a que a minha presença aqui... Nós apenas votamos em chapas diferentes para o Senado, mas com o mesmo objetivo. Estamos juntos nessa campanha de austeridade e moralização. Eu entendo que este momento... Cada um leva a sua profissão aonde vai, José Agripino. Eu sou médico. Tinha que ter o diagnóstico. O diagnóstico está sendo feito agora. Ninguém sabia. Sabia que estava meio doente. E vamos fazer o tratamento que o caso exige, a correção que o caso exige.

V. Ex^a deseja falar pela ordem, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava no cafezinho do Senado, há meia hora, exatamente conversando com um grupo até numeroso de jornalistas, trocando idéias sobre o que, na minha opinião, é preciso que se faça nesta Casa.

Presidente Mão Santa, eu digo a V. Ex^a, com toda a honestidade, que, pelo menos para mim, não foi fácil chegar aqui. Ganhar uma campanha para Senador não é fácil, nem para V. Ex^a, nem para o Senador Arthur Virgílio, nem para mim; para ninguém. Esta é uma Casa composta por muitos ex-governadores, muitos ex-ministros de Estado, até ex-Presidentes da República. É uma Casa constituída por figuras de muita experiência na política e por ganhadores de eleição.

O que está ocorrendo no Senado hoje é uma coisa que denigre o currículo dos que aqui estão, porque são pessoas com história. Eu digo a V. Ex^a que, neste momento, não está valendo muito a pena ser Senador, não, porque, perante a opinião pública, os exemplos que são postos nivelam por baixo a Casa.

Eu estava conversando com jornalistas e dizendo a eles que estava na hora de os Líderes conversarem entre si – os Líderes falam por suas bancadas; estava na hora de o Senador Aloizio Mercadante, o Senador

Renan Calheiros, o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, o Senador Líder do PSB, Senador Antonio Carlos Valadares, o Líder do PTB, o Líder da Casa, conversarem sobre o que é preciso fazer – e logo – e demarcar o território.

O que é permitido e o que não é permitido? Quais são os direitos e quais são os limites desse direito? Onde é que estão as lacunas de dúvidas? Porque cada momento agora é um momento de expectativa. Ninguém sabe qual vai ser a próxima denúncia. Há coisas sobre o que não há muito o que discutir. Se ocorreram contratações, por terceirização, de parentes premidas pela lei do parentesco, lei do nepotismo, na minha opinião, Presidente Mão Santa, a punição tem que ser exemplar, porque, mais do que afronta à lei, terá ocorrido a burla à lei.

Em vez de você contratar afrontando a lei às claras, para, em seguida, ser admoestado e perder, se fosse o caso, você procurou fazer o jeitinho, pela terceirização, escondido, e contratou. Se isso tiver acontecido, os responsáveis têm que ser expostos e condenados. Se houve facilidade a, b ou c, que elas sejam apontadas e sejam exemplarmente condenadas.

A verba indenizatória tem que continuar ou não tem que continuar? O que pode e o que é que não pode? Acabar com essa história “o campeão de gasto foi fulano de tal”. Ou você pode, ou você não pode usar aquilo que é um direito para você desempenhar o seu mandato. Agora, essa história de que “fulano de tal é o campeão de gasto de verba indenizatória”...

A verba indenizatória é de R\$15 mil. Eu uso os R\$15 mil no limite total. Agora, para quem quiser ver onde eu gasto, eu dou na hora nome, endereço, nota fiscal, tudo, sem temor de nada. Agora que não me vêm criticar porque eu usei aquilo que é um direito. O que eu não tenho o direito é de não usar o que eu não tenho direito. Isso, sim.

Passagem, despesas médicas... Para despesas médicas, Sr. Presidente, há definições. Ao que me conste, por ano, o Senador sabe quanto é a sua cota de odontologia, ao que conste. Ao menos que eu esteja enganado, mas o que me consta é isso. E digo com autoridade de quem não usa em grande medida – pelo contrário, em medida muito modesta – despesas médicas. Eu faço um *check-up* por ano, e estamos conversados, e mais nada, graças a Deus.

Odontologia: uso o limite que o Senado determina.

Cota de passagem. Ah, pode ou não pode? Há que se definir o que pode e o que não pode, e estamos conversados. Se não há uma definição, há que se definir. A partir daí, estamos conversados, e, com transparência, as pessoas cumprirão aquilo que é permitido no seu limite.

O que é que eu proponho e acho que deve acontecer? Os Líderes se reunirem, para trocar idéias sobre isso, e procurarem o Presidente da Casa, para levarem como sugestão, em adendo ao que ele já imagina fazer. Ele é um homem com larga experiência e deve ter boas idéias na cabeça para remover esse contencioso de dúvidas do Senado. Assim, nós damos a colaboração para que esta Casa se preserve e esta Casa seja vista perante a opinião pública como ela sempre foi vista: a Casa Revisora composta por homens com vergonha na cara e que têm compromisso com o espírito público e com a sociedade. O resto é muita especulação e um momento muito ruim que estamos vivendo e que temos que superar juntos, somando idéias, tomando compromissos e agindo com transparência.

Essa é a proposta que faço à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a não é apenas o Líder do Democratas. V. Ex^a é um dos grandes líderes do País. V. Ex^a traduz a grandeza deste Senado, em que nós acreditamos. E eu acredito tanto, tanto, tanto que eu estava olhando a lista de oradores. Jefferson Praia. Nós conhecemos o Jefferson Péres, o Brasil todo. Mas eu quero lhe dizer: está aí um homem de virtudes. Eu digo isso não porque estou aqui, neste instante, como Presidente, mas como médico.

Então, o Senado é feito disso. Nós, vamos dizer, somos um dos Senados mais dignos da história. Agora, no momento, aconteceu isso, como na igreja cristã ocorreu, surgiu Lutero, que teve de fazer a reforma. E nós a estamos fazendo.

E cedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que está obstinadamente se dedicando a esta fase de adaptação e moralização do Senado da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, agradeço, em primeiro lugar, ao Senador Jefferson Praia a gentileza em me ceder o seu horário, invertendo a ordem, para que eu possa prestar alguns esclarecimentos aos colegas Senadores e também ao Brasil.

Nessas últimas semanas, não se tem tratado, nesta Casa, de um outro assunto qual não seja denúncias envolvendo a administração do Senado Federal. É lamentável, mas eu queria, em primeiro lugar, pedir a atenção dos senhores jornalistas e dos Srs. Senadores para alguns fatos que precisam ser esclarecidos. Nós não estamos tratando de fatos ou de atos praticados pela atual administração da Mesa. Vieram à tona de repente, às enxurradas e aos borbotões, fatos que historicamente ocorriam na vida administrativa do Senado sem que chamassem a atenção sequer dos membros da Mesa que nos sucederam, inclusive os mais recentes.

Quero dizer que isso se deve ao estilo de como as administrações eram feitas. A transparência que esta Mesa está procurando dar a todos os atos foi atropelada por um fato grave, que foi a demissão do Diretor-Geral da Casa, detentor das informações – ele e a sua estrutura administrativa –, e a posse do seu substituto, que não detinha e não detém até hoje, pelas circunstâncias em que assumiu o cargo, essas informações. Seguiu-se a esse fato a demissão do Diretor de Recursos Humanos, portanto, a espinha dorsal, o setor das informações necessárias a quem assume a gestão de uma Casa nessas circunstâncias e com as características do Senado da República.

Fomos surpreendidos com a questão das horas extras. E a questão das horas extras nos trazia um impasse para que pudéssemos tomar uma decisão. O ato transmitia ou delegava aos gabinetes a definição dos beneficiários dessas horas. Somente cada gabinete tem, para não cometer injustiças, o poder de apontar os servidores que, efetivamente, prestaram serviços naquele período. Um ato drástico de fazer com que todos retornassem as horas recebidas era cometer injustiças, porque houve, por circunstâncias diversas, funcionários que trabalharam, assegurados pela legalidade, durante o período em tela. Daí porque transferimos aos gabinetes a responsabilidade pela verificação ou retificação – melhor dizendo – dos fatos. Alguns responderam, outros estão respondendo. E, nos casos das respostas já consumadas, as providências devidas estão sendo tomadas.

Setores da imprensa disseram que transformaríamos a devolução em um empréstimo. Esqueceram-se de que a devolução em dez prestações – ou em dez parcelas – é uma obrigação que nos impõe a legislação trabalhista. A partir de então, deflagraram-se várias outras denúncias.

Nós estamos procurando, desde o primeiro momento, desde o ato de posse aqui, tomar medidas para que os ajustes sejam feitos, inclusive tendo em vista a crise econômica por que o País passa. E o Senado da República tem por obrigação, numa hora como essa, dar o exemplo. Evidentemente, a sucessão de fatos, a exigência da opinião pública por meio da imprensa em querer resultados sobre os fatos ocorridos temos tirado diariamente do foco dos nossos objetivos, porque temos de prestar esclarecimentos e convocar funcionários. E isso demanda tempo.

Tenho procurado ser o mais transparente possível e colaborar muitas vezes, a contragosto de outros companheiros de Mesa, para o trabalho da imprensa. Outro dia mesmo, não sei se Andreza está aqui, fiquei até quase 10 horas da noite, no meu gabinete, para prestar um esclarecimento que era importante para

uma matéria que ela tinha na sua pauta e que o jornal exigia. A jornalista Andreza é testemunha. Teve que ir para a redação e colocou um colega seu à espera da matéria, e, a duras penas, consegui. Não sei se satisfez os desejos e o objetivo da matéria. Isso tem sido feito com a imprensa de um modo geral. Mas eu cometi pecados. Outro dia, fui convidado pela Déris Ortiz para um cafecinho aqui na sala anexa. E começamos uma conversa. Nessa conversa, quando menos espero, havia cerca de vinte ou trinta jornalistas, mais ou menos – não quero ser exagerado –, e os assuntos foram os mais variados. De repente, fui bombardeado por questões que iam de despesa médica a telefone, a hora extra, e por aí afora, e eu disse duas coisas. Não cometi nenhuma heresia, cometi uma inconveniência, porque não deveria ter falado naquela circunstância, até porque pensava se tratar de um diálogo informal e não de uma coletiva – até porque eu não me sentia com força nem capaz para dar uma coletiva para tanta gente naquele dia. E falei: do jeito que essas coisas estão indo, vai ver que é melhor fechar o Congresso, porque ninguém aguenta essa campanha. E o que me causa espécie é ver o Executivo passar incólume, passar imune; a CPI das ONGs, o esforço que fiz ao longo de dois anos para que funcionasse, e nem sequer conseguimos atingir quórum, mereceu destaque da imprensa. Falei do caso dos Fundos de Pensão e de alguns outros fatos corriqueiros, uma conversa informal.

Em determinado momento, voltou-se à carga a questão do uso de passagens aéreas. E eu, mais uma vez me dirigindo em voz baixa, em tom baixo, não me lembro se para uma das jornalistas, disse: esse é um fato constrangedor. Nem jornalista escapa. Em nenhum momento eu disse que os jornalistas seriam do comitê. Pelo contrário, até fiz um adendo: sou de um Estado pobre, de uma região pobre e vejo, não só lá, mas também aqui, vários companheiros se queixarem de pressões que recebem para promover certos deslocamentos.

Estou dizendo porque esse fato foi turbinado e dá a entender, primeiro, que faço acusação direta – não; muito pelo contrário – e, segundo, que quero fechar o Congresso. O Congresso para mim é como meu pulmão. Eu respiro o Congresso desde que comecei a me entender como gente e a adquirir cidadania. Primeiro como servidor público, participando de assessorias parlamentares e, depois, desde 1981, 1982, como Parlamentar. Então, isso para mim é o inaceitável e o inadmissível. Apenas acho que, talvez, na defesa da proteção do Congresso, ter soltado essa frase, que, infelizmente, contra ela tenho de usar a teoria do jaboti: esconder a cabeça na carapaça, esperar as pancadas e depois continuar.

Reconheço que eu não deveria ter feito o comentário nas circunstâncias em que fiz. Agora, fiz, em um cenário de pessoas com as quais a gente, ao longo do tempo, nessa convivência diária, adquire afeto, respeito e admiração.

Quero fazer esse registro e dizer que, paralelamente, quando me deixam, tenho procurado trabalhar. Hoje mesmo, a 1ª Secretaria tomou já algumas medidas, dando continuidade ao que fez, desde o primeiro dia de posse – quero lembrar que o Presidente Sarney anunciou redução de gastos, meta de redução, como também, preocupado com a situação dos servidores da Casa, inclusive com os endividados, limitou os juros dos créditos consignados, vez que alguns bancos praticavam juros extorsivos de 3,5% até 4%, a 1,65%, salvo engano.

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares e em conformidade com as determinações do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, no sentido da adoção de medidas que promovam a economia de gastos,

Resolve:

Art. 1º Determinar ao Diretor-Geral que adote as providências necessárias no sentido de promover a imediata exoneração dos ocupantes de 50 (cinquenta) cargos de direção ou função equivalente na estrutura administrativa do Senado Federal, visando à futura extinção desses cargos.

Parágrafo único. Após a adoção das medidas de que trata este artigo, o Diretor-Geral deverá apresentar plano de redução adicional de cargos de direção ou função.

Art. 2º Determinar ao Diretor-Geral que adote as providências necessárias para a nomeação imediata dos classificados aprovados no concurso público promovido pelo Senado Federal, nas áreas de Comunicação Social.

§ 1º A nomeação dos classificados de que trata esse artigo deverá ser acompanhada das providências necessárias visando à redução do quadro de terceirizados da Secretaria Especial de Comunicação Social.

§ 2º Após a nomeação das áreas de Comunicação Social, o Diretor-Geral deverá adotar as providências necessárias para a nomeação dos aprovados em concurso público das demais áreas.

Art 3º Determinar ao Diretor-Geral que adote medidas necessárias visando ao reco-

lhimento imediato dos veículos de representação que estejam à disposição de diretores do Senado Federal, exceto da Diretoria-Geral e da Secretaria Geral da Mesa.

Exceto aqueles cuja regulamentação já permite. Para deixar bem claro, é o caso do Diretor-Geral e da Secretaria Geral da Mesa.

Art 4º Este Ato entra em vigor a partir da sua publicação.

Ato do Primeiro-Secretário nº 08, de 2009

(.....)

Art. 1º Criar Comissão Técnica Especial para analisar e propor as alterações necessárias aos contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra em vigor no Senado.

Art 2º Designar para compor a referida Comissão Técnica Especial os seguintes servidores efetivos: Florian Augusto Coutinho Madruga, Antonio Carlos de Nogueira Filho, Marcos José de Campos Lima, Carlos Eduardo Lopes Neves, Cláudio Alves Cavalcanti, Afranio Erasmo Fernandes Moreira, José Oliver Campos da Silva.

Art. 3º A presidência da Comissão Especial será exercida pelo primeiro membro designado no artigo anterior, que será substituído, nos impedimentos e nas ausências, pelo segundo membro designado.

Art 4º Os Administradores e Gestores envolvidos com contratos de que trata este Ato deverão cooperar com os trabalhos da Comissão Técnica Especial.

Art 5º Este Ato entra em vigor a partir da sua publicação.

Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Eu queria, rapidamente, cumprimentá-lo. V. Ex^a tem absoluta razão; o Brasil não aguenta mais essa discussão. Nós precisamos dar um passo à frente, sair dessa agenda. O Senador Arthur Virgílio, há pouco, eu vinha ouvindo no automóvel, fez um brilhante discurso aqui, logo depois do discurso do Senador Tião Viana, que eu não tive a honra de ouvir, mas ouvi comentários do Senador Arthur Virgílio de que foi também nessa direção. É preciso dar racionalidade à Casa, dar transparéncia, acabar com a superposição, unificar esses órgãos: ILB, Interlegis, Unilegis... É importante que V. Ex^a e o Presidente José Sarney deem consequência a esse trabalho, com metas, com resultados... O Senado, mais do que nunca, precisa funcionar, colaborar com saídas para

a crise, e os Líderes querem verdadeiramente cumprir esse papel. O que for preciso fazer para apoiarmos a Mesa, para que V. Ex^a e o Presidente Sarney tome as medidas necessárias, de uma vez por todas, para que saímos dessa discussão a respeito de cota de passagem, cota de telefone, apartamento funcional, indenização de despesa médica... Meu Deus, isso é um problema da administração da Casa. Os Senadores precisam falar sobre o Brasil. Nós temos de vencer essa etapa, sair dessa agenda. A quem interessa essa agenda? Os Líderes precisam, mais uma vez, Senador Heráclito ter a consciência de que temos de garantir a transparência. A sociedade precisa acompanhar o Senado. O Senado tem feito a sua parte, precisa fazer novamente. Quando, por exemplo, proibimos as convocações extraordinárias, economizamos em um ano só R\$200 milhões. É preciso que permanentemente a administração tenha metas a cumprir, tenha objetivos, e a sociedade possa acompanhar. O Senador José Agripino também disse aqui, e queria concordar com ele. Essa coisa de verba indenizatória não dá mais. O Senado não pode manter no seu dia a dia um tema que lhe causa dificuldades todos os dias. É preciso ter transparência, sim. É preciso acabar com ela. A sociedade entende. Isso desgasta o Senado porque a sociedade acaba entendendo essas coisas, o povo entende essas coisas. Precisamos dar de uma vez por todas as respostas que precisamos dar. Queria, Senador Tião Viana, dizer da minha disposição. Quero colaborar. O PMDB quer colaborar. O PMDB tem um papel importante, estratégico nesta Casa. É a maior bancada. E é importante voltar, Senador Heráclito, a força do PMDB, o papel do PMDB, de todos os partidos para que tenhamos transparência total no Senado da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Jefferson Praia.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Heráclito Fortes, nesta discussão, e eu estava aqui fazendo uma reflexão, acredito que chega o momento de aproveitarmos tudo isso que está acontecendo no Senado, externamos... Por exemplo, a população precisa saber a que os Senadores têm direito. Por exemplo, o Senador Tião Viana, que é uma pessoa por quem tenho a maior estima e respeito. Percebo-o como grande político, como grande Senador...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – ...falou sobre as despesas médicas e odontológicas. A quanto cada Senador tem direito? Qual é o valor das despesas médicas e odontológicas? A população precisa saber

disso, senão vamos ficar sempre nessas discussões. É um valor elevado? Teremos de reduzi-los? Quais são os critérios que iríamos estabelecer, por exemplo, para a questão relacionada com as despesas médicas? Passagem aérea é a mesma coisa. Qual é o critério para as passagens aéreas? Não temos critérios! Se não há precisamos estabelecer quais são os critérios. Está certo que aqui é o Parlamento, e o Parlamento é o local, é claro, dos debates, das opiniões diversas. Sou muito objetivo! Acredito que chegou a oportunidade... Se não existe uma comissão para tratar dessas questões, Senador Heráclito, precisamos viabilizá-la o mais rápido possível. Para estabelecer o quê? Critérios para estabelecer de tudo nesta Casa. De tudo! Não pode ficar assim! Qual é o critério para as passagens aéreas? Quais são os critérios para as questões odontológicas e médicas? Senadores têm direito à mala direta. Vai continuar tendo mala direta ou não? Senador tem direito a telefone. Vai continuar tendo direito a telefone ou não? Colocarmos isso claramente. O que não podemos é ficar nesse debate que já se arrasta aqui e as soluções não aparecem. Para mim, ao resolver essa questão, nós temos de estabelecer critérios que não existem, porque hoje é o Senador "A"; amanhã é o "B" ou o "D", e vamos ficar sem apresentar uma solução para a população: apresentarmos os critérios de utilização e sermos transparentes. A transparência precisa ser a palavra nº 1 aqui desta Casa. A verba indenizatória é outra questão. Não quero aqui ser melhor do que ninguém. Eu não utilizo a verba indenizatória, porque estou sucedendo um grande Senador, que é o Senador Jefferson Péres, que não usava a verba indenizatória. Também não acho ilegal ou imoral usar. Eu acho até o valor um pouco alto. Poderíamos rever esse valor. Quinze mil é muito? Qual é o valor adequado? Eu sou contra, por exemplo, incorporar no salário. Eu acho que não temos como incorporar nada em salário agora. Não dá para falar em aumento de salário, não dá para falar em nada disso. Portanto, é transparência. Na minha coordenação, eu termino o aparte contribuindo com...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – ...duas palavras, Senador Heráclito: primeiro, transparência; segundo, critérios; Vamos rever tudo que temos, que são os direitos dos Senadores. A população precisa saber. Alguns Senadores dizem que aqui é o céu. Quando me perguntam se aqui é o céu, eu digo que eu não sei que céu é esse que vocês falam. Porque salário de Senador é dezesseis mil e tal, abate Imposto de Renda, dá onze mil e tal, doze mil. Senador que tem dinheiro, ou ele era milionário ou, então, deu algum jeito

na vida. Você tem a verba indenizatória de quinze mil reais, que precisamos. Vai continuar com esse valor? Não vai? Transparência. Precisamos ter transparência. Então, para resolver a questão, na minha avaliação, nós temos que fazer isso com urgência, senão nós não daremos... Estamos dando o resultado que a sociedade quer...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Estou terminando, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu faria um apelo ao meu companheiro de Mesa, Senador Mão Santa, que fosse compreensivo e generoso...

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós somos compreensivos, generosos, e estamos aplaudindo e somos testemunha do esforço de V. Ex^a. Mas é porque tem vários oradores inscritos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Se V. Ex^a acha que os esclarecimentos incomodam, eu encerro e continuo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Não. É porque tem...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas eu gostaria de ouvir os três apartes...

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Isso é importante discutirmos isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É um esclarecimento que nós temos que dar ao País, num momento como este.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex^a fique à vontade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está bom. Obrigado.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Mão Santa, veja bem, Senador Mão Santa, é muito importante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Seja dez por cento generoso com esse colega, como a Casa é com V. Ex^a nos seus pronunciamentos, a vida inteira. Só peço este momento.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Mão Santa, este é um momento importante. O Brasil está com os olhos voltados para cá. E nós não podemos entrar mais uma semana nessa lengalenga: semana que vem, é o Senador tal; semana que vem, é o outro Senador; semana que vem é não sei quem. Vamos definir critérios. Vamos ver como é que as coisas deverão ser feitas e dar transparência. Porque o que nós precisamos, Senador Heráclito, finalizando, é dar resultados para a população. Quais são os re-

sultados que a população quer? Legislar e fiscalizar em relação ao bom andamento da sociedade e coisa que nós não estamos fazendo, neste momento. Agora, é importante também dizermos o seguinte: que não adianta continuarmos da forma como está. Nós temos que resolver os nossos problemas internos, sim. Eu agradeço a oportunidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concordo plenamente com V. Ex^a; e não só concordo com V. Ex^a como lhe agradeço. Acho que essas questões das verbas indenizatórias têm que ter transparência e têm que ser usadas para o exercício do mandato. Aliás, como ocorre nas grandes democracias do mundo. Não vamos citar o exemplo dos Estados Unidos, Senador Pedro Simon, porque as verbas indenizatórias dos Estados Unidos são uma coisa colossal; não é isso. Vamos continuar com a verba modesta que temos. Agora, vamos ter transparência com relação ao uso.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador, peço-lhe um aparte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu ouviria o Senador Delcídio...

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Eu solicita-ria do Senador Mão Santa que desse mais dez minutos para V. Ex^a, para que pudéssemos tratar deste assunto. Então, seria necessário todo mundo ir à tribuna para tratar da mesma questão, uma vez que V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Então, seriam alguns esclarecimentos. E o Senador com-preende e é generoso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Plenário está de acordo?

Os que estão de acordo com a proposta perma-neçam sentados. (Pausa.)

Mais dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Con-cedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só que-ro a garantia de também poder fazer uso da palavra, conforme solicitei, sem prejuízo do esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, nós vamos dando de acordo com Montesquieu, com o espírito da lei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Faço um apelo a V. Ex^a para que atenda ao Senador Edu-ardo Suplicy, uma vez que ele é muito raro aqui na tribuna.

Aliás, estou inscrito para falar depois e não perdi o meu tempo, então, eu lhe cederia, pois é uma pessoa que eu gosto de ouvir.

Ouço o Senador Delcídio Amaral, em seguida o Senador Raupp e depois o Senador João Ribeiro.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Conversamos hoje pela manhã, mas V. Ex^a é um homem muito firme nas convicções, nos posicionamentos, e sei, meu caro Senador Heráclito Fortes, a barra que V. Ex^a pegou quando assumiu a Primeira Secretaria. Nós percebemos claramente que V. Ex^a, que sempre é muito convicto em tudo que faz e diz, tem enfrentado dificuldades, até porque está tomando conhecimento agora de todas as atividades relacionadas à Primeira Secretaria e consequentemente ao Senado. Eu só acho, Senador Heráclito Fortes, que nós precisamos definitivamente, e espero que essa semana seja uma semana... Eu acho que o Senador Tião Viana vir falar aqui de gastos pessoais dele, com cirurgias, com odontologia, isso é lamentável. É triste, é constrangedor assistir a um depoimento desses, principalmente de um Senador como o Tião Viana. É! Eu acho que nós precisamos acabar com isso, mudar essa agenda definitivamente, porque ninguém aguenta mais essa conversa aqui. Acho que diante desse processo, das movimentações feitas, acredito que nós podemos, Senador Tião Viana, promover um processo de renovação de quadros na direção do Senado. Dar oportunidades, pois o Senado tem funcionários públicos de excelente qualidade, bem preparados, competentes. Nós temos uma oportunidade ímpar de, em função dessas mudanças, construir, arejar a estrutura do Senado, fazer com que o Senado promova novos talentos e, consequentemente, melhore e qualifique cada vez mais o seu quadro, avalie qual é a melhor estrutura administrativa, para que a Primeira Secretaria, o Senado como um todo, faça um bom papel, desempenhe um bom papel. Mas isso é uma missão que tem que ser pautada e executada pela direção do Senado e dentro das condições normais de temperatura e pressão, e não do jeito que as coisas estão acontecendo. Hoje estamos diante de uma crise, uma crise mundial em que o Governo Federal tem procurado fazer o possível para enfrentar, e o Legislativo tem vários projetos que aqui tramitam fundamentais para darmos uma resposta a essas dificuldades que afligem o mundo. Pegamos essa crise no momento em que o País estava numa situação muito mais privilegiada em comparação a outros continentes, a outros países. Temos grandes debates a fazer na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Infraestrutura, na Comissão Especial da Crise, discutindo temas importantes, como: O Programa de Aceleração do Crescimento, a Legislação das Agências Reguladoras, o Arcabouço Regulatório das Áreas de Infraestrutura; projetos como o de repatriação de recursos lá fora no momento em que a crise inviabiliza empréstimos em

todo sistema financeiro internacional e as dificuldades, que conhecemos hoje, verificadas no próprio sistema financeiro nacional. Quer dizer, quantos projetos podemos discutir, debater e implementar para ajudar o País? Então, acho que definitivamente todos nós aqui estamos de acordo de que precisamos mudar essa pauta, Senador Tião Viana. Pelo amor de Deus, daqui a pouco não poderemos mais andar nas ruas, porque seremos colocados como pessoas absolutamente inúteis, que nada produzem para o País. Nós vimos aqui para trabalhar e votar projetos que são importantes para o País. Infelizmente, entra semana, sai semana – Senador Arthur Virgílio, também acompanhei o pronunciamento dele –, e nós não temos feito nada. Então, isso tem que acabar. Desculpe-me, Senador Heráclito. Eu acho que as Lideranças têm que se reunir na próxima semana, estabelecer uma pauta mínima, dar um reordenamento nos trabalhos das comissões e tocar a reforma administrativa. E acabou. Nós não podemos ficar desse jeito, porque é lamentável. O País não espera isso do Senado Federal e do Congresso Nacional. Nós precisamos fazer frente a esses desafios que a crise apresentou para nós. E nós temos condições de responder. Agora, temos que responder de uma maneira organizada, planejada, priorizada. E essas questões intestinas, vamos resolver com a nossa administração, dar racionalidade e transparência e promover a renovação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está parecendo para a opinião pública que tudo que os Senadores fazem aqui é ilegal: o gasto com passagens, o gasto com tratamento com dentistas, com médicos. Mas tudo que fazemos está dentro do regulamento. O Senador Jefferson Praia abordou muito bem essa questão. Nós temos direito a gastar perto de R\$20 mil por ano com despesas de saúde e tratamento dentário, e a grande maioria, acho que 100% dos Senadores não usam todos os anos. Ninguém usa isso, mas poderia usar porque está nos regulamentos da Casa. E quando usa, como o Senador Tião colocou aqui, é ridículo, as despesas são de R\$300,00, R\$400,00, de R\$100,00. Quer dizer, conheço casos de Senadores inativos que gastaram R\$70 mil com a família, porque o Regimento da Casa, a legislação dá direito a isso. Agora, chegou o momento em que parece que tudo que se faz aqui é ilegal. Se a verba indenizatória for ilegal, vamos acabar com ela. Eu uso a minha verba indenizatória para pagar voos regionais, porque

o Estado é muito grande e de difícil acesso, e também para divulgar os trabalhos do Senado. Por quê? Porque o Regimento dá direito, a legislação dá direito a fazer isso. A única coisa que eu disse que está errada – falei para a imprensa ontem quando me perguntaram – é o pagamento, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de hora extra para 17 servidores do meu gabinete, porque não me consultaram. Nós estávamos de recesso. Isso, sim, deve ser estornado. Deve-se encontrar uma forma para que o valor pago a esses servidores seja descontado em folha ou para que eles devolvam esse dinheiro, porque, se não trabalharam, não merecem receber. Mas tudo mais que estou vendo acontecer nesta Casa a legislação dá direito. Agora, se for para não fazer, vamos mudar a legislação, vamos mudar o Regimento Interno da Casa, vamos mudar as regras, as normas e vamos fazer de outra forma. Eu não estou vendo nada acontecer ilegalmente nesta Casa, mas, para a opinião pública, está parecendo que tudo que se faz aqui é ilegal, Senador João Ribeiro. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador João Ribeiro.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Heráclito Fortes, vou procurar ser breve no meu aparte. Primeiro, agradeço a V. Ex^a por me concedê-lo e dizer que, realmente, precisamos acabar com esse tipo de discussão que não leva a nada. Nós precisamos votar coisas importantes para o País. Venho observando muitos fatos que desaguardaram nisso que está ocorrendo hoje. Há pouco tempo, fui abordado, Senador Heráclito Fortes, já pela segunda ou terceira vez, sobre a questão. E alguém da imprensa do meu Estado – há sempre alguém que não gosta da gente – destaca na primeira página de um jornal do Estado que foi o Senador João Ribeiro o que mais gastou da verba indenizatória. Olhem, só são R\$15 mil de verba indenizatória. Não gastei mais; gastei menos. Gastei aquilo que tenho o direito de gastar. Se quiserem questionar os meus gastos, vão ao meu gabinete e me peçam para mostrar com que estou gastando. Mas dizer que gastei mais ou menos, ter de estar explicando esse tipo de coisa para alguns setores da imprensa é brincadeira, é desrespeito com o mandato parlamentar. Ou a gente dá um basta nisso, Senador Heráclito, ou então isso não vai ter fim, porque tudo o que é combinado não é caro – já diz o ditado popular. E o que é regra, o que é lei, o que está no Regimento é para ser cumprido. Lamentavelmente, Senador Tião Viana, eu o vi e o ouvi do meu gabinete – até tentei chegar aqui para apartear V. Ex^a. Fico pensando, Tião Viana,

no meu caso. Tenho um filho, que V. Ex^a acompanhou, que fez duas cirurgias do coração. Na primeira, ele ficou quase 40 dias no hospital. Quando ouvi V. Ex^a falando, imaginei: se forem olhar a minha situação, vão cassar o meu mandato, Senador Tião Viana; se forem olhar os gastos de saúde principalmente com esse fato. Outros, graças a Deus, não tive. Olhe, Senador Heráclito, se é direito nosso, por que se tem de questionar? Questiona-se como está sendo gasto, aí acho que se pode questionar. Isso eu não contesto. A gente, às vezes, tem de dar explicação. Mas ter que explicar o que vi na imprensa nacional: que o Senador João Ribeiro; depois, o Senador Agripino; depois, o Senador Fulano de Tal. Não existe, Senador Agripino, isso de quem gastou mais e de quem gastou menos. Se é R\$15 mil o seu limite, quem quiser gasta, quem não quiser não gasta. É legal gastar. Quem não precisa não gasta. É só não gastar. Quem não quiser não precisa receber o salário, Senador Heráclito Fortes, nem os dezesseis ou qualquer tanto que receba. É só devolver. Ou não receba. Mas o que é legal não pode ser tratado dessa forma. Então, estou fazendo este aparte e agradeço a V. Ex^a. Desculpe-me, acabei excedendo um pouquinho no tempo. Mas V. Ex^a traz este assunto muito importante, e a Casa precisa discutir e colocar um ponto final nisso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço V. Ex^a e, contando aqui com a generosidade do Senador Mão Santa, ouço o Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Sr. 1º Secretário, V. Ex^a sabe que hoje abrimos os jornais de manhã e a notícia é o Senado Federal. Reconheço que fiquei muito surpreso quando soube, pelos jornais, que havia 180 – ontem o Jornal Nacional falou em 190 diretorias –, o que é um absurdo. Nós somos 80 Senadores. Cento e noventa diretorias? Isso eu não sei. A que ponto nós chegamos. Mas tenho certeza que nenhum de nós, além de não termos sido consultados, sabia disso. Nós chegamos aqui, devotadamente, para cumprir nossos mandatos. E entre os Senadores, dos mais laboriosos, sobretudo na área da saúde, o Senador Tião Viana é incansável. Quando comecei o meu mandato, ele era Líder do Governo. Quantas reuniões se estenderam ao longo das noites, quantas vezes ficamos aqui após o expediente, e quantas leis boas fizemos. Não acho justo que ele agora seja acusado, de maneira infame, por coisas que não praticou.

Mas são reflexos de 190 diretorias – um escândalo! –, um colosso de desperdício, porque não há razão para tanta diretoria. V. Ex^a tem um trabalho extraordinário pela frente, que é exatamente sanear isso tudo e

colocar em pratos limpos. Além disso, o povo brasileiro deve entender que os Senadores não fazem parte da administração do Senado nem votam administração de diretorias ou criação de diretorias; nós votamos leis. Queria fazer um apelo a V. Ex^a: hoje temos, em nosso Senado, 19 comissões, se contarmos as CPIs e as subcomissões. Não temos tempo para estar em todas elas. Há três anos, estou tentando aprovar um projeto de voto remoto. O que é o voto remoto? É aquele voto pelo computador. Se estivermos em missão oficial, votamos lá fora, **on line**; se estivermos aqui em outra comissão, podemos ter um **palm top**, em que apareça o assunto que está sendo discutido, e, por esse **palm top**, poderemos votar, pois já conhecemos a matéria, já estudamos. Mas a comissão não dá **quorum**, não se reúne, não delibera, e os projetos ficam todos engalfinhados. "Ah, Crivella, isso aí não é exequível." É. É porque fiz esse projeto com o pessoal do Prodases, e eles me disseram que o Senado não gasta um centavo para adotar. Estou lembrando isso aqui agora. Nos Estados Unidos, é assim – o Tião Viana está me lembrando isso aqui. Hoje, na Internet, saiu a notícia, Senador Heráclito Fortes, de que o Supremo Tribunal Federal quer adotar o voto remoto – coisa que a gente não consegue aprovar em nosso Regimento Interno. Olha, existe uma comissão agora estudando a revisão do Regimento. Ela foi instalada em março do ano passado, foi votada aqui por nós em março do ano passado. Em novembro, ela foi instituída. Tem 90 dias para deliberar. A data final é agora em abril. V. Ex^a é um homem tão importante nesta Casa, é um líder de vulto e ocupa um lugar de destaque na Mesa; peço a V. Ex^a que, por favor, ajude-nos a instituir os votos remotos para podermos dar **quorum** às nossas comissões e deliberarmos nossas matérias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e vou prestar um esclarecimento, mas antes me permita dar uma opinião.

Sou Parlamentar. Gosto de ver esta Casa lotada, repleta. O Presidente Collor está conseguindo, lá na Comissão de Infraestrutura, lotar a comissão diariamente. O medo que tenho do voto remoto é que se crie um vício e que tenhamos, logo a seguir, um Senador de presença remota. Porque, já que vai poder votar... Veja bem, você começa a votar...

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Viam oficial.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sim, sim. Mas é esse risco que quero evitar, Senador Crivella.

Olha, nos Estados Unidos, pode-se votar, em dois dias da semana, da base. Vamos primeiro resol-

ver as questões prioritárias. Acho que essa idéia, já que a tecnologia avança e temos que nos adaptar a ela, é um estudo que deve ser feito, mas temos que ter algumas cautelas.

Com relação a 180 diretores, quero dizer a V. Ex^a que, na realidade, não existe essa figura de 180 diretores. Por um erro de nomenclatura, não sei se para agregação de salário – ainda estamos apurando –, criou-se esse fato. E o vazamento das informações dos que saíram e dos que entraram gerou uma distorção, num espaço de tempo, de 131 para 180. Na realidade, não é isso. Existe erro com relação a essa classificação que essa reforma administrativa proposta pelo Presidente Sarney vai corrigir. Não são 180 diretores. Essa história de diretor de garagem, de diretor... É algo que se usa apenas para estigmatizar o Congresso, mas, na realidade, não tem, muito embora acho que, por falha administrativa, alguns funcionários ficaram com esse apelido.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Heráclito, nas rodas de que tenho participado, tenho sido obrigado sempre a responder sobre a presença de membros do nosso Partido na 1^a Secretaria, como se tudo que estivesse acontecendo de errado dissesse respeito à atuação do 1º Secretário. Tenho dito a essas pessoas todas que as decisões do Senado são sempre tomadas de forma colegiada, em que o 1º Secretário é um dos membros da Mesa, que é presidida pelo Presidente, e o dia-a-dia da Casa é levado a efeito pelo Diretor-Geral, que tem um grupo de diretores que não totaliza 181. Folgo em saber que V. Ex^a hoje, em nome do nosso Partido, ocupa a 1^a Secretaria, porque V. Ex^a é um homem, acima de tudo, ágil, atento, antenado, e, como é um homem de ficha limpa, com conceito positivo, tenho certeza que vai fazer, dentro da sua função, o trabalho que lhe compete, que não é responder por todos os erros nem fazer o reparo, nem operar a panacéia dos problemas do Senado; mas será um bom parceiro na tarefa de recuperar aquilo que está errado na administração e fazer o que a sociedade e o povo do Brasil espera do Senado da República. Vamos reunir os Líderes. Tenho a deliberada intenção de convidar os companheiros para nos reunirmos, para fazermos uma avaliação do que é preciso fazer para remover o contencioso das dúvidas, para definir o que é que pode e o que é que não pode, e definir por escrito, para que não haja nenhuma dúvida, e para que inclusive o 1º Secretário possa administrar, naquilo que lhe compete, a Casa, com normas claras, sem precisar muitas vezes interpretar. O pior da administração é ter que interpretar. E sei que V. Ex^a vai querer, evidente-

mente, que esse contencioso seja passado a limpo. E quero dizer a V. Ex^a que a tarefa que nos compete vai ser feita e que o meu Partido tem muita confiança em que os trabalhos da 1^a Secretaria, que dizem muito respeito à administração da Casa, vão ser exemplares, como V. Ex^a já começa a mostrar com o documento que apresenta ao País, contendo providências importantes, diminuindo esse número de cargos de chefia apelidados de diretorias, cargos de chefia apelidados de diretoria. Tenho certeza de que V. Ex^a fará o dever de casa com competência, com espírito público, com probidade. Desejo muito bom êxito a V. Ex^a, e V. Ex^a sabe que conta com a colaboração dos Líderes e do seu Partido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a e quero dar um exemplo aqui, companheiro Mão Santa, que é membro da Mesa. Antigamente, todas as atividades administrativas estavam centralizadas na 1^a Secretaria. Já começamos a redistribuir essas atividades com os demais membros da Mesa. É a democratização da administração, porque, quando você centraliza, você às vezes dificulta a gestão.

Outra coisa: a Mesa vai começar a retomar algumas funções que estavam delegadas ao setor administrativo. O setor administrativo vai continuar tocando, mas nós, que somos os responsáveis, temos a obrigação de acompanhar esses atos diariamente, na rotina. É uma mudança que se faz necessária num momento como este. De forma que caiu sob minha responsabilidade e da atual Mesa. Mas paciência; nós temos que enfrentar esses problemas. O pacto que eu fiz com os jornalistas que estão aqui é de não colocar nada debaixo do tapete. Não é meu feitio, não é meu estilo. Nós temos procurado ser transparentes, vamos ser transparentes, porque é uma obrigação e um dever nosso.

Agora, nós não podemos conviver com a paranoíia que se instalou, porque o que estamos vendo aí no dia-a-dia também é uma guerra de grupo. O grupo que saiu atacado pelo que entrou, e o grupo que entrou atacando o que saiu. E a Casa paralisada ou quase paralisada por conta disso. É isso.

Se o Senador Mão Santa me permitir, e eu gostaria que permitisse, o Senador Suplicy e o Senador Valter Pereira querem se manifestar, e eu ficaria muito honrado em poder ouvi-los.

Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem uma trajetória parecida com a minha. Eu era muito jovem, experimentei o cárcere por três vezes, perseguido pela ditadura; e V. Ex^a sabe qual era a briga que nós enfrentávamos na rua, Senador Heráclito Fortes? A principal delas: a reabertura

do Congresso quando ele era fechado pelas Forças Armadas. Essa era a luta. E agora me pergunto: será que por trás de tudo isso não tem alguém que efetivamente quer o fechamento do Congresso? Ou será que o Congresso tem que ser fechado para que a sociedade entenda que se trata de uma instituição útil e necessária para a preservação da democracia? Porque o que assistimos hoje, Senador Heráclito Fortes, é uma manifestação macartista, é uma perseguição incontrolável contra o Congresso. Não se trata apenas de uma denúncia aqui, de uma irregularidade acolá; o que se vê, na verdade, é uma campanha orquestrada contra o Senado. Basta V. Ex^a começar a ouvir os noticiários matutinos de rádio, os comentaristas que emitem seu juízo acerca do Senado para verificar que não se trata de noticiar, de informar apenas. O que se busca é retratar a imagem do Senado. Não sei a quem interessa isso, sinceramente. Não sei a quem interessa. Certamente há alguém interessado, mas não consigo identificar quem. V. Ex^a passou a integrar a Mesa Diretiva e, mal começou o trabalho, já sente uma saraivada de balas a perfurar o seu corpo por todos os lados. Não se deu sequer a oportunidade de ouvir um plano traçado para a reforma desta Casa. Entendo que haja necessidade. Acho que o Senado estava com a sua estrutura administrativa esclerosada e precisava efetivamente de uma Mesa que cuidasse de sua reforma, de mudanças profundas. Mas me preocupa quando, em vez de se buscar essas mudanças, o que se procura é retratar a imagem do Senado. Eu não sei se amanhã ou depois, Senador Heráclito, vai haver alguém que se habilite a disputar o comando desta Casa. Eu não sei se no coração de V. Ex^a hoje pulsa uma sensação até de arrependimento de ter ido à Mesa para comandar algumas ações administrativas da sua alcada, visando a melhorar a imagem do Congresso. Eu não sei que atrativo hoje pode seduzir qualquer Parlamentar para fazer parte da Mesa, dadas as responsabilidades. E eu não sei se o homem de bem, que hoje está ouvindo tanta detracção, como se faz contra o Senado e contra o Congresso de um modo geral, vai ter atrativo de ser Parlamentar, de disputar uma eleição e integrar o Colegiado que representa a Federação brasileira. Quero dizer a V. Ex^a que acredito no trabalho que desenvolve e acredito que V. Ex^a vai dar uma contribuição muito grande para melhorar a qualidade da...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ...produção legislativa, para melhorar a produção legislativa e a qualidade dos nossos trabalhos e da administração desta Casa. Acredito e confio em V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, mas o tranquilizo: não estou arrependido. Sei que o desafio é grande, mas tenho a convicção de que, com a ajuda dos companheiros da Mesa e dos colegas Senadores e, acima de tudo, dos funcionários desta Casa, nós iremos cumprir a nossa tarefa.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, eu tenho a certeza de que V. Ex^a, com a sua energia e vontade, primeiro está se sentindo muito bem como Primeiro Secretário para enfrentar esse desafio tão grande, sobretudo porque contará com o apoio daqueles que querem de fato – e me incluo entre esses – que haja total transparência nos atos da administração de nossa Casa, conforme V. Ex^a está procurando fazer. Há algum tempo, eu venho tomando conhecimento da estrutura administrativa do Senado, muitas vezes, pelos jornais. Na segunda-feira surgiu a notícia, para surpresa e espanto da população e minha própria, de que esta Casa contaria com 136 diretores. V. Ex^a há pouco procurou qualificar melhor o que são esses diretores e a denominação, mas será importante para todos nós sabermos. Ainda mais, porque, ontem, já veio um novo anúncio dizendo que o número de diretores seria ainda maior – 181 –, o que significa para 81 Senadores, Senador Pedro Simon, 2,23 para cada um de nós, Senadores. Mas como é que isso aconteceu? Como é que permitimos esse crescimento desordenado de cargos? Cabe um parêntese. Eu desejo recordar – e o Senador Mão Santa será tão generoso comigo como o foi com todos que me precederam – o que aconteceu no ano de 2003, quando eu era Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Àquela época, o Senado contava com seis comissões. Os presidentes das outras comissões solicitaram à Mesa a criação de cargo de assessor técnico de livre provimento para auxiliar na condução dos trabalhos. Fui procurado para assinar um requerimento ao então Presidente José Sarney, com tal pleito, mas avaliei que não seria o caso, pois não concordava e decidi não assinar. Mesmo assim, os cargos foram criados por ato da Mesa, da Comissão Diretora, Ato nº 14, de 2003. Enquanto fui Presidente da CRE, esse cargo ficou vago. Na verdade, esses cargos poderiam ser...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...desmembrados em quatro assistentes parlamentares. O ato foi convalidado pelo Plenário do Senado, ao final do ano, ao aprovarmos um projeto de resolução que não tratava, especificamente, do assunto

e não explicitava o conteúdo do referido ato. Em 2005, por decisão da Comissão Diretora, de 21 de janeiro, foram criados mais dois cargos de assessor técnico para cada presidente de comissão. Cada um deles pode ser desmembrado em quatro de assistentes parlamentares. Essa decisão, assim como o Ato nº 14, de 2003, foi convalidada ao final do ano, pela aprovação de um projeto de resolução que não dispunha sobre esta matéria. Infelizmente, observo que muitos dos funcionários que ocupam tais cargos sequer desempenham suas atribuições nas próprias comissões. Quero ressaltar com respeito a isso que há falta de transparência nas discussões e votação desse tipo de matéria. A Constituição dispõe em seu art. 37, inciso I, combinado com o inciso XII do art. 52, que a criação de cargos deve ser feita apenas mediante aprovação de lei específica, mas o Senado tem contornado tal disposição usando de um artifício, como, por exemplo, o art. 2º da Decisão nº 8, de 2005, que dispõe: *“Para atender ao disposto nesta Decisão, ficam extintos no quadro de pessoal do Senado Federal/Seep, os seguintes cargos vagos de Analista Legislativo (nível III), conforme aqui anexo”*. Nos últimos anos, todas as mudanças na estrutura desta Casa foram, em meu entender, realizadas sem a devida discussão pública. A sociedade, que é quem paga os salários, tem de ser informada da forma mais transparente possível sobre o que está sendo aprovado e as despesas que estão sendo criadas para ela pagar. E nós mesmos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero me penitenciar por ter votado tais projetos sem conhecê-los inteiramente. É importante corrigir esse procedimento. E aqui espero contar com o apoio de V. Ex^a. Por isso quero informar à Mesa da Casa que não concordarei mais com a votação de projetos que não constem da Ordem do Dia previamente, conforme dispõe o nosso Regimento Interno.

E quero aqui concluir, Sr. Presidente, encaminhando o requerimento à Mesa Diretora no sentido de que sejam prestadas as seguintes informações:

1 – Evolução do número de diretores das Secretarias, Subsecretarias e Coordenadorias constantes do Quadro do Senado Federal, desde 1989, até hoje;

2 – O inteiro teor Regulamento Administrativo do Senado.

Faço essa solicitação, prezado Senador Mão Santa, no sentido de colaborar com a disposição da Mesa Diretora que deseja, segundo suas próprias palavras,

caracterizar sua gestão pela transparência dos seus atos e de tudo que acontece no Senado.

Considero positivo que a Comissão Diretora tenha celebrado um convênio com a Fundação Getúlio Vargas – e eu sou Professor da FGV, em São Paulo, onde esteve o Presidente Carlos Ivan Leal Simonsen aqui, com o objetivo de realizar um diagnóstico completo da estrutura administrativa legislativa dos gabinetes desta Casa. Creio ser importante que esse estudo e as conclusões possam ser disponibilizados no *site* eletrônico do Senado Federal para conhecimento de todos os Srs. Senadores e da população.

Quero recordar que a Fundação Getúlio Vargas, alguns anos atrás – quem sabe a Secretaria da Mesa possa nos informar com precisão agora? – já fez um diagnóstico há algum tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi 2003.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em 2003. Aconteceu isso, mas não me lembro de ter sido divulgado à época qual foi o diagnóstico, porque seria importante. Desta vez, a minha sugestão, caro Senador Heráclito Fortes, é que disponibilize isso no *site* do Senado. Assim, todos poderemos saber e, quem, sabe, esse diagnóstico da FGV possa, então, diagnosticar a quantas andam. Em uma organização tal como o Senado – se V. Ex^a puder me dar a informação precisa hoje sobre qual é o número de funcionários de que o Senado dispõe hoje? Se são cerca de 3 mil... Se V. Ex^a souber...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a quer funcionários diretos, indiretos, terceirizados? V. Ex^a quer o quê?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a puder dar todas essas informações, melhor ainda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas a informação não é precisa. Ela é aproximada...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – São 3 mil funcionários diretos, são 3 mil servidores ocupando cargo de confiança, como os servidores do seu gabinete, do nosso gabinete, exercendo cargo de confiança.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim. Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E cerca de mais 3 mil terceirizados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem! Então...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Espero que não seja mais... Já é um absurdo. É um número extremamente grande.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem! Então, temos um número de 9 mil aproximadamente. Pois bem...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Há uma dúvida. Eu não sei responder a V. Ex^a se, nos 3 mil da administração direta, está-se computando ativos e inativos. Esse é o único questionamento que tenho, mas os números que nos chegam são mais ou menos em torno disso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não. Então, poderemos, por exemplo, solicitar à própria Fundação Getúlio Vargas que nos diga: organizações com aproximadamente 9 mil pessoas trabalhando no Brasil tem o número de diretores, digamos que, acredito eu, varie de 10 a 20, 25, quem sabe? Empresas grandes... Por exemplo, a Embraer, até dezembro do ano passado, estava com 21 mil trabalhadores, despediu 4 mil, imagino que tenha uma diretoria não maior do que 20 diretores; ou uma Volkswagen, ou uma General Motors. Enfim, empresas que poderemos nominar. Então, o bom senso e a experiência indicam que uma organização desse tamanho deveria ter quantos diretores? V. Ex^a, em meio ao seu pronunciamento, fez um esclarecimento importante.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ultima palavra, Sr. Presidente, que é a questão do que é ser um diretor no Senado. Então, eu até agradeço se V. Ex^a puder nos esclarecer: o número de 181 diretores, com essa classificação, está adequado?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – De maneira nenhuma, não há adequação. Existem os diretores efetivos e existem os diretores de fantasia, que não têm função específica, não tem estrutura administrativa em volta. Essa questão...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Só para contribuir, Sr. 1º Secretário Heráclito Fortes, é que as pessoas aqui estão me indagando: puxa, então esses 181 diretores recebem remunerações acima de R\$20 mil? É isso que o Senado está fazendo?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu não tenho esse número do salário dos diretores, Senador. Estamos levantando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O que eu quero é justamente apoiar a determinação de V. Ex^a de contribuir para a transparência das ações do Senado. Então, é com esse sentido que entrego oficialmente à Mesa este pronunciamento e requerimento. Assim,

Sr. Presidente, concluo, em aparte, o pronunciamento que havia solicitado em nome do Partido dos Trabalhadores com a oportunidade desse diálogo com o Senador Heráclito Fortes, que assim enriquece a relevância das informações que solicito. Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, Senador Suplicy, os esclarecimentos e digo-lhe que tenho uma frustração nesta Casa: o seu Partido nunca tê-lo indicado para fazer parte da Mesa Diretora. Tenho certeza de que, se V. Ex^a não tivesse sido preferido diversas vezes pelo seu Partido, inclusive agora, para ser membro da Mesa Diretora, nós teríamos um homem vigilante e, acima de tudo, atento a esses fatos. Para mim, essa foi uma grande frustração nesta Casa. Sempre pensei que o Partido de V. Ex^a iria fazer essa indicação.

Agora, um segundo ponto, V. Ex^a usou da palavra, fez o requerimento, mas quero que V. Ex^a nos ajude com ação. Vamos criar uma comissão para analisar o excesso de servidores e promover as devidas demissões, e gostaria que V. Ex^a presidissem essa comissão, porque, com a sua autoridade e com o seu desprendimento, tenho certeza de que V. Ex^a vai cumprir essa tarefa com rigidez, sem, no entanto, cometer injustiça alguma.

Agradeço e concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Suplicy, peço a V. Ex^a cópia do seu aparte. Senador Heráclito Fortes, veja a importância do pronunciamento de V. Ex^a. O plenário foi-se esvaziando. Imaginei que, hoje, seria um dia de lotação total, de lotação total. V. Ex^a está prestando esclarecimentos no momento em que o Senado é manchete em todos os órgãos de imprensa do País. O aparte do Senador Suplicy a mim surpreende, porque eu também não sabia. Tive um programa de rádio em Porto Alegre em que me saí muito mal. Pessoas me cobraram, e eu não sabia responder: Mas o senhor está lá há 30 anos e não sabe? Eu não sabia o número de diretores. Vou dizer de coração que não sabia. Agora, diz o Senador que às vezes... V. Ex^a disse muito bem: A Mesa começou ontem. E aparece, nas manchetes, dando a entender que isso é coisa... É claro que não. Mas vamos ser sinceros: há um desinteresse de cada um de nós, dos 81, minha. A gente vai levando, vai levando, vai deixando; e as coisas vão acontecendo. Eu acho, Sr. Senador, que tínhamos a obrigação de ter uma corresponsabilidade. Já apresentei no passado uma

idéia. O Senado, com 81 Senadores, poderia fazer uma reunião administrativa ordinária por mês para passar o mês a limpo. Nessa questão, por exemplo, tem razão V. Ex^a: sabemos que não são 191 diretores. Sabemos que o cidadão que cuida de rádio e de onda curta virou diretor. É ele sozinho no gabinete dele, mas, para receber mais uma gratificação, ele ganhou o cargo de diretor. Para a opinião pública, ele é diretor. O ridículo foi feito. Então, essas coisas temos de ver. Acho que o ato de V. Ex^a e do Presidente Sarney com a Fundação Getúlio Vargas é muito importante. Mas vou-lhe ser sincero. Pretendo falar a V. Ex^a – e falo neste momento – e ao Presidente Sarney: nós não podemos deixar que a Fundação Getúlio Vargas fique oito meses fazendo um projeto perfeito, olhando à perfeição, e depois venha para cá e não façamos nada. Acho que nós temos que designar um grupo para acompanhar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Já tomamos providências hoje.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não, digo, nós temos que ter um grupo para acompanhar – mas não de funcionário, com todo o respeito, de Senador também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É claro.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu até gostaria de fazer parte desse grupo, para acompanhar, com a Fundação, as medidas a serem feitas. Senão, daqui a seis meses, vem com um trabalho excepcional, mas fora da realidade, e vemos que não é aquilo. Agora, com toda sinceridade, é uma grande verdade, Senador, as coisas acontecem, de repente, o projeto é aprovado, vamos falar – V. Ex^a chegou ontem, eu estou aqui há trinta anos –, o projeto é aprovado num fim de sessão, não sei o quê, tu não sabes o que estás votando... Eu, por exemplo, estou tentando. A Ordem do Dia para mim está aqui, mas eu sou o único que recebe. Porque pedi. Esse negócio de informática é uma maravilha, mas eu vejo as votações andarem e vejo muito pouca gente olhando para o computador. Então, eu acho que é hora de fazer uma revisão geral disso tudo. Não é hora nem de cobrar, nem de ser cobrado, mas é hora de fazer revisão geral. O negócio do salário das férias foi um ato correto da Mesa. Eu mandei devolver, acho que todo mundo está mandando devolver. Mas o importante é que nós temos que adotar uma forma de ação na qual tenhamos ação permanente. Eu vejo com muita restrição, meu Presidente, o acordo de líderes. Agora se reúnem os líderes e tem dez coisas e acaba: E tem mais essa aqui! E daqui a pouco está assinando. Eu acho que esta sessão está

me deixando muito triste. Eu imaginei que, com o pronunciamento de V. Ex^a... Eu, por exemplo, deixei de ir para o meu gabinete, onde tem gente me esperando, para ouvir o discurso de V. Ex^a. E achei que ia haver um longo debate em cima do discurso de V. Ex^a e, V. Ex^a com um discurso dessa importância, 1º Secretário, está falando com a Casa vazia onde a Imprensa toda está a imaginar que estamos angustiados para ver o que é que vamos fazer. Eu acho que tem que haver mais interesse, acho que a situação é séria e acho que, por chegar a esse ponto, temos condições de tomar decisões para valer. Vamos tomar as decisões para valer. Quando vejo aqui a discussão que houve agora há pouco como Senador. É meu direito, os Senadores têm direito, os Senadores não têm direito. Não é por aí, porque nem sei porque direito é ético. Muitas vezes, está na lei, mas não é ético. Eu acho que isso tem que ser feito com um certo cuidado que tem caracterizado a ação de V. Ex^a que respeito. Acho que, na hora em que chegamos, não é hora de atirar pedras, de acusar o fulano, acusar o beltrano, querendo calar a boca do fulano, querendo calar a boca do beltrano, mas é hora de tomarmos medidas concretas, objetivas de como começar a reconstrução da nossa atividade. Eu felicito V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e quero dar só um exemplo. Nessa questão dos 180 diretores, terminamos cometendo injustiça em alguns casos.

Hoje encontrei o Diretor de Anais da Casa magoadíssimo com alguns Senadores que levaram no deboche a figura da Diretoria de Anais. Aliás, a Diretoria de Anais é uma das mais antigas do Senado da República, Senador Simon. Foi criada ainda, se não me engano, em torno de 1880. É uma diretoria que acompanha a memória da Casa, que acompanha todos os registros que fazemos.

Faço esse registro e quero, finalizando, dizer o seguinte: Senador Pedro Simon, Senador Eduardo Suplicy, embora eu tenha chegado jovem na Casa do Congresso Nacional, já tenho mais de 25 anos rodados nesta Casa. E demonstrei, em todas as minhas atitudes, que não tenho compromisso com o erro. E não vou começar errando nessa altura da minha vida. Meu desejo é acertar. Meu desejo é fazer aquela administração que todos desejam neste momento em que é fundamental para a credibilidade, para a recuperação da credibilidade do Parlamento. Agora, para isso, preciso exatamente de três coisas: a ajuda dos senhores, a compreensão da imprensa e tempo, porque não se faz uma reforma da noite para o dia.

Agradeço a paciência dos Srs. Senadores, a compreensão do Senador Jayme Campos e, acima de tudo, a compreensão do Senador Mão Santa, que preside esta sessão e tem entendido que este momento de esclarecimento é importante. E gostaria de dizer que esse é o primeiro elenco de medidas que estão sendo tomadas. Tínhamos que começar, e não podíamos adiar por muito tempo. Então, esse é o primeiro, e vamos continuar procurando não cometer injustiças, principalmente com os servidores desta Casa, mas cumprindo o papel que sempre nos coube, de dar transparência e, acima de tudo, recuperar o bom nome desta instituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimentamos o Senador Heráclito Fortes e damos o testemunho da obstinação do trabalho que ele está realizando na 1^a Secretaria e toda a Mesa Diretora. Faço minhas as palavras de Juscelino Kubitscheck, que esteve neste Senado e disse que é melhor ser otimista. O otimista pode errar, e o pessimista já nasce errado e continua errando.

Nós vamos levar este Senado para o destino para o qual sempre foi proposto: salvaguardar a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N^º 250, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno, que sobre o PLS N^º 326/2007, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões, 13 de março de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

REQUERIMENTO N^º 251, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, que sobre o PLS N^º 541/2007, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

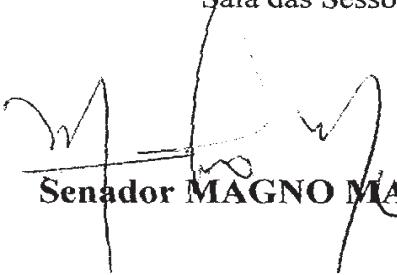
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 252 , DE 2009

Requeiro, nos termos do Art. 13, combinado ao Art. 39-I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença autorizada para ausentarme dos trabalhos da Casa no período de 28/ 03 a 08/04/2009, a fim de cumprir visita técnica, representando a CPI “PEDOFILIA, aos órgãos e instituições de combate à pedofilia e pornografia infantil” em Washington – EUA.

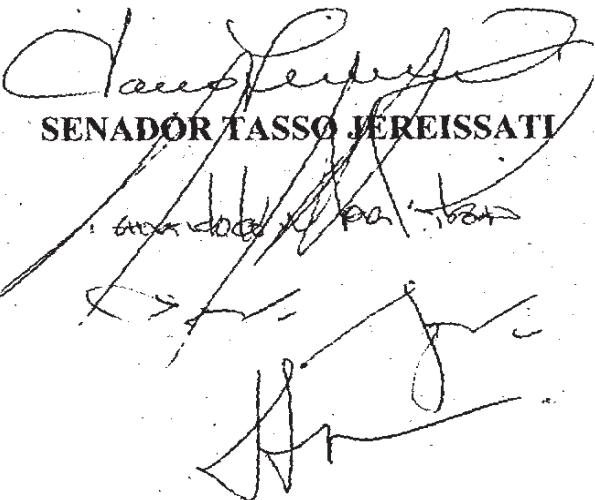
Sala das Sessões em 19 de março de 2009.

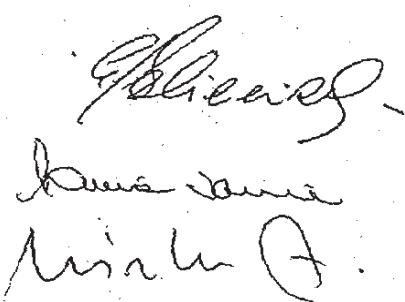

Senador MAGNO MALTA

REQUERIMENTONº 253, DE 2009

Em aditamento aos requerimentos nº 14, 15 e 16 de 2009, tratando de realização de sessão especial para homenagear D. Helder Câmara no transcurso de seu centenário de nascimento, vimos requerer que seja estabelecida a data de 29 de abril próximo para a realização da referida sessão especial, reiterando todos os termos das justificativas dos citados requerimentos.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009.


SENADOR TASSO JEREISSATI


Tasso Jereissati
Minha Q.

REQUERIMENTONº 254, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 154, § 5º, do art. 154, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a realização de Sessão Especial, no dia 28 de abril de 2009, (terça-feira), com o intuito de homenagear os 50 anos da conquista do Campeonato Mundial de Basquete passado no Chile em 1959.

Sala das Sessões, em 1º de maio de 2009

Senador WELLINGTON SALGADO

Sen. Expedito Júnior

Sen. Edilson Lobão

Sen. Paulo Duque

Sen. Geraldo Mesquita

Almeida (Ass. Antônio)

Sen. Valdomiro Raupp

JUSTIFICAÇÃO

Em 1950, a Federação Internacional de Basquete inaugura no basquetebol os famosos Campeonatos Mundiais da modalidade, com sede da primeira edição na Argentina, cuja a equipe sagrou-se campeã. Contamos, até o momento, com quinze edições, sendo que a próxima delas será no Japão.

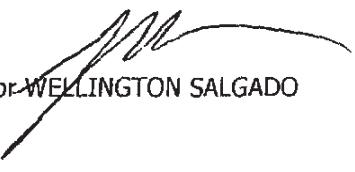
O selecionado brasileiro masculino obteve o êxito pleno em duas das edições: a primeira delas em 1959, e a segunda em 1963, realizadas em Santiago do Chile e no Rio de Janeiro, respectivamente.

Acreditamos de grande valor a homenagem a ser prestada, por esta Casa da Federação, a todos aqueles que contribuíram, em gênero, com o desenvolvimento e aprimoramento do esporte, e em especial, para a comemoração do cinquentenário da obtenção do primeiro título mundial de basquete, em uma partida contra a equipe que sediava a competição por 73 a 49 pontos, fato este determinante para a consagração de uma geração de excelentes jogadores que ainda ganharia o bicampeonato em 1963, ademais das conquistas das medalhas de bronze nas Olimpíadas de 1960 e 1964. Jogadores-lendas como Algodão, Waldemar Wlamir, Edson Bispo, Amaury, Pecente, Jathyr, Otto, Fernando, Zezinho e Rosa Branca.

Dada a significância da efeméride que intento prestar as merecidas homenagens, conclamo os nobres pares a apoiarem a presente proposição, para o fim de marcar nos anais do Parlamento brasileiro este indelével reconhecimento histórico.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2009,

Senador WELLINGTON SALGADO



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 255, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado de nºs 131/2007 e 78/2008, que já

se encontram tramitando em conjunto, por versarem, todas as proposições, sobre matéria semelhante.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N.º 256, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente do dia 31 de março de 2009, seja dedicado a comemoração especial dos 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

Justificação

O próximo dia 25 de março marca os 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil, data memorável para todos aqueles que o admiram. Por se tratar do partido político mais antigo em atuação neste País, podemos afirmar que os comunistas tiveram, e continuam tendo, influência decisiva no rumo da história política da sociedade brasileira, tendo como principais bandeiras o socialismo, a democracia, a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores, entre outras.

Nos dias atuais, em razão das últimas eleições de 2008, o PCdoB conquistou importantes espaços políticos. Prova disso é a eleição de 41 prefeitos, com destaque para a reeleição de Edvaldo Nogueira em Aracaju e a manutenção da administração da cidade de Olinda, com Renildo Calheiros.

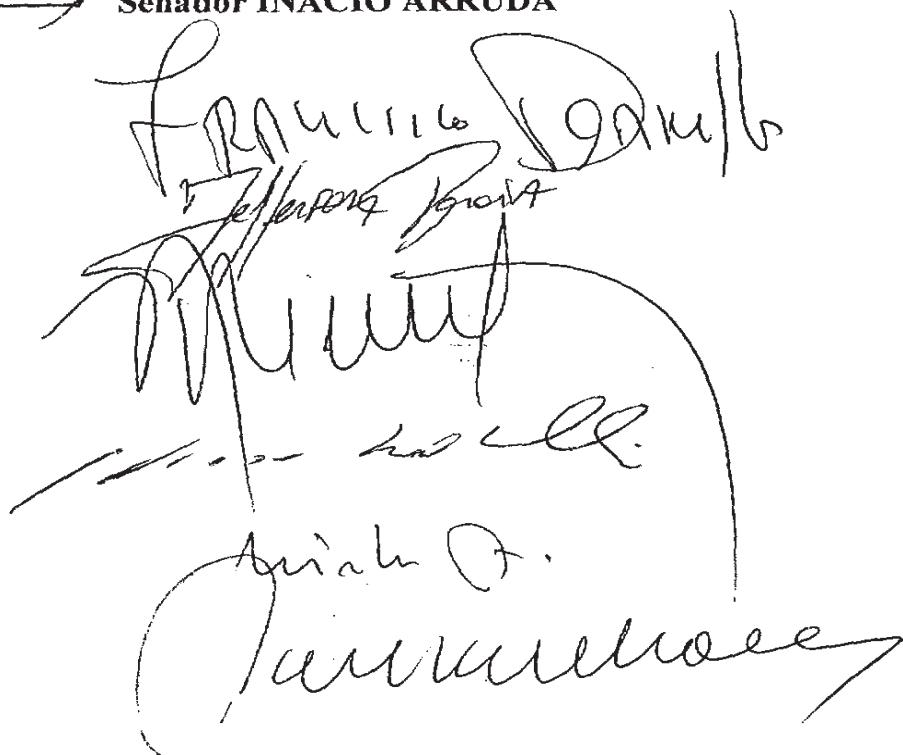
Na votação majoritária, foram 1.767 votos alcançados em todo o País, um incremento de 100% em relação a 2004. No que tange à eleição proporcional, a agremiação obteve o maior crescimento entre todos os partidos, respectivamente 70% e 121%, com 2.174 mil votos e 604 vereadores eleitos. Outra vitória expressiva foi o resultado alcançado em 926 cidades, fruto das coligações

vitoriosas.

Sendo assim, julgo oportuno o presente requerimento para homenagear a exitosa trajetória política do PCdoB.

Sala das Sessões, 19 ^{março} de 2009


Senador INÁCIO ARRUDA


Francisco Gómez
Jefferson Brant
Mário
... nasell.
Givaldo
Jacó Moreira

REQUERIMENTO N° 257, DE 2009.

Requeiro, nos termos do art. 154, § 5º, do art. 154, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, a realização de Sessão Especial, no dia 14 de abril de 2009, (terça-feira), com o intuito de homenagear os 40 anos da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, cuja efeméride se deu em 20 de março.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2009.

Senador WELLINGTON SALGADO

Sen. Esperidião Amin

Sen. Geraldino Mesquita

Sen. Paulo Inácio

Sen. Henácito Fontes

Fábio Medina (nao acertei)

Sen. Valdir Raupp

JUSTIFICAÇÃO

O serviço postal brasileiro é tricentenário, pois, surge por intermédio do Regimento Real de 25 de janeiro de 1663, sucedido pelo antigo Departamento de Correios e Telégrafos, e depois surgindo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e há 40 anos surge a ECT.

Com o desmembramento do Ministério das Comunicações do Ministério da Viação e Obras Públicas, ocorrido por força das reformas estruturais da Administração Federal no final da década de 60, do passado século, restou instituída e criada pelo Decreto Lei nº. 509, de 20 de março de 1969 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT, em substituição ao Departamento de Correios e Telégrafos.

O ideário motivador da transformação estava fundado na necessidade de revitalização da função dos Correios e Telégrafos como o grande elo para a integração de um país de dimensões continentais. Praticamente, converteu-se o modelo de encaminhamento de malas postais para o moderno transporte rodoviário que se encontrava atrasado, em detrimento do transporte ferroviário pouco aproveitado.

Hodiernamente, os Correios, como majoritariamente conhecido por nossa gente, desempenham singular mister como importante causador da dinâmica social, ao que se denota pelo padrão de excelência operacional e de sobrada eficiência, requisitos estes identificadores das respostas dadas frente às exigências que se apresentam pela velocidade de transformações inimagináveis.

De modo que, conclamo os nobres pares à aprovação do presente requerimento, na convicção de que prestar-se-ão as necessárias homenagens à instituição brasileira que goza de prestígio incomum, e que ao longo da história soube adequar-se à realidade e soube transformá-la para o bem-estar de nossa população.

Sala das Sessões, *em 19 de março de 2009.*

Senador WELLINGTON SALGADO



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 258, DE 2009

Na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, requeiro que a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, que dá nova redação aos arts. 144 e 167 da Constituição Federal, para criar fundo de segurança pública e vincular os seus recursos, volte a ter tramitação autônoma.

Justificação

Por força da aprovação do Regimento nº 1.641, de 2008, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2007, tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 43, de 2003; 20, de 2006; 22, de 2001; e 60, de 2005. Entretanto, tendo em vista a especificidade da primeira, que tem escopo permanente e mais amplo, entendo que se impõe a sua tramitação autônoma para que esta casa possa analisá-la de forma mais adequada, na busca do equacionamento definitivo do grave problema da segurança pública em nosso País.

Efetivamente, já há muito tempo a segurança pública vem figurando em primeiro lugar na ordem de prioridades dos brasileiros. A escalada da criminalidade nas últimas duas décadas tem sido espantosa, tanto nos grandes centros urbanos, quanto nas cidades menores, e até mesmo no campo. A violência foi banalizada; pertence ao cotidiano do cidadão; é o tema que mais freqüenta os jornais e as notícias de rádio e televisão.

Nesse cenário alarmante, a sociedade clama por ações políticas perenes que possam garantir, de forma permanente, em mínimo de segurança.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Marconi Perillo**.

REQUERIMENTO N° 259, DE 2009

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004, que “dá nova redação à alínea “e” do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República” e do Projeto Lei do Senado nº 368, de 2008, que “dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos

Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece” com o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que “*Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962*” que tramita em conjunto com os PLSS nºs 53/03, 219/05 e 353/07.

Sala das Sessões, 19 de Março de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 260, DE 2009

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, nesta data, aos 94 anos, do Senhor Said Samou Salomão, um dos pioneiros do empreendedorismo no Estado de Roraima, decano e fundador da Associação Comercial e Industrial de Roraima:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e a Associação Comercial de Roraima.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Senador **Augusto Botelho**.

REQUERIMENTO N° 261, DE 2009

Requer voto de pesar pelo falecimento ocorrido dia 23 de fevereiro de 2009, em Manaus, da Sra. Vivaldina Bittencourt dos Santos, empresária agrícola no Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 23 de fevereiro de 2009, em Manaus, da Sra. Vivaldina Bittencourt dos Santos, empresária agrícola no Amazonas.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Dona Vivaldina.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. Seu objetivo é homenagear uma empresária agrícola do Amazonas, a Sra. Vivaldina Bittencourt dos Santos. Com sua irmã Clementina, foi proprietária de um casta-

nhal na região do Lago de Salsa, região do Ayupuá, a que dera o nome de Castanhal Açutuba. Pessoa muito simples, mas dedicada ao trabalho, foi produtora de Castanha-do-Brasil por muitos anos, conquistando a amizade da população da área.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 262, DE 2009

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário de comunicação Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação – RPC, que inclui, além da Gazeta do Povo, outros veículos de êxito no Paraná, como a TV-Paranaense, Jornal de Londrina e Jornal de Maringá.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento, dia 18 de março de 2009, em Curitiba, do jornalista e empresário de comunicação Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação – RPC, que inclui, além da Gazeta do Povo, outros veículos de êxito no Paraná, como a TV-Paranaense, Jornal de Londrina e Jornal de Maringá.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento dos familiares do jornalista e à direção da Rede Paranaense de Comunicação.

Justificação

Francisco Cunha Pereira Filho estava com 82 anos. Nascido a 7 de dezembro de 1926, era filho do desembargador Francisco Cunha Pereira e de Julinda. Foi casado com Terezinha Döring Cunha Pereira e pai dos filhos Francisco Cunha Pereira Neto, Guilherme Döring Cunha Pereira, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola e Cristina Cunha Pereira.

Advogado e jornalista, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), no ano de 1949. Foi professor da própria Faculdade de Direito da Federal e atuou como advogado.

Membro da Academia Paranaense de Letras, lecionou na Universidade do Paraná, nas cadeiras de Ciências das Finanças, Direito Internacional privado e Previdência Social, entre outros. Atuou no Tribunal do Júri e fez carreira como criminalista.

Ainda no campo do Direito, militou na OAB, seccional do Paraná, tendo sido presidente do Instituto dos Advogados do Paraná.

Em 1962, assumiu a direção do jornal Gazeta do Povo e, tempos depois, da TV Paranaense, canal 12, firmando-se como empresário do campo das comunicações.

A **Gazeta do Povo** é hoje o maior jornal do Paraná e, pela correção de seu noticiário e de suas campanhas, goza de destaque em todo o Sul do País.

Segundo a biografia do jornalista e da Gazeta, “uma das primeiras campanhas criadas por Francisco Cunha Pereira Filho, iniciou-se na chamada “arte da guerra”, ainda na mocidade, quando cursava Direito na Universidade do Paraná. Foi em meados da década de 40.

Tudo teria começado com um debate acadêmico sobre a necessidade de fundar ginásios gratuitos para crianças e adolescentes pobres. Não ficou só na conversa. Em pouco tempo, nascia a Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, projeto que abriu diversas escolas de Curitiba no horário noturno. Se a cronologia estiver correta, em 60 anos de vida pública essa foi a primeira de uma série de ações desenvolvidas por Cunha Pereira em prol da educação. Não foi sua única bandeira. Ao lado da defesa do ensino, tomou a dianteira em ações de combate à miséria e ao desemprego, assim como iniciativas para lograr o desenvolvimento econômico e alavancar a representação política do Paraná. O ser e estar em campanha se tornou uma marca tão forte que ficou impossível descolar sua imagem, por exemplo, da do homem que defendeu com braço forte o recebimento dos royalties de Itaipu ou a exploração do xisto em São Mateus do Sul.

Mas ao mesmo tempo em que armava campanhas de fôlego – que lhe consumiriam anos, os nervos e inúmeras páginas de jornal – também era hábil em ações muito simples, com duração de um mês e efeito de uma vida. Pediu a seus leitores, certa ocasião, que comprassem plantas para dar de presente de Natal; em outra, que juntassem o lixo das praias e, mais de uma vez, que distribuissem alimentos. Sugeriu até que criassem postos de trabalho, como fez debaixo do tocante slogan “Abra uma vaga em seu coração. Empregue pelo menos mais um”, em plena recessão dos anos 80.

Recado dado, retirava-se e dava início a nova empreitada. Feito ali, feito acolá, calcula-se que tenha promovido algo próximo de 30 campanhas, uma média incrível de uma a cada dois anos de sua trajetória de advogado e jornalista, antecipando-se a crises como a do gás e ao caos aéreo. Para esta edição de homenagem foram recuperados 18 capítulos dessa história – entre pequenas e grandes iniciativas. Impossível esconder o pesar diante de ausências como a campanha para aumentar contingente eleitoral do Paraná para 1 milhão de votos e a campanha pela alfabetização. De ambas sobraram poucos registros.

Também está ausente desta edição o Arenito Caiuá, que tanto beneficiou o Noroeste do estado. E algumas ações em prol da sociedade do conhecimento. Cunha Pereira, por exemplo, subiu nas tribunas para pedir a criação do campus tecnológico de Itaipu e que não fosse abandonado o projeto Tecpar, na CIC. Também foi mentor de projetos curiosos, como o que sugeriu, didaticamente, a entronização da Bandeira Nacional nas salas de aula; e a popularíssima Bicho do Paraná, uma parceria da TV Paranaense com o extinto Bamerindus feita para valorizar os talentos da terra. A música de João Belo – “eu não sou gato de Ipanema, sou Bicho do Paraná” – virou hit.

Boa parte do êxito das campanhas se devia ao estilo inconfundível de Cunha Pereira. Seu modus operandi bem poderia ser descrito assim: ao iniciar uma nova empreitada, escolhia sempre o melhor lugar para lançá-la, como uma universidade, ou um centro do poder, como a Assembléia Legislativa.

Ao receber adesões de políticos, estudiosos e empresários, registrava-as nas páginas do jornal, comprometendo o apoiador a levar até o fim a palavra dada ao público. A prática tinha também um segundo efeito – homens do poder e afins, naturalmente responsáveis pelas grandes questões do estado – podiam não aderir. Mas bem que ficavam desconfortáveis com a omissão. As campanhas, afinal, eram conduzidas com a mesma empolgação trazida por Cunha Pereira dos tempos de juventude, quando dirigiu o diretório acadêmico do curso de Direito da UFPR.

Por tudo isso, o ilustre jornalista e empresário da comunicação social é merecedor da homenagem póstuma que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 263, DE 2009

Requer Voto de Aplauso a Dom Giuliano Frigeni que, no dia 25 de março de 2009, completa um decênio de sacerdócio como Bispo de Parintins-AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso a Dom Giuliano Frigeni que, no dia 25 de março de 2009, completa um decênio de sacerdócio como Bispo de Parintins-AM.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Dom Giuliano nasceu em Bérgamo, Itália, no ano de 1947, foi ordenado presbítero em Milão, no dia 10 de maio de 1975. Ele vive no Amazonas desde que foi nomeado, pelo Papa, para as elevadas funções de

Bispo de Parintins. Pela sua dedicação e essa missão, Dom Giuliano é pessoa extremamente benquista naquela cidade e em todo o Amazonas. Formado em Teologia e em Sociologia, o prelado foi também pároco em Manaus e Reitor do Seminário Teológico de Florianópolis, entre 1986 e 1988.

Como condutor de Pastorais, conquistou a amizade das populações do Amazonas e também em Santa Catarina. Pelo seu primeiro decênio como Bispo de Parintins, é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 264, DE 2009

Requeiro, Voto de Aplauso para o General Augusto Heleno, que deixou o Comando Militar da Amazônia para assumir a chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, em Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso para o General Augusto Heleno, que deixou o Comando Militar da Amazônia para assumir a chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, em Brasília.

Requeiro, ademais, que este Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado.

Justificação

O General Augusto Heleno esteve à frente do Comando Militar da Amazônia durante quase dois anos, período em que contribuiu de forma importante para o debate sobre problemas essenciais da região. Sempre preocupado com uma presença maior do Estado Brasileiro na Amazônia, o General irá, agora, assumir a chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 265, DE 2009

Nos termos do disposto no inciso I, do art. 256 do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 75, de 2004.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 266, DE 2009

Requeiro a desapensação dos Projetos de Lei da Câmara n°s 52, de 2006, e 68, de 2006, e dos Projetos de Lei do Senado n°s 43, de 2003, e 124, de 2004, por tratarem de matérias diversas.

Justificação

As proposições cuja desapensação é requerida têm as seguintes ementas:

– Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 52, de 2006.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame DNA na rede hospitalar pública;

– PLC n° 68, de 2006

Determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite;

– Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 43, de 2003

Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas;

– PLS n° 124, de 2004

Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção, pelos serviços de saúde do País, de um Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde, e dá outras providências.

Essas proposições foram apensadas após a aprovação do Requerimento n° 1.176, de 2008, para tramitação conjunta, com sustentáculo no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal. Todavia, tanto as ementas quanto os conteúdos das proposições tratam de matérias diversas, o que impede a apreciação em conjunto.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 267, DE 2009

Requeremos, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de

condolências à família do Sr. Francisco Cunha Pereira, falecido na noite de 18 de março.

Presidente da Rede Paranaense de Comunicação, esta grande personalidade deixou a carreira de brilhante criminalista e abraçou o jornalismo, oferecendo ao Paraná uma vida dedicada neste ramo, à defesa dos mais altos valores da sociedade, como a democracia e a justiça social. E o fez com competência e altivez.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Osmar Dias**, Senador **Flávio Arns**, Senador **Alvaro Dias**.

REQUERIMENTO N° 268, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, ocorrido no final da noite de ontem, em Curitiba.

Justificação

O Paraná perdeu, nos últimos minutos da noite de ontem, o mais paranista, em todos os tempos, dos seus cidadãos, que foi o jornalista e advogado Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Rede Paranaense de Comunicação.

O Dr. Francisco, como se tornou mais conhecido desde os tempos em que atuava como advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, conquistou seu espaço na história do nosso estado como empresário de comunicação. A princípio assumindo o controle do mais tradicional jornal diário do nosso estado, que é a Gazeta do Povo, depois também da TV Paranaense, na qual era sócio da Rede Globo, Francisco Cunha Pereira Filho revelou-se um homem de visão empresarial, criando, a partir daqueles dois veículos, a RPC – Rede Paranaense de Comunicação, que hoje engloba nada menos que oito jornais e emissoras de tevê espalhados por algumas das principais cidades paranaenses.

Muito mais do que um empresário empreendedor, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho destacou-se pelo amor que devotou durante toda sua vida ao nosso estado. Ele faz jus, com certeza, ao título de mais paranista dos paranaenses, em todos os tempos, pelo ardor com que lançava e se empenhava no sucesso de campanhas em defesa dos interesses do nosso estado.

Dos royalties por Itaipu ao “Bicho do Paraná”, pela valorização dos talentos locais, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho liderou, desde que trocou a advocacia pela comunicação, nos anos 60, cerca de 30

campanhas. Lembro em particular uma na qual lutamos ombro a ombro, quando eu governava o Paraná, que foi a campanha pela industrialização do xisto.

A Petrobras a certa altura considerou o projeto economicamente inviável e anunciou sua desativação. Como governador não podia me conformar. Tive o apoio do Dr. Francisco que me acompanhou. Fui à sede da Petrobras no Rio de Janeiro e ouvi que a decisão era irreversível. O projeto estava sepultado. Não desistimos. Fomos ao Palácio Alvorada, já era noite. Na residência do então Presidente José Sarney, afirmei que o Paraná não podia abrir mão. Argumentei, sempre com o testemunho e estímulo do Dr. Francisco. Falei da sua importância para o Estado e para o país. A resposta de Sarney: "Não posso lhes negar nada". No dia seguinte pela manhã o Ministro Fialho embarcava conosco no avião do Estado. A cidade de São Matheus do Sul nos esperava com fogos e cartazes. Nas faixas a frase: "Esta chama não vai se apagar".

Estou convencido de que, tal como a chama da Usina do Xisto, também jamais irá se apagar a chama do paranismo, por ter sido acesa e tão bem conduzida ao longo de décadas pelo Dr. Francisco.

É por tudo isso que considero que o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho se faz merecedor dessa homenagem por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitado.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 269, DE 2009

(Sobre a criação de cargos no Senado Federal)

Há algum tempo venho tomando conhecimento da estrutura administrativa do Senado Federal através dos jornais. Nessa segunda-feira soube, com surpresa e espanto, assim como a população brasileira, que a Casa contava com 136 diretores. Ontem, menos de 24hs após o anúncio deste número fomos informados que o número de diretores é ainda maior, 181, ou seja, 2,23 por cada um dos 81 senadores.

Como isso aconteceu? Como permitimos esse crescimento desordenado de cargos?

Aqui cabe um parêntese. Desejo recordar o que aconteceu no ano de 2003. Eu era presidente da Comissão de Relações Exteriores – CRE.

Àquela época o Senado contava com seis (6) comissões e os presidentes de outras comissões so-

licitaram à Mesa a criação de um cargo de Assessor Técnico, de livre provimento, para auxiliá-los na condução dos trabalhos.

Fui procurado para que assinasse um requerimento ao então Presidente da Casa, Senador José Sarney, com tal pleito, pois o assunto só seria colocado em discussão na Mesa Diretora caso todos os presidentes das comissões encaminhassem a solicitação por escrito.

Como não concordava com a criação de tais cargos decidi não assinar o documento. Mesmo assim, os cargos foram criados pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2003. Vale lembrar que enquanto fui presidente da CRE esse cargo ficou vago. Aliás, esses cargos, segundo o referido Ato, poderiam ser desmembrados em quatro (4) cargos de Assistentes Parlamentares. Esse Ato foi convalidado pelo plenário do Senado ao final do ano ao aprovarmos um projeto de resolução que não tratava especificamente sobre o assunto e não explicitava o conteúdo do referido Ato.

Em 2005, agora através de uma Decisão da Comissão Diretora, de 21 de fevereiro, foram criados mais dois (2) cargos de Assessores Técnicos para cada presidente de comissão. E, "naturalmente", cada um deles pode ser desmembrado em até quatro (4) cargos de Assistentes Parlamentares. Essa decisão da Mesa, assim como o Ato nº 14/2003, foi convalidada ao final do ano pela aprovação de um projeto de resolução que não dispunha sobre essa matéria.

Infelizmente, observo que muitos dos funcionários que ocupam tais cargos não desempenham suas atribuições nas próprias comissões.

O que desejo ressaltar é a falta de transparência nas discussões e votação desse tipo de matéria. A constituição dispõe em seu artigo 37 inciso I combinado com o inciso XII do artigo 52 (no caso da União artigo 61, § 1º, inciso II) que a criação de cargos deve ser feita através da aprovação de lei específica, mas o Senado tem contornado tal disposição usando de um artifício, como por exemplo, o artigo 2º, da Decisão nº 8/2005, que dispõe:

"Art. 2º Para atender ao disposto nesta decisão ficam extintos no quadro de pessoal do Senado Federal/SEEP os seguintes cargos vagos de Analista Legislativo (Nível III)."

Nos últimos anos todas as mudanças na estrutura desta Casa foram, em meu entender, realizadas sem a devida discussão pública. A sociedade, que é quem paga os salários e nós mesmos, tem de ser informada da forma transparente possível sobre o que está sendo aprovado e despesas que estão sendo criadas para ela pagar.

Desejo me penitenciar por ter votado tais projetos sem conhecê-los inteiramente. Mas é importante corrigir esse procedimento. Por isso, quero informar a Mesa da Casa que não concordarei com a votação de projetos que não constem da Ordem do Dia previamente conforme dispõe o nosso Regimento Interno.

Para finalizar requeiro à Mesa Diretora sejam prestadas as seguintes informações:

1. Evolução do número de Diretores das Secretárias, Subsecretarias e Coordenadorias constantes do Quadro do Senado Federal, desde 1989, ano a ano;
2. O inteiro teor do Regulamento Administrativo do Senado.

Faço essa solicitação no sentido de colaborar com a disposição da Mesa Diretora que deseja caracterizar sua gestão pela transparéncia de seus atos e de tudo que acontece no Senado.

Considero positivo que a Comissão Diretora tenha celebrado um convênio com a Fundação Getúlio Vargas com o objetivo de realizar um diagnóstico completo da estrutura administrativa, legislativa e dos gabinetes desta Casa. Creio ser importante que esse estudo e suas conclusões possam ser disponibilizados no sítio eletrônico do Senado Federal para conhecimento de todos os senadores e da população brasileira.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

ATC-14-2003 (ATO DA COMISSÃO DIRETORA)

Origem CODIR - COMISSÃO DIRETORA
Data da Norma 16/04/2003

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 14, DE 2003

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e considerando o pleito dos Presidentes das Comissões Permanentes e do Corregedor, RESOLVE:

Art. 1º - A Iotação básica dos gabinetes dos presidentes das Comissões Permanentes e do Corregedor fica acrescida de:

Denominação	Nº de Cargos	Desmembramento
Assessor Técnico	01	04 Assistentes Parlamentar AP-3

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2003. José Saneys - Paulo Paim - Eduardo Siqueira Campos - Romeu Tuma - Sérgio Zambiasi.

Publicado no BAP 2735 suplementar, de 16/04/2003

DCS-8-2005 (DECISÃO)

Origem CODIR - COMISSÃO DIRETORA
Data da Norma 21/02/2005

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - Os gabinetes parlamentares do Senado Federal passam a ter a respectiva Iotação acrescida dos seguintes cargos em Comissão:

I) 01 (um) cargo de Assessor Técnico para os senadores;

II) 02 (dois) cargos de Assessor Técnico para os membros da Comissão e Mesa Diretora, as Lideranças, o Corregedor e os Presidentes de Comissões Permanentes;

III) 03 (três) cargos de Assessor Técnico para os membros suplentes da Comissão Diretora, o Presidente do Conselho de Ética, o Ouvidor-Geral do Senado e o titular da Procuradoria Parlamentar; e

IV) 01 (um) cargo de Secretário Especial de Imprensa, Símbolo FC-09, e 04 (quatro) cargos de Assessor de Imprensa, Símbolo FC-08, para a Presidência.

Parágrafo Único - Aplica-se aos cargos de que trata os incisos I, II e III deste artigo o preenchimento alternativo previsto no art. 5º da Resolução nº 63, de 1997.

Art. 2º - Para atender ao disposto nesta Decisão ficam extintos no quadro de pessoal do Senado Federal/SEEP os seguintes cargos vagos de Analista Legislativo (Nível III).

ESPECIALIDADE	Nº DECARGOS
Administração	39 06 40
Processo Industrial Gráfico	
Redação e Revisão	

Art. 3º - A Comissão Diretora submeterá à ratificação do Plenário as modificações introduzidas por esta Decisão.

Art. 4º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 2005. *Renan Calheiros - Tião Viana - Antero Paes de Barros - Efraim Moraes - Paulo Octávio - Serys Shessarenko - Papaléo Paes.*

Publicado no BAP 3178 suplementar de 21/02/2005

NADM - Normas Administrativas do Senado Federal

DCS-2-2005 (DECISÃO)

Origem CODIR - COMISSÃO DIRETORA
Data da Norma 21/02/2005

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e considerando a necessidade de atender, sem aumento de despesas, a demanda de recursos humanos da área de assistência direta aos senadores, decide autorizar, para até dois cargos em comissão de Assessor Técnico, Símbolo FC-08, dos gabinetes Parlamentares, inclusive dos membros da Comissão Diretora e das Lideranças, o preenchimento alternativo de que trata a Resolução nº 63, de 1997, de conformidade com as seguintes faixas retributivas:

- I) Assistente Parlamentar, Símbolo AP-07, com remuneração equivalente a 16,6% (dezesseis vírgula seis por cento) da fixada para o cargo de Assessor Técnico; e
- II) Assistente Parlamentar, Símbolo AP-08, com remuneração equivalente a 12,5% (doze e meio por cento) da fixada para o cargo de Assessor Técnico.

Sala da Comissão Diretora, 21 de fevereiro de 2005. *Renan Calheiros - Tião Viana - Antero Paes de Barros - Efraim Moraes - João Alberto de Souza -Paulo Octávio - Eduardo Siqueira Campos.*

Publicado no BAP 3237, de 20/05/2005

Lotação básica dos cargos Comissionados nos Gabinetes dos Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal

Ato nº 14/2003, que “Cria 1 (um) cargo de Assessor Técnico”

Decisão da Mesa Diretora de 21.02.2005, que “Cria até 2 (dois) cargos de Assessor Técnico”

Os cargos comissionados nos Gabinetes dos Presidentes das Comissões Permanentes podem ser divididos em A.P. (Assistente Parlamentar), da seguinte forma:

- A.P. 1 = 75% do vencimento do Assessor Técnico
- A.P. 2 = 50 % do vencimento do Assessor Técnico
- A.P. 3 = 25 % do vencimento do Assessor Técnico

Obs.: Cada cargo de Assessor Técnico pode ser dividido em até 4 cargos de A.P.’s

(Á Diretoria-Geral do Senado Federal)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Diretoria-Geral do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2009** (apresentado como conclusão do Parecer nº 25, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Renato Casagrande), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até quarenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário, para fins de registro nos anais da Casa e repercussão nos relatórios e estatísticas do Senado Federal, que os números nºs 62 e 63, de 2009, de Projetos de Decretos Legislativos não foram utilizados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 135/2009**, da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Guarulhos, manifestando-se sobre o Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2007.

O expediente será juntado ao processado da matéria, que volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

OF. N° 20/2009 – CRE

Brasília, 19 de março de 2009

Assunto: Eleição Vice-Presidente da CRE

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a eleição do Senador Geraldo Mesquita Júnior para Vice-Presidente desta Comissão, em reunião realizada no dia de hoje.

Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

OF. N° 122/PT

Brasília, 19 de março de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar que seja o Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), retirado da condição de membro suplente

na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Cândido Vacca-rezza**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

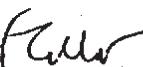
São lidos os seguintes:

PARECER N° 63, DE 2009

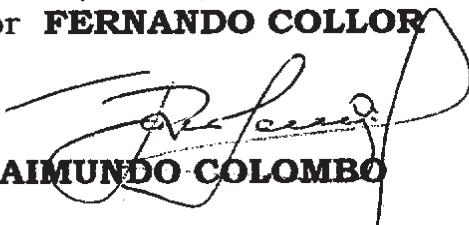
DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 277, de 2008, (Nº989/2008,na origem) que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor **TIAGO PEREIRA LIMA** para exercer o cargo de **Diretor** da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - **ANTAQ**, a partir de 19 de fevereiro de 2009".

A Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, em votação secreta, realizada em 19 de março de 2009, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor **Senador Raimundo Colombo**, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 277, de 2008, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor **Tiago Pereira Lima**, para exercer o cargo de **Diretor** da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - **ANTAQ**, a partir de 19 de fevereiro de 2009, por 15 (Quinze) votos "SIM", 02 (dois) Voto "NÃO" e 02 (duas) "ABSTENÇÃO", totalizando 19 (dezenove) votos.

Sala das Comissões em, 19 de março de 2009.



Presidente: Senador **FERNANDO COLLOR**



Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Mensagem do Senado Federal, nº 277, de 2008

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 19/03/2009, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Rainaldo Colombo

Titulares Bloco de apoio ao Governo
 (PT/PR/PSB/PG do B/PRB)

Suplentes Bloco de apoio ao Governo
 (PT/PR/PSB/PG do B/PRB)

SERYS SLHESSARENKO - PT

1- MARINA SILVA - PT

DELcíDIO AMARAL - PT

2- PÁULO PAIM - PT

IDELEI SALVATTI - PI

3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB

INÁCIO ARRUDA - PC do B

4- EXPEDITO JÚNIOR - PR

FÁTIMA CLEIDE - PT

5- EDUARDO SUPlicy - PT

JOÃO RIBEIRO - PR

6- JOÃO PEDRO - PT

Titulares Bloco da Maioría
 (PMDB e PP)

Suplentes Bloco da Maioría
 (PMDB e PP)

ALMEIDA LIMA

1- NEUTO DE CONTO

GILVAN BORGES

2- LOBÃO FILHO

PAULO DUQUE

3- PEDRO SIMON

MÃO SANTA

4- VALTER PEREIRA

VALDIR RAUPP

5- FRANCISCO DORNELLES - PP

WELLINGTON SALGADO

6- (vago)

Titulares Bloco da Minoria
 (DEM e PSDB)

Suplentes Bloco da Minoria
 (DEM e PSDB)

GILBERTO GOELLNER - DEM

1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM

ELISEU RESENDE - DEM

2- EFRAIM MORAIS - DEM

HERÁCLITO FORTES - DEM

3- ADELMIR SANTANA - DEM

JAYME CAMPOS - DEM

4- ROSALBA CIARLINI - DEM

KÁTIA ABREU - DEM

5- DEMÓSTENES TORRES - PTB

ÁLVARO DIAS - PSDB

6- CÍCERO LUCENA - PSDB

JOÃO TENÓRIO - PSDB

7- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB

FLEXA RIBEIRO - PSDB

8- MÁRIO COUTO - PSDB

MARCONI PERILLO - PSDB

9- SÉRGIO GUERRA - PSDB

Titulares PTB

Suplentes PTB

FERNANDO COLLOR

1- GIM ARGELLO

Titulares PDT

Suplentes PDT

JOÃO DURVAL

1- OSMAR DIAS

RELATÓRIO**Relator:** Senador **Raimundo Colombo****I – Relatório**

Por meio da Mensagem (SF) nº 277, de 2008 (nº 989, de 10 de dezembro de 2008, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do senhor Tiago Pereira Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na própria Lei Maior e de outros que a lei determinar.

Autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, a ANTAQ foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências”.

O art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, estabelece que os membros da Diretoria da ANTAQ serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional. Determina, ademais, que o ocupante desses cargos deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da Agência, ao lado de desfrutar de elevado conceito no campo de suas especialidades.

Em seu Anexo I, art. 60, o Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, que “aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ”, acrescenta que os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes.

Nascido em 17 de janeiro de 1957, na cidade de Maceió, Alagoas, o senhor Tiago Pereira Lima graduou-se em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) em 1981. Em 1997, participou do Programa de Auditoria e Gestão Governamental, oferecido pela Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF) no Distrito Federal. Sua formação registra ainda participação no Programa para o Desenvolvimento de Executivos (PDE), da Fundação Dom Cabral (MG) e em treinamento em Processo Legislativo, ministrado pelo Centro de

Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), nos anos de 2000 e de 2002, respectivamente.

Desde 1987, é servidor concursado da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mas seu histórico profissional inclui experiências variadas, tanto no setor público como no setor privado. Em síntese, transparece do currículo apresentado que o indicado desenvolveu carreira nas áreas de gestão de pessoas e de processos administrativos e financeiros, complementada por intensa atuação na área legislativa.

Atualmente, exerce na Câmara dos Deputados a função de assessor parlamentar. No posto que ocupa desde 2004, tem sido responsável pela elaboração de proposições e pelo acompanhamento de matérias em tramitação nas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, bem como na Comissão Mista de Orçamento.

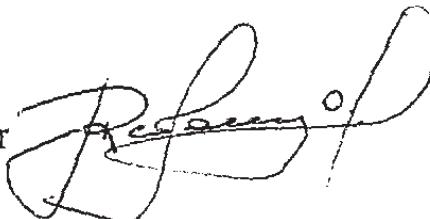
Antes de atuar na Câmara dos Deputados, exerceu sucessivamente as seguintes funções: auditor-chefe da Legião Brasileira de Assistência (LBA), no período de 1991 a 1993; secretário de controle interno do Ministério do Bem-Estar Social, entre 1993 e 1995; diretor-geral do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 1995 a 1998; superintendente de controle e gestão do Correio Braziliense, de 1999 a 2000; e secretário do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI), no período 2000-2002.

Em síntese, as informações contidas no currículum vitae anexado à Mensagem nº 277, de 2008, demonstram que o indicado possui formação e experiência profissional adequadas, e reúne os demais atributos requeridos para o exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Sendo assim, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do senhor Tiago Pereira Lima, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto no art. 52, III, f da Constituição Federal combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e o art. 60 do Anexo I do Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002.

Sala da Comissão, 19 de março de 2009.

, Presidente

, Relator



**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

LEI N° 10.233. DE 5 DE JUNHO DE 2001

Mensagem de Veto

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

DECRETO N° 4.122,
DE 13 DE FEVEREIRO DE 2002

Aprova o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, e dá outras providências.

ANEXO I

Art. 6º A Antaq será dirigida por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal, para cumprir mandatos de quatro anos, não coincidentes, observado o disposto no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233 de 2001, admitida uma recondução.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

§ 3º A Diretoria designará um de seus integrantes para assumir a direção geral nas ausências eventuais e impedimentos do Diretor-Geral e os demais diretores serão substitutos eventuais entre si.

§ 4º A data em que for publicado o decreto de nomeação dos primeiros membros da Diretoria será considerada como termo inicial de todos os mandatos, devendo ser observada, a partir de então, para a renovação anual de diretores.

§ 5º O termo inicial fixado de acordo com o § 4º prevalecerá para cômputo da duração dos mandatos, mesmo que as nomeações e posses subseqüentes venham a ocorrer em datas diferentes.

PARECER N° 64, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008, (nº 6.046/2005, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que institui o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito.

Relator: Senador João Vicente Claudino
Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº102, de 2008, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, propõe a criação do Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito, a ser celebrado, anualmente, em 23 de setembro. O projeto determina, ainda, que o órgão nacional responsável pelas políticas de trânsito promova a divulgação da data.

Em sua justificação, o autor enfatiza a importância da categoria, e esclarece que a data de 23 de setembro corresponde ao dia da publicação do Código Nacional de Trânsito, Lei nº 9.503, de 1997, a qual também criou a referida profissão.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei, identificado como PL nº 6.046, de 2005, foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição e Justiça, e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 102, de 2008, após ser apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, segue para decisão do Plenário.

II – Análise

O crescimento econômico do Brasil, nos últimos anos, vem promovendo um aumento acelerado da frota de automóveis do País, e, como consequência, um agravamento dos problemas relacionados ao trânsito.

Nesse contexto, a atuação dos Agentes da Autoridade de Trânsito torna-se cada vez mais imprescindível. Criada há pouco mais de dez anos, a profissão constitui, hoje, elemento fundamental, especialmente nas nossas grandes cidades.

Por essa razão, além de meritória é oportuna a iniciativa de instituir data nacional que permita a divulgação do importante trabalho desse profissional, cujo

papel não é apenas de coerção, mas – principalmente – de educador e orientador dos cidadãos em trânsito, motoristas e pedestres. Sua atuação assegura um convívio harmônico e um compartilhamento civilizado do espaço urbano.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 102, de 2008.

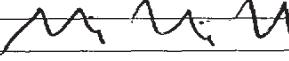
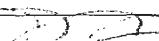
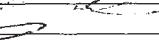
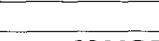
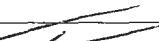
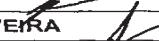
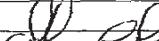
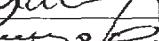
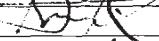
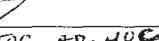
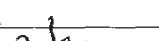
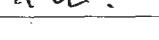
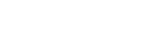
III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008 (PL nº 6.046, de 2005, na Casa de origem).

Sala da Comissão, 10 de Março de 2009.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLC N° 102/08 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:		SENADOR FLÁVIO ARNS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)		
FLÁVIO ARNS		1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO		2- IDELI SALVATTI
FÁTIMA CLEIDE		3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM		4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA		5- ROBERTO CAVALCANTI
MARINA SILVA		6- (VAGO)
EXPEDITO JÚNIOR		7- (VAGO)
MAIORIA (PMDB e PP)		
VALTER PEREIRA		1- ROMERO JUCÁ
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES		3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA		5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES		6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)		7- LOBÃO FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)		
ÁLVARO DIAS		1- LÚCIA VÂNIA
CICERO LUCENA		2- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO		3- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO		4- SÉRGIO GUERRA
RAIMUNDO COLOMBO		5- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL		6- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI		7- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES		8- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO		9- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA		10- MARIA DO CARMO ALVES
PTB		
SÉRGIO ZAMBIAZI		JOÃO VICENTE CLAUDIO
ROMEU TUMA		RELATOR
CRISTOVAM BUARQUE		MOZARILDO CAVALCANTI
PDT		
		1- JEFFERSON PRAIA

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 9.503. DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

PARECER N° 65, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 112, de 2008(n° 3.446/96, na Casa de Origem, do Deputado Enio Bacci), que cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.

Relator: Senador Neuto de Conto

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 112, de 2008, de autoria do Deputado Enio Bacci, institui a Semana de Educação para a Vida nas escolas da rede pública do País com a finalidade de trabalhar conteúdos extracurriculares tais como ecologia, meio ambiente, sexualidade e educação para o trânsito, entre outros.

De acordo com a proposição, caberá às Secretarias Estaduais de Educação estabelecer o período do ano em que ocorrerá a atividade proposta.

Ainda conforme o PLC em apreço, as atividades da Semana de Educação para a Vida serão abertas aos pais dos alunos e à comunidade, podendo ser desenvolvidas por meio de seminários, palestras, projeções de **slides**, filmes e de outras formas de apresentação a critério das Secretarias Estaduais de Educação.

Por fim, o referido projeto determina que os convidados para ministrar as palestras deverão comprovar nível de conhecimento adequado ao desempenho da tarefa.

Para justificar a iniciativa o autor ressalta a importância dos conteúdos extracurriculares para a formação das crianças e dos jovens brasileiros e do encontro entre a escola e a comunidade favorecidos por eventos dessa natureza.

À proposição não foram oferecidas emendas.

II – Análise

De acordo com o art. 26 da Lei n° 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Na prática, o que se observa é uma grade de disciplinas convencionais complementada pela atividade de educação física, por noções de línguas estrangeiras, de história e cultura afro-brasileiras e indígena,

entre outros conteúdos escolhidos pelas escolas e/ou sistemas de ensino.

Com essa estrutura, os currículos de nossas escolas apresentam-se sobrecarregados, exigindo grandes esforços de professores e alunos para a transmissão e fixação do conhecimento ministrado. Tal sobrecarga vem sendo apontada pelos especialistas como prejudicial ao processo de aprendizagem.

Nesse contexto, consideramos que a Semana de Educação para a Vida, sugerida pelo PLC em análise, constitui oportunidade ímpar de trabalhar temas relevantes para a vida diária dos estudantes sem, no entanto, inviabilizar a organização dos currículos escolares. Além disso, deve ser observado que a forma de apresentação dos conteúdos aventureira favorece a espontaneidade, a criatividade e a oportunidade de vivências prazerosas.

Concluindo, cabe ressaltar que não encontramos óbices de natureza constitucional ou jurídica que comprometam a tramitação da matéria que se apresenta, ainda, redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Apenas, julgamos necessário fazer pequeno reparo no texto da ementa e do art. 1º do PLC, com o intuito de tomar claro que a proposta da Semana de Educação para a Vida dirige-se às escolas públicas de ensino fundamental e médio.

III – Voto

Nessas circunstâncias, o voto é pela aprovação do Projeto da Câmara n° 112, de 2008, com as seguintes emendas de redação.

EMENDA DE REDAÇÃO N° 1 – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara n° 112, de 2008, a seguinte redação:

“Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.”

EMENDA DE REDAÇÃO N° 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara n° 112, de 2008, a seguinte redação:

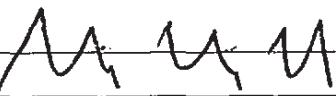
“Art. 1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País, realizarão em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida.”

 
SENADOR FLÁVIO ARNS
, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 112/08 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR FLÁVIO ARNS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- ROBERTO CAVALCANTI
MARINA SILVA	6- (VAGO)
EXPEDITO JÚNIOR	7- (VAGO)

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
	RELATOR
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

ÁLVARO DIAS	1- LÚCIA VÂNIA
CICERO LUCENA	2- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	3- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	4- SÉRGIO GUERRA
RAIMUNDO COLOMBO	5- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	6- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	7- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	8- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGripino	9- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	10- MARIA DO CARMO ALVES

PTB

SÉRGIO ZAMBIAIS	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola.

PARECER N° 66, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara no 127, de 2008, nº 1.485/2007, na casa de origem do Deputado Gladson Cameli que denomina Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC Marmud Cameli o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

A proposição ora submetida à apreciação desta Comissão atribui ao aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, a denominação de “Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC – Marmud Cameli”.

Segundo o autor, Deputado Gladson Cameli, o homenageado teria sido um empresário respeitado e de grande visão na região do Vale do Juruá. Tendo sido um pioneiro no ramo madeireiro, fundou a empresa Marmud Cameli e Cia Ltda., que atua no ramo da construção civil, contribuindo assim para a geração de empregos e o desenvolvimento da região.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelas Comissões de Viação e Transportes, de Educação e Cultura, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

II – Análise

A matéria é de competência da União (art. 22, X, da Constituição Federal), não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

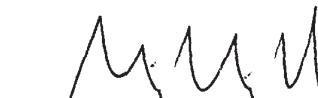
A denominação de aeroportos e aeródromos é regida pela Lei nº 1.909, de 21 de julho de 1953. Segundo essa lei, “sempre mediante lei especial para cada caso poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da Aviação, ou de um fato histórico nacional” (art. 1º, § 1º).

Entre outras áreas da construção civil em que atuou, o homenageado contribuiu, por meio da empresa que fundou, para a ampliação do sistema aeroportuário do Estado do Acre, com o que fica atendida a exigência legal.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008.

Sala da Comissão, 10 de março de 2009. – Senador **Flávio Arns**


 SENADOR FLÁVIO ARNS
 , Presidente


 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 127/08 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR FLÁVIO ARNS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI
RELATOR	3- EDUARDO SUPLICY
FÁTIMA CLEIDE	4- JOSÉ NERY
PAULO PAIM	5- ROBERTO CAVALCANTI
INÁCIO ARRUDA	6- (VAGO)
MARINA SILVA	7- (VAGO)
EXPEDITO JÚNIOR	

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

ÁLVARO DIAS	1- LÚCIA VÂNIA
CICERO LUCENA	2- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	3- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	4- SÉRGIO GUERRA
RAIMUNDO COLOMBO	5- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	6- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	7- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	8- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPIINO	9- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	10- MARIA DO CARMO ALVES

PTB

SÉRGIO ZAMBIAZI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM Buarque	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial

LEI N° 1.909, DE 21 DE JULHO DE 1953

Dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 7º, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1º Os aeroportos brasileiros terão em geral a denominação das próprias cidades, vilas ou povoados em que se encontrem, declarando-se a posição norte, sul, leste ou oeste, quando houver mais de um na localidade.

§ 1º Sempre mediante lei especial para cada caso poderá um aeroporto ou um aeródromo ter a designação de um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da aviação, ou de um fato histórico nacional.

PARECER N° 67, DE 2009

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 156, de 2008(n° 7.343/2006 na Casa de Origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de terreas, nos programas nele mencionados.

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**

I – Relatório

De autoria do Deputado Tarcisio Zimmermann, o projeto sob exame pretende promover pequena modificação no Estatuto do Idoso, Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003, com o propósito de assegurar às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos prioridade no acesso às unidades residenciais térreas, produzidas no âmbito de programas habitacionais de natureza pública.

Para o autor da proposição, cabe aperfeiçoar a lei vigente, embora suas normas já assegurem aos idosos importantes benefícios nos programas habitacionais, como: a reserva de 3% das unidades produzidas, a implantação de equipamentos comunitários, a eliminação de barreiras físicas e a adoção de financiamentos compatíveis com seus rendimentos. Ao constatar que as limitações de custos, próprias dos programas de cunho social, nem sempre permitem a instalação de elevadores, Sua Excelência advoga a tese de que as unidades térreas devem ser preferencialmente destinadas à população idosa.

Na Casa de origem, o PLC n° 156, de 2008, mereceu acolhimento unânime nas Comissões de Desenvolvimento Urbano; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, a matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão.

II – Análise

Trata-se de pequena, mas relevante contribuição para o aprimoramento do Estatuto do Idoso. De fato, enquanto as normas vigentes já assegurem importantes mecanismos de proteção aos idosos no âmbito de programas habitacionais, deixou-se de atentar para a precedência que essa faixa etária deve ter na ocupação dos pavimentos térreos das edificações. Como bem aponta a justificação do projeto, não havendo a instalação de elevadores nos projetos de habitação social, circunstância bastante frequente, impõe-se ao Poder Público o dever de facilitar o acesso dos moradores idosos, segmento social que tende a conviver com dificuldades de locomoção.

Elogiável no mérito, a proposição em pauta atende aos preceitos de constitucionalidade e juridicidade. Nos termos do art. 230, **caput**, da Constituição Federal, incumbe ao Estado, e também à família e à sociedade, o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar, princípio que ensejou a edição da Lei n° 10.741, de 2003, denominada Estatuto do Idoso.

Ademais, inexiste restrição à iniciativa congressual. Como a matéria não integra o campo reservado pelo § 1º do art. 61 à iniciativa privativa do Presidente da República, é lícita a autoria parlamentar.

Vazado em boa técnica legislativa, o projeto em análise conforma-se adequadamente com o preceituado na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

Na Casa de origem, o PLC n° 156, de 2008, mereceu acolhimento unânime nas Comissões de Desen-

volvimento Urbano; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, a matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão.

II – Análise

Trata-se de pequena, mas relevante contribuição para o aprimoramento do Estatuto do Idoso. De fato, enquanto as normas vigentes já assegurem importantes mecanismos de proteção aos idosos no âmbito de programas habitacionais, deixou-se de atentar para a precedência que essa faixa etária deve ter na ocupação dos pavimentos térreos das edificações. Como bem aponta a justificação do projeto, não havendo a instalação de elevadores nos projetos de habitação social, circunstância bastante frequente, impõe-se ao Poder Público o dever de facilitar o acesso dos moradores idosos, segmento social que tende a conviver com dificuldades de locomoção.

Elogiável no mérito, a proposição em pauta atende aos preceitos de constitucionalidade e juridicidade. Nos termos do art. 230, **caput**, da Constituição Federal, incumbe ao Estado, e também à família e à sociedade, o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando

sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar, princípio que ensejou a edição da Lei nº 10.741, de 2003, denominada Estatuto do Idoso.

Ademais, inexiste restrição à iniciativa congressual. Como a matéria não integra o campo reservado pelo § 1º do art. 61 à iniciativa privativa do Presidente da República, é lícita a autoria parlamentar.

Vazado em boa técnica legislativa, o projeto em análise conforma-se adequadamente com o preceituado na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

III – Voto

À vista do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.

, Presidente

K. Quintanilha, Relator

ASSAÇO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 03 / 2009 , OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	<i>Minha</i> (SENADOR CRISTOVAM BIANQUES)
RELATOR:	<i>W</i> (RELATOR AD HOC: SEN. FLÁVIO ARNS)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
FLÁVIO ARNS	1 – JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	2 – SERYS SHHESSARENKO
PAULO PAIM	3 – MARCELO CRIVELLA
MAGNO MALTA	4 – VAGO
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	5 – VAGO
PMDB, PP	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	1 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
GERSON CAMATA	2 – ROMERO JUCÁ
VAGO	3 – VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	4 – MÃO SANTA
PAULO DUQUE	5 – LEOMAR QUINTANILHA

BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPIINO	1 – HERÁCLITO FORTES
ROSALBA CIARLINI	2 – JAYME CAMPOS
ELISEU RESENDE	3 – MARIA DO CARMO ALVES
GILBERTO GOELLNER	4 – ADELMIR SANTANA
ARTHUR VIRGÍLIO	5 – LÚCIA VÂNIA
CÍCERO LUCENA	6 – MÁRIO COUTO
VAGO	7 – PAPALÉO PAES
PTB	
	1 – SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 – JEFFERSON PRAIA

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI N° 10.741, DE 10 DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos, pessoal da administração dos territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para inatividade;

d) organizações do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos estados, do Distrito Federal e dos territórios;

aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos estados, do Distrito Federal e dos territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

e) criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER N° 68, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia (UNIVALE), com sede no Município de Barra do Garças”.

Relator: Senador **Gilberto Goellner**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 602, de 2007, de iniciativa do Senador Jayme Campos, autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia, no Município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, juntamente com os cargos, funções e empregos necessários ao seu funcionamento.

Trata-se de uma instituição de ensino superior que, nos termos do PLS em exame, terá de desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária. O estatuto e as normas legais, pertinentes, definirão a estrutura organizacional e a forma de funcionamento da universidade.

O art. 4º da proposição condiciona a instalação da instituição, à prévia consignação das dotações necessárias ao seu funcionamento, no Orçamento da União.

Por fim, em seu art. 5º, fica estabelecida a data de publicação da lei que resultar do presente projeto, como marco inicial de vigência da norma.

As razões basilares à iniciativa incluem o desenvolvimento sócio-econômico da região, com destaque para a criação de oportunidades educacionais e de capacitação da juventude mato-grossense e goiana, além da melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas.

À proposição, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria objeto do PLS nº 602, de 2007, situa-se entre aquelas sujeitas à apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Com relação ao mérito da iniciativa, percebe-se visível necessidade de atuação mais efetiva do Poder Público na expansão da oferta de educação superior para dar vazão à crescente demanda dos jovens economicamente carentes. Nesse sentido, já estão em andamento ações previstas no Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior, implantado pelo Ministério da Educação.

Quanto à instalação da universidade em Barra do Garças, onde já se conta com boa infra-estrutura, a medida é justificada pelo potencial de desenvolvimento econômico e social da região. A existência de uma instituição autônoma, dedicada à pesquisa, na região do Vale do Araguaia poderá contribuir para dinamizar, de forma sustentável, a economia e o setor educacional dos Estados do Mato Grosso e de Goiás.

Em face da eventualidade de se arguir a constitucionalidade e a juridicidade dos projetos autorizativos, cabe lembrar que, nesta Casa, tais propostas encontram amparo no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Assim sendo, não existindo óbices de natureza constitucional e jurídica, resta sugerir a correção de pequena impropriedade vocabular na expressão “universidade de que dispõe esta lei”, presente no art. 4º do PLS. Para tanto, será oferecida emenda com o objetivo de tornar o dispositivo mais claro, conforme prescrevem as normas de técnica legislativa inseridas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Concluindo, tendo em vista que já existe instituição de educação superior com a sigla sugerida, e tramita projeto de lei com a mesma denominação, entendemos ser oportuno substituí-la. A nosso ver, a mudança de nome para Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS) não traria prejuízo à proposição.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, com as seguintes emendas:

EMENDA N° 1 – CE

Substitua-se, no texto do Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, onde couber, a denominação Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVALE), por Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS).

EMENDA N° 2 – CE

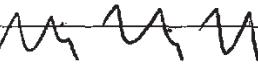
Dê-se ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, a seguinte redação:

“Art 4º A instalação da UNIBARÇAS subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Sala da Comissão, 10 de março de 2009. – Senador **Flávio Arns**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 602/07 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR FLÁVIO ARNS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- ROBERTO CAVALCANTI
MARINA SILVA	6- (VAGO)
EXPEDITO JÚNIOR	7- (VAGO)

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSD)

ÁLVARO DIAS	1- LÚCIA VÂNIA
CICERO LUCENA	2- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	3- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	4- SÉRGIO GUERRA
RAIMUNDO COLOMBO	5- GILBERTO GOELLNER RELATOR
MARCO MACIEL	6- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	7- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	8- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	9- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	10- MARIA DO CARMO ALVES

PTB

SÉRGIO ZAMBIAZI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 622/07

Março de 2009

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 20 05849

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			JOÃO PEDRO						
AUGUSTO BOTELHO	X			IDEI SALVATTI						
FATIMA CLEIDE	X			EDUARDO SUPLÍCY	X					
PAULO PAIM	X			JOSÉ NERY						
INÁCIO ARRUDA	X			ROBERTO CAVALCANTI						
MARINA SILVA				(VAGO)						
EXPEDITO JÚNIOR				(VAGO)						
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALTER PEREIRA				ROMERO JUCA						
GERALDO MESQUITA JÚNIOR				LEONMAR QUINTANILHA						
GILVAM BORGES				PEDRO SIMON	X					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			NEUTO DE CONTO	X					
GERSON CAMATA				VALDIR RAUPP						
FRANCISCO DORNELLES				GARIBALDI ALVES FILHO	X					
(VAGO)				LOBÃO FILHO						
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				LÚCIA VÂNIA						
CÍCERO LUCENA	X			MARCONI PERILLO						
EDUARDO AZEREDO				PAPALÉO PAES						
MARISA SERRANO				SÉRGIO GUERRA						
RAIMUNDO COLOMBO				GILBERTO GOELLNER						
MARCO MACIEL	X			KÁTIA ABREU						
ROSALBA CIARLINI				JAYMÉ CAMPOS						
HERÁCLITO FORTES				EFRAIM MORAIS						
JOSÉ AGRIPINO				ELISEU RESENDE						
ADELMIRO SANTANA				MARIA DO CARMO ALVES						
TITULAR - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAZI	X			JOÃO VICENTE CLAUDIO						
ROMEUTUMA	X			MOZARILDO CAVALCANTI						
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X			JEFFERSON PRAIA						

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 AUTOR: — PRESIDENTE: @/M M M

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/03/2009

SENADOR FLÁVIO ARNS
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esport

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NORMATIVA

EMENDAS AO PLS 602 / 07
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)		SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
AUTOR	NÃO AUTOR	AUTOR	NÃO AUTOR	AUTOR	NÃO AUTOR	AUTOR	NÃO AUTOR
FLÁVIO ARNS	X	JOÃO PEDRO		IDEI SALVATTI		EDUARDO SUPlicy	X
AUGUSTO BOTELHO	X						
FÁTIMA CLEIDE	X						
PAULO PAIM	X						
INÁCIO ARRUDA	X			ROBERTO CAVALCANTI			
MARINA SILVA				(VAGO)			
EXPEDITO JÚNIOR				(VAGO)			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)	
WALTER PEREIRA				ROMERO JUÇÁ			
GERALDO MESQUITA JÚNIOR				LEOMAR QUINTANILHA			
GILVAM BORGES				PEDRO SIMON	X		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			NEUTO DE CONTO	X		
GERSON CAMATA				VALDIR RAUPP			
FRANCISCO DORNELLES				GARIBALDI ALVES FILHO	X		
(VAGO)				LOBÃO FILHO			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ALVARO DIAS	X			LUCIA VÂNIA			
CICERO LUCENA	X			MARCONI PERULLO			
EDUARDO AZEREDO				PAPALEO PAES			
MARISA SERRANO				SÉRGIO GUERRA			
RAIMUNDO COLOMBO				GILBERTO GOELLNER			
MARCO MACIEL	X			KÁTHIA ABREU			
ROSALBA CARRLINI	X			JAYMÉ CAMPOS			
HÉRACLITO FORTES				EFRAIM MORAIS			
JOSÉ AGRIPINO				ELISEU RESENDE			
ADELMIR SANTANA				MARIA DO CARMO ALVES			
TITULAR PTB		SUPLENTES - PTB		SUPLENTES - PTB		SUPLENTES - PTB	
SÉRGIO ZAMBIAISI	X			JOÃO VICENTE CLAUDINO			
ROMEU TUMA	X			MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULAR PDT		SUPLENTES - PDT		SUPLENTES - PDT		SUPLENTES - PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	X			JEFFERSON PRAIA			

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: ○ 1 / M. M. M.

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 03 / 2009

SENADOR FLÁVIO ARNS
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 602, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), com sede no município de Barra do Garças

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Barra do Garças (UNIBARÇAS), no Município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 2º A Unibarças terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

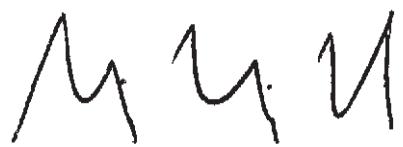
Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Unibarças serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A instalação da Unibarças subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de março de 2009.

Senador
Presidente



Senador
Relator



**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Mensagem de veto
Vide Decreto n° 2.954, de 29-1-1999**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis,

conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Of. n° 6 /2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 602, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Jayme Campos que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia (UNIVALE), com sede no município de Barra do Garças”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente, – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

PARECER N° 69, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 103, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim que altera a redação do art. 1º da Lei n° 7.466, de 23 de abril de 1986, que “dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de maio – Dia do Trabalho”.

Relator: Senador **Inácio Arruda**

I – Relatório

Em exame, nesta Comissão de Educação, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado n° 103, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a redação do art. 1º da Lei n° 7.466, de 23 de abril de 1986, para alterar a denominação “dia do trabalho” para “dia do trabalhador”.

Em defesa de seu projeto, o proponente enumera acontecimentos e dados históricos sobre as lutas dos trabalhadores. A data homenageia, segundo ele, oito líderes trabalhistas norte-americanos que morreram enforcados em Chicago (EUA), em 1886, em função de terem dirigido manifestações que tiveram início justamente no dia 1º de maio daquele ano. Destaca também que a data de primeiro de maio passou a ser marcada pela luta, principalmente, em prol da redução da jornada de trabalho e que, em 1890, "a Segunda Internacional, associação mundial de trabalhadores socialistas, aprovou em seu congresso a fixação do 1º de maio como Dia do Trabalhador".

Registra ainda, a justificação da iniciativa, que "No Brasil, as comemorações do 1º de maio também estão relacionadas à luta pela redução da jornada de trabalho". A referida data foi aqui consolidada como o Dia dos Trabalhadores, em 1925, quando o Presidente Artur Bernardes baixou um decreto instituindo o 1º de maio como feriado nacional.

Finalmente, para o autor da proposta, esta data é vista "mundialmente como o Dia do Trabalhador, mesmo em tempos remotos, haja

Vista que há 2.000 anos, os romanos realizavam, no dia 1º de maio, rituais para as deusas Flora e Maia, seres femininos relacionados às flores e aos cereais. As cerimônias anunciam a chegada da primavera na Europa. Nem mesmo os escravos trabalhavam nesse dia.

II – Análise

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre "diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas". Do ponto de vista regimental, portanto, não há impedimentos a relatar.

Em relação aos dispositivos constitucionais, relativos à iniciativa e à competência para legislar, também não há registros contrários. A matéria está, além disso, apta a ingressar em nosso ordenamento jurídico, preenche o requisito de juridicidade, portanto.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação da iniciativa. O autor pretende enfatizar a condição do cidadão homenageado, o trabalhador. É a característica da atividade pessoal desenvolvida por ele, o fator mais relevante para justificar a instituição do feriado. Ele é o ser beneficiado, embora toda a sociedade interrompa, neste dia, seus afazeres para render homenagem àquele que é o grande responsável pelo

progresso e pela criação de bens e serviços úteis ao bem-estar de todos.

De fato, o trabalhador tem muito do que se orgulhar. A longa luta pela redução da jornada de trabalho, por condições salariais mínimas, por um ambiente de trabalho salutar, pela proteção ao trabalho de mulheres, crianças e adolescentes, e tantas outras, justificam, por si só, a instituição de um dia a ele dedicado. Cada pequeno avanço foi obtido à custa de muitos sacrifícios, suor e sangue de nossos antepassados. Ainda assim, é preciso perseverar na luta pela emancipação e pela inclusão de todos na proteção dos direitos obtidos formalmente.

Em relação à técnica legislativa, entretanto, detectamos que a antecipação do feriado, prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, já não faz parte de nosso ordenamento jurídico. O citado dispositivo legal foi revogado. Apresentamos emenda de redação para corrigir essa impropriedade.

III – Voto

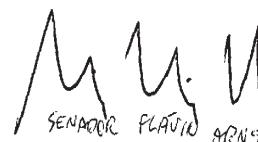
Em face dos argumentos expostos opinamos pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 103, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

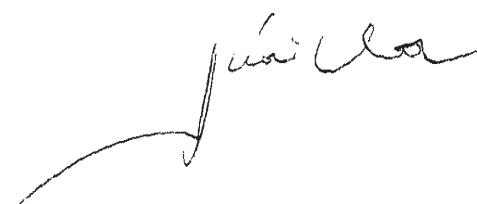
EMENDA N° 1 – CE

Dê-se ao art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, de que trata o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como "Dia do Trabalhador e da trabalhadora", será comemorado na própria data.

Sala da Comissão, 10 de março de 2009.


SENADOR PLÁCIDO ARNS, Presidente

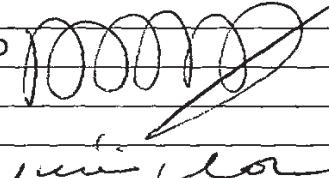
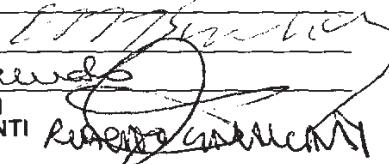

SENADOR JÚLIO LOBO, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 103/08 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR FLÁVIO ARNS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- ROBERTO CAVALCANTI
RELATOR	 
MARINA SILVA	6- (VAGO)
EXPEDITO JÚNIOR	7- (VAGO)

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

ÁLVARO DIAS	1- LÚCIA VÂNIA
CICERO LUCENA	2- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	3- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO	4- SÉRGIO GUERRA
RAIMUNDO COLOMBO	5- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	6- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	7- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	8- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPIINO	9- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	10- MARIA DO CARMO ALVES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 622/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			JOÃO PEDRO						
AUGUSTO BOTELHO	X			IDEI SALVATTI						
FATIMA CLEIDE	X			EDUARDO SUPLÍCY	X					
PAULO PAIM	X			JOSÉ NERY						
INÁCIO ARRUDA	X			ROBERTO CAVALCANTI						
MARINA SILVA				(VAGO)						
EXPEDITO JÚNIOR				(VAGO)						
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALTER PEREIRA				ROMERO JUCA						
GERALDO MESQUITA JÚNIOR				LEONMAR QUINTANILHA						
GILVAM BORGES				PEDRO SIMON	X					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			NEUTO DE CONTO	X					
GERSON CAMATA				VALDIR RAUPP						
FRANCISCO DORNELLES				GARIBALDI ALVES FILHO	X					
(VAGO)				LOBÃO FILHO						
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				LÚCIA VÂNIA						
CÍCERO LUCENA	X			MARCONI PERILLO						
EDUARDO AZEREDO				PAPALÉO PAES						
MARISA SERRANO				SÉRGIO GUERRA						
RAIMUNDO COLOMBO				GILBERTO GOELLNER						
MARCO MACIEL	X			KÁTIA ABREU						
ROSALBA CIARLINI				JAYMÉ CAMPOS						
HERÁCLITO FORTES				EFRAIM MORAIS						
JOSÉ AGRIPINO				ELISEU RESENDE						
ADELMIRO SANTANA				MARIA DO CARMO ALVES						
TITULAR - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIAZI	X			JOÃO VICENTE CLAUDIO						
ROMEUTUMA	X			MOZARILDO CAVALCANTI						
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X			JEFFERSON PRAIA						

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: ○/MM M

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/03/2009

SENADOR FLÁVIO ARNS
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esport

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NORMATIVA
EMendas ao PLS 602 / 07
(EM GLOBO)

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)		SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)		SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - MINORIA (DEM e PSD)	
AUTOR	NÃO AUTOR	AUTOR	NÃO AUTOR	AUTOR	NÃO AUTOR	AUTOR	NÃO AUTOR
FLÁVIO ARNS	X	JOÃO PEDRO		ROMERO JUÇÁ		ALVARO DIAS	
AUGUSTO BOTELHO	X	IDEI SALVATTI		LEOMAR QUINTANILHA		CICERO LUCENA	X
FÁTIMA CLEIDE		EDUARDO SUPlicy		PEDRO SIMON	X	EDUARDO AZEREDO	
PAULO PAIM	X	JOSÉ NERY		NEUTO DE CONTO	X	MARISA SERRANO	
INÁCIO ARRUDA	X	ROBERTO CAVALCANTI		VALDIR RAUPP		RAIMUNDO COLOMBO	
MARINA SILVA		(VAGO)		GARIBALDI ALVES FILHO	X	MARCO MACIEL	
EXPEDITO JÚNIOR		(VAGO)		LOBÃO FILHO		ROSALBA CHARLINI	
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
VALTER PEREIRA		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
GILVAM BORGES		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
GERSON CAMATA		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
FRANCISCO DORNELLES		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
(VAGO)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
ALVARO DIAS		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
CICERO LUCENA		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
EDUARDO AZEREDO		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
MARISA SERRANO		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
RAIMUNDO COLOMBO		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
MARCO MACIEL		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
ROSALBA CHARLINI		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
HÉRCULIO FORTES		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
JOSÉ AGRIPINO		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
ADELMIR SANTANA		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
TITULAR PTB		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
SÉRGIO ZAMBIAISI		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
ROMEU TUMA		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
TITULAR PDT		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
CRISTOVAM BUARQUE		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)		SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: ○ 1 / M / M / M
SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 03 / 2009

SENADOR FLÁVIO ARNS
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 103, DE 2008

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que “dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio – Dia do Trabalho”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como ‘Dia do Trabalhador e da Trabalhadora’, será comemorado na própria data.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador
Presidente

Senador
Relator

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 7.466, DE 23 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio – Dia do Trabalho.

Art 1º O feriado de 1º de Maio, consagrado como “Dia do Trabalho”, será comemorado na própria data, não se lhe aplicando a antecipação prevista na Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985.

LEI N° 7.320, DE 11 DE JUNHO DE 1985

Revogada pela Lei nº 8.087, de 1990

Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

Of. nº 5 /2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela apro-

vação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que ‘dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio – Dia do Trabalhador’, com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

PARECER N° 70, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 107, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no **Livro dos Heróis da Pátria**, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno, a proposição encontra-se sob exame da Comissão Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Em boa hora ocorre ao legislador a iniciativa de incluir na ilustre galeria dos Heróis da Pátria – que já abriga, entre outros, os nomes de D. Pedro II, Zumbi dos Palmares e Tiradentes – o nome de um dos nossos mais importantes estadistas, lembrado em particular por seu legado de luta em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros, empenho que o fez receber o epíteto de “Pai dos Pobres”.

Getúlio Dornelles Vargas, filho de tradicional família gaúcha, natural de São Borja, transitou pelos mais importantes cargos da República, trajetória que culminou com o exercício da presidência pelo largo período que passou a ser designado como Era Vargas.

Esse marcante momento histórico teve início com a chamada Revolução de 1930, quando, deposto o então Presidente Washington Luis, Getúlio Vargas assumiu, com amplos poderes, a liderança do Governo Provisório, episódio que marcou o término da “República Velha”.

Em 1937, sob sua liderança, foi instaurado o Estado Novo, que se estendeu até 1945, marcado, principalmente, pela reestruturação geral do Estado.

Entre o primeiro período no exercício da Presidência da República e o seguinte, para o qual seria eleito em 1950, Vargas foi também eleito senador para

a Assembléia Constituinte de 1946 – da qual participou de maneira fugaz – e, posteriormente, senador pelo Rio Grande do Sul, mandato cumprido entre 1946 e 1949, ocasião em que fortaleceu o perfil do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em seu mandato à frente do Executivo, entre 1951 e 1954, Getúlio Vargas esteve no centro de continua polêmica, que culminou com uma crise política de grandes proporções, quando foi pressionado, inclusive, a renunciar à Presidência da República. O conturbado período teve o seu desfecho no trágico episódio de seu suicídio, página que marcou a história recente do País.

A influência de Vargas na vida política brasileira não se encerrou com sua morte. Ao contrário, ela foi de tal ordem que alterou profundamente os quadros partidários e a própria maneira de conduzir a ação política. Essa dinâmica afetou decisivamente a feição do País, com significativos efeitos ao longo da segunda metade do século XX, como a adoção do modelo que

alçou o Brasil à condição de Nação industrializada, para citar um dos mais notáveis.

Nesse sentido, pela oportunidade de fazer figurar o nome de um dos maiores líderes que o Brasil conheceu no **Livro dos Heróis da Pátria**, o projeto em exame se reveste de inegável pertinência.

Ressalte-se, ademais, que a proposição encontra inteiro amparo na Lei nº 11.597, de 2007, que dispõe sobre os critérios para a referida inscrição do nome de vultos históricos.

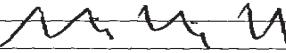
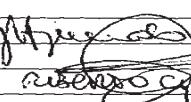
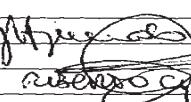
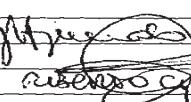
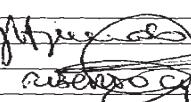
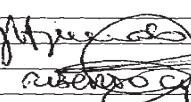
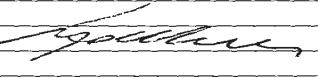
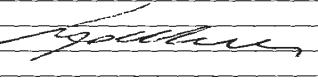
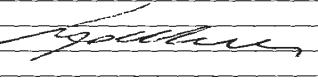
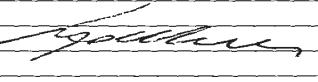
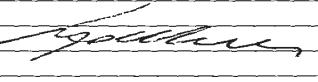
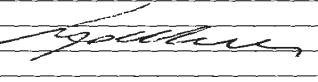
III – Voto

Pelo exposto, examinado o mérito, e por não encontrar óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008.

Sala da Comissão, 10 de março de 2009.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS N° 107/08 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		SENADOR FLÁVIO ARNS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)		
FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO	
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI	
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY	
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY	
INÁCIO ARRUDA	5- ROBERTO CAVALCANTI	
MARINA SILVA	6- (VAGO)	
EXPEDITO JÚNIOR	7- (VAGO)	
MAIORIA (PMDB e PP)		
VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- LEOMAR QUINTANILHA	
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO	
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP	
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO	
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO	
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		
ÁLVARO DIAS	1- LÚCIA VÂNIA	
CICERO LUCENA	2- MARCONI PERILLO	
EDUARDO AZEREDO	3- PAPALÉO PAES	
MARISA SERRANO	4- SÉRGIO GUERRA	
RAIMUNDO COLOMBO	5- GILBERTO GOELLNER	
MARCO MACIEL	6- KÁTIA ABREU	
ROSALBA CIARLINI	7- JAYME CAMPOS	
HERÁCLITO FORTES	8- EFRAIM MORAIS	
JOSÉ AGRIPIINO	9- ELISEU RESENDE	
ADELMIR SANTANA	10- MARIA DO CARMO ALVES	
PTB		
SÉRGIO ZAMBIAI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI	
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 107/08

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSE e PC do B)		NÃO AUTOR		SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSE e PC do B)		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
FLÁVIO ARNS				JOÃO PEDRO									
AUGUSTO BOTELHO	X			IDELE SALVATTI									
FATIMA CLÉIDE				EDUARDO SUPlicY									
PAULO PAIM	X			JOSE NERY									
INÁCIO ARRUDA	X			ROBERTO CAVALCANTI									
MARINA SILVA				(VAGO)									
EXPEDITO JUNIOR				(VAGO)									
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO				
VALTER PEREIRA				ROMERO JUCA									
GERALDO MESQUITA JUNIOR				LEONARDO QUINTANILLA									
GILVAM BORGES	X			PEDRO SIMON									
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			NEUTÓ DE CONTO									
GERSON CAMATA				VALDIR RAUPP									
FRANCISCO DORNELLES	X			GARIBOLDI ALVES FILHO									
(VAGO)				LOBÃO FILHO									
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO				
ALVARO DIAS				LUCIA VÁNIA									
CÍCERO LUCENA				MARCÔNI PERULLO									
EDUARDO AZEREDO				PAPAIÃO PAES									
MARISA SERRANO				SÉRGIO GUERRA									
RAMMUNDO COLOMBO	X			GILBERTO GOELNER									
MARCO MACIEL	X			KATIA ABREU									
ROSALBA CIPOLLINA	X			JAYME CAMPOS									
HERACLITO FORTES				EFRAIM MORAIS									
JOSE AGRIVINO				ELISEU RESENDE									
ADELAIIR SANTANA	X			MARIA DO CARMO ALVES									
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO				
SÉRGIO ZAMBIAZI	X			JOÃO VICENTE CLAUDIO									
ROMEU TUMA				MOZARILDO CAVALCANTI									
TITULAR - PPT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO				
CRISTOVAM BUARQUE	X			JEFFERSON PRAIA									

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.597 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

Of. n° 3/2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a

Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº107, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Marco-ni Perillo que, “Inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no **Livro dos Heróis da Pátria**”.

Atenciosamente, – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

PARECER N° 71, DE 2009

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, de autoria do Senador Pau-lo Paim, que denomina “Ponte Luís Carlos

TOTAL: 21 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 M. M. M

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/03/2009

SENADOR FLÁVIO ARNS
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Prestes” a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, km 270, nos Municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, que denomina “Ponte Luís Carlos Prestes” a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, km 270, nos Municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto dispõe-se em dois artigos, sendo que o primeiro dá nome à ponte no trecho da rodovia conforme expresso na ementa e o segundo é sua cláusula de vigência.

É indiscutível a importância de Luís Carlos Prestes na história brasileira. O “Cavaleiro da Esperança” foi o símbolo da persistente luta por suas convicções. Deu-nos a percepção que uma sociedade só se aprimora quando permite a pluralidade de idéias e de ideais. Prestes foi, e ainda é, o marco da busca incessante, mesmo que, às vezes, a ferro-e-fogo, por um mundo mais justo, mais igual, mais livre.

A propósito desta discussão sobre liberdade, tão confrontada atualmente, seja a da vida privada ou em setores da sociedade – como nos Poderes Públicos e na imprensa, vem à memória um fato ocorrido em meados dos anos 40, época da redemocratização. Precisamente, em 11 de novembro de 1946, Prestes ocupa a tribuna, líder maior dos comunistas brasileiros, homem íntegro e grande patriota. Seu pronunciamento – em que tratava da União Soviética e do marxismo-leninismo foi picotado por dezenas de apartes. Mas Prestes não perdeu a serenidade e a elegância diante de seus críticos. Para marcar aquele momento, escolhi o trecho em que Prestes trata da Imprensa. Reproduzo-o por julgar que ainda hoje as assertivas do líder da Coluna Prestes se mantêm.

Diz Luiz Carlos Prestes:

“Sabemos o que é liberdade de imprensa na sociedade capitalista. É cada vez mais a liberdade para os ricos possuírem bons jornais. O proletário luta com dificuldade. A liberdade é teórica. Consta da letra das constituições, mas, para terem seu jornal, só o conseguem depois de grandes dificuldades, cada vez maiores. A liberdade de imprensa, mesmo nos Estados Unidos, é monopólio dos grandes trustes, das grandes empresas jornalísticas, hoje, cada vez maiores, nas sociedades capitalistas.”

Um ano mais tarde, Prestes e os demais Parlamentares comunistas seriam cassados. No dia 25 de outubro de 1947, somente levanta-se para defendê-lo no Senado outro grande brasileiro, o paraibano José Américo de Almeida, autor de um clássico da nossa literatura – **A Bagaceira**.

Meu ilustre conterrâneo e autor desta proposição, o Senador Paulo Paim trouxe-nos um breve, porém instrutivo resumo da biografia de Prestes, do qual tomo a liberdade de pinçar alguns episódios.

“Luís Carlos Prestes (Porto Alegre, 3 de janeiro de 1898 – Rio de Janeiro, 7 de março de 1990) militar e político brasileiro, foi secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro e companheiro de Olga Benário, morta na Alemanha pelos nazistas.

Prestes formou-se pela Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, em 1919 (...) Trabalhou como engenheiro ferroviário na Companhia Ferroviária de Deodoro até ser transferido para o Rio Grande do Sul.

Em outubro de 1924 (...) Luís Carlos Prestes liderou um grupo de rebeldes na região missionária, em Santo Angelo, no Rio Grande do Sul (...) na região sudoeste do Estado do Paraná, o grupo se encontrou e juntou-se aos paulistas, formando o contingente rebelde chamado de Coluna Miguel Costa-Prestes, com 1500 homens, que percorreu, por dois anos e cinco meses, 25000 km. Em toda esta volta, as baixas foram em torno de 750 homens devido à cólera, à impossibilidade de prosseguir por causa do cansaço e dos poucos cavalos que tinham, e ainda poucos homens que morreram em combate.

Em 1997, foi lançado o documentário “Prestes, o cavaleiro da esperança” e, em 1998, no ano do centenário de seu nascimento, a escola de samba Acadêmicos do Grande Rio o homenageou, em seu desfile no grupo especial do carnaval do Rio de Janeiro, com o enredo Cavaleiro da Esperança (...) cantor e compositor Taiguara (...) compôs a canção Cavaleiro da Esperança em sua homenagem (...)

Jorge Amado, em prosa e verso, retrata a saga da coluna Prestes em seu livro “O Cavaleiro da Esperança”, publicado em 1944.”

II – Análise

A Constituição Federal (art. 22, XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso

Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

O projeto em análise encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, "que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação" e que, em seu art. 2º, estabelece que, "mediante lei especial" e observado o fato de que as estações terminais, obras-de-arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte tenham o nome da localidade onde se encontrem, estas poderão "ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade". Destaque-se que a obra de arte da homenagem não apresenta, no momento, nenhuma outra denominação.

Em relação à técnica legislativa, o PLS nº 341, de 2008, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar (LCP) nº 95, de

1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis, com as alterações promovidas pela LCP nº 107, de 2001.

Por último, quanto ao mérito, não restam dúvidas de que a personalidade escolhida é digna de receber tal homenagem.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 341, de 2008.

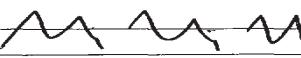
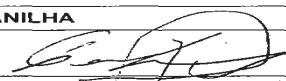
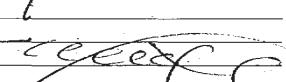
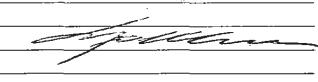
Sala da Comissão, 10 de março, de 2008.


 SENADOR FLÁVIO ARNS, Relator


 SENADOR FLÁVIO ARNS, Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS N° 341/08 NA REUNIÃO DE 10 / 03 / 09
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		SENADOR FLÁVIO ARNS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)		
FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO	
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI	
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY	
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY	
INÁCIO ARRUDA	5- ROBERTO CAVALCANTI	
MARINA SILVA	6- (VAGO)	
EXPEDITO JÚNIOR	7- (VAGO)	
MAIORIA (PMDB e PP)		
VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- LEOMAR QUINTANILHA	
GILVAM BORGES	3- PEDRO SÍMON	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO	
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP	
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVÉS FILHO	
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO	
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		
ÁLVARO DIAS	1- LÚCIA VÂNIA	
CICERO LUCENA	2- MARCONI PERILLO	
EDUARDO AZEREDO	3- PAPALÉO PAES	
MARISA SERRANO	4- SÉRGIO GUERRA	
RAIMUNDO COLOMBO	5- GILBERTO GOELLNER	
MARCO MACIEL	6- KÁTIA ABREU	
ROSALBA CIARLINI	7- JAYME CAMPOS	
HERÁCLITO FORTES	8- Efraim MORAIS	
JOSÉ AGRIPINO	9- ELISEU RESENDE	
ADELMIR SANTANA	10- MARIA DO CARMO ALVES	
PTB		
SÉRGIO ZAMBIAIS	JOÃO VICENTE CLAUDIO	
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI	
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS /

Março de 2009

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 20 05861

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)		SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)		SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)		SUPLENTES - MINORIA (DEM e PSDB)			
		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			JOÃO PEDRO					
AUGUSTO BOTELHO	X			DELI SALVATTI					
FÁTIMA CLEIDE				EDUARDO SUPlicY	X				
PAULO PAIM				JOSÉ NERY	X				
INÁCIO ARRUDA	X			ROBERTO CAVALCANTI	X				
MARINA SILVA				(VAGO)					
EXPEDITO JUNIOR				(VAGO)					
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)				TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)					
VALTER PEREIRA				ROMERO JUCA					
GERALDO MESQUITA JÚNIOR				LEONMAR QUINTANILHA					
GILVAM BORGES				PEDRO SIMON	X				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			NEUJO DE CONTÓ	X				
GERSON CAMATA				VALDIR RAUPP					
FRANCISCO DORNELLES	X			GARIBALDI ALVES FILHO	X				
(VAGO)				LOBÃO FILHO					
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)				TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)					
ÁLVARO DIAS				LÚCIA VÂNIA					
CÍCERO LUCENA				MARCONI PERILLO					
EDUARDO AZEREDO				PAPALEÓPATES					
MARISA SERRANO				SÉRGIO GUERRA					
RAIMUNDO COLOMBO	X			GILBERTO GOELLNER	X				
MARCO MACIEL				KÁTIA ABREU					
ROSALBA CIPOLLINI				JAYMÉ CAMPOS					
HERÁCLITO FORGES				ERFÁIM MORAIS					
JOSÉ AGRIPIÑO				ELISEU RESENDE					
ADELMIR SANTANA				MARIA DO CARMO ALVES					
TITULARES - PTB				TITULARES - PTB					
SÉRGIO ZAMBIAI	X			JOÃO VICENTE CLAUDIO					
ROMEUTUMA	X			MOZARILDO CAVALCANTI					
TITULARES - PDT				TITULARES - PDT					
CRISTOVAM BUARQUE	X			JEFFERSON PRAIA					

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: — / M. M. M.

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/03/2009

SENADOR FLÁVIO ARNS
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001);

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001);

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003).

**Subseção III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimentos de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art.

84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001).

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998).

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-01-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI COMPLEMENTAR N° 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001

Mensagem de veto nº 393

Altera a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

LEI N° 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecidas no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade.

Of. N° 4/2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341 de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Denomina ‘Ponte Luís Carlos Prestes’ a ponte transposta sobre o rio Gravata” na BR-116, Km 270, nos Municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente, – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Ofício nº 3/2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Marconi Perillo que, “Inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no **Livro dos Heróis da Pátria**”.

Atenciosamente, – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 4/2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 341 de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Denomina ‘Ponte Luís Carlos Prestes’ a ponte transposta sobre o rio Gravataí na BR-116, Km 270, nos Municípios de Canoas e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente,

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 5/2009/S.CE

Brasília, 10 março de 2009

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Paulo Paim que, “Altera a redação do art. 1º da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, que dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de Maio – Dia do Trabalhador”, com a emenda oferecida.

Atenciosamente,

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Ofício nº 6/2009/S.CE

Brasília, 10 de março de 2009

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Jayme Campos que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Araguaia (UNIVALE),

com sede no Município de Barra do Garças”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente,

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 64 a 67, de 2009**, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008** (nº 6.046/05, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que *institui o Dia Nacional dos Agentes de Autoridade de Trânsito*;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008** (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008** (nº 1.485/07, na Casa de origem, do Deputado Gladson Cameli), que *denomina Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul/AC – Marmud Cameli o aeroporto localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre; e*

– **Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008** (nº 7.343/06, na Casa de origem, do Deputado Tarécio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis, para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 602, de 2007; 103, 107 e 341, de 2008**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 94, DE 2009

Vincula as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e ao Serviço Social do Comércio (SESC), atribuindo-lhes o recebimento das contribuições compulsórias calculadas sobre o montante da remuneração paga aos empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2010, as contribuições compulsórias das empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica sobre a remuneração paga a seus empregados que se destinam ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e ao Serviço Social da Indústria – SESI passarão, respectivamente, a compor as receitas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e do Serviço Social do Comércio- SESC.

Parágrafo único. A partir da data referida no *caput* passam a se aplicar a essas contribuições as disposições legais, regulamentares e regimentais que regem o SENAC e o SESC, particularmente os Decretos-Leis nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e nº 9.853, de 13 de setembro de 1946.

Art. 2º Continuarão a constituir rendas do SENAI e do SESI o montante referente às multas impostas por infração de disposições legais, regulamentares e regimentais cometidas pelas empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica, com fundamento em fatos ocorridos até 31 de dezembro de 2009.

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 2010, o atendimento e a prestação de serviços aos trabalhadores das empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica serão atribuídos ao SENAC e ao SESC.

Parágrafo único. Na ocorrência de atendimento ou prestação de serviço que tenha se iniciado antes da data referida no *caput* e que venha a se encerrar após essa data, o SENAI e o SESI ficarão obrigados a garantir seu fornecimento de maneira integral, mediante remuneração do SENAC e do SESC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição busca corrigir uma distorção na estrutura de financiamento dos sistemas de serviço social e aprendizado profissional que são administrados pelas entidades sindicais patronais.

Desde que foram criados, na década de 1940, inicialmente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) e depois os outros órgãos congêneres vêm representando uma bem-sucedida experiência de ensino técnico e de participação social das classes empresariais.

Ao longo dessas décadas de serviço, milhões de pessoas já se utilizaram das instituições do chamado "Sistema S" para aprender uma profissão, aperfeiçoar suas habilidades laborais ou participar dos programas esportivos e culturais mantidos por essas entidades.

A manutenção dessa atividade, naturalmente, depende da existência de recursos em volume suficiente. Por esse motivo, o legislador dotou essas entidades de receitas próprias, oriundas de contribuições sobre folha de pagamento das empresas de todo o Brasil.

A repartição desses recursos é feita de acordo com a natureza da atividade empresarial exercida pela empresa, de modo que as empresas industriais contribuem para o SENAI e o SESI, ao passo que as empresas comerciais o fazem para o SENAC e o SESC.

Essa atribuição corresponde aos ideais corporativistas da Constituição de 1937, sob a qual foram editadas a Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), e os Decretos-Leis que criaram aquelas entidades. Assim, a atribuição dos setores empresariais aos ramos industrial e comercial se faria pela natureza de sua atividade preponderante, conforme o quadro de atividades estabelecido pelo art. 577 da CLT.

O advento da Constituição de 1988 encerrou aquela fase intervencionista, em razão de que o quadro do art. 577 da CLT passou a valer unicamente como modelo e foi extinta a Comissão de Enquadramento Sindical, órgão responsável por atualizá-lo e fiscalizar seu cumprimento.

Ocorre que, recentemente, a evolução da economia brasileira vem provocando alterações na estrutura do setor produtivo brasileiro, que se refletem em distorções no sistema de financiamento dos órgãos do Sistema S. O caso tratado pela proposição que ora apresentamos é um desses casos.

Com efeito, o sistema de produção e distribuição de energia elétrica no Brasil, caracterizou-se praticamente, pela unicidade entre as empresas de geração e as de distribuição de energia, empresas geralmente de caráter estatal, que se ocupavam tanto da instalação e operação das usinas de geração quanto da distribuição da eletricidade aos consumidores finais.

A privatização de boa parte do sistema elétrico nacional alterou radicalmente esse quadro separando as áreas de produção e de geração de energia elétrica e introduzindo as atividades intermediárias de comércio atacadista e de transmissão de energia elétrica.

Ocorre que, atualmente, as contribuições das empresas de comércio atacadista, de transmissão e de distribuição de energia elétrica continuam a ser recolhidas em benefício das entidades do Sistema S vinculadas à Confederação Nacional da Indústria – o SENAI e o SESI.

Isso acontece pela manutenção, por inércia legal, dos esquemas de contribuição adotados pelo quadro do art. 577 da CLT, que incluía as atividades de geração e distribuição de energia elétrica como atividades industriais.

Essa classificação fazia sentido em um quadro no qual as mesmas empresas eram responsáveis por ambas atividades sendo que a distribuição de energia poderia ser considerada uma atividade complementar de sua atividade principal, a geração.

No entanto, o quadro normativo criado pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nº 9.074, de 7 de julho de 1995, não permite mais a manutenção desse panorama.

Efetivamente, as empresas de geração de energia elétrica continuam a exercer atividade de natureza preponderantemente industrial, sendo correta sua vinculação ao SESI e SENAI. O mesmo não ocorre, entretanto, com as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição.

Nesses casos, a atividade primordial exercida se reveste de caráter nítida e exclusivamente comercial, já que não envolvem a utilização de insumo de qualquer natureza para a geração de energia, mas a utilização da energia gerada por outrem. A atividade de transmissão se caracteriza pelo “transporte” de grandes blocos de energia por meio de fiação e demais equipamentos, ao passo que o comércio atacadista e a distribuição cuidam da venda daquela energia, aos distribuidores e ao consumidor final, respectivamente.

Evidentemente, tais atividades são de natureza comercial e de serviços, situação que as atraria para o âmbito das entidades do Sistema S geridas pela Confederação Nacional do Comércio, o SENAC e o SESC.

A proposição que ora apresento tem por motivação o propósito de sanar essa distorção e vincular aos entes de direito as empresas de transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia, sem qualquer demérito da excelente atuação do SENAI e do SESI, aos quais continuam vinculadas, aliás, as empresas de geração de energia.

Assim conto com a receptividade de meus pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009

Senador Adelmir Santana

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 95, DE 2009

Regulamenta a propaganda comercial na modalidade de mídia exterior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei regula, em todo o território nacional, a propaganda comercial na modalidade de mídia exterior.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se propaganda comercial na modalidade de mídia exterior quaisquer instrumentos ou formas, fixas ou móveis, de comunicação visual ou audiovisual de mensagens de natureza mercantil, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades.

Art. 2º Somente poderão exercer a atividade de propaganda comercial na modalidade de mídia exterior os profissionais e as empresas regularmente inscritos e registrados nos órgãos públicos competentes, nos termos da legislação aplicável.

Art. 3º À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios compete legislar sobre o objeto desta Lei no âmbito da respectiva jurisdição.

Parágrafo único. As normas legais destinadas a regrar o exercício da atividade de propaganda comercial na modalidade de mídia exterior no ambiente urbano não poderão acarretar o impedimento da prestação comercial dos serviços por profissionais habilitados e por empresas regularmente constituídas.

Art. 4º A exibição de anúncios por meio da mídia exterior obedecerá aos padrões estabelecidos no regulamento desta Lei bem como nas normas de âmbito local.

Parágrafo único. Os engenhos utilizados, entendidos como os suportes estruturais destinados à fixação dos anúncios em vias e logradouros públicos terão 5% de sua área obrigatoriamente reservados para a veiculação de propaganda de utilidade pública.

CAPÍTULO II

Das Licenças Municipais

Art. 5º Os engenhos para a veiculação de mídia exterior, atendidas as normas técnicas de engenharia aplicáveis, serão instalados em imóveis privados e, quando a lei local permitir, também nos imóveis ou mobiliários públicos.

Art. 6º Compete aos órgãos locais determinar a documentação necessária para a aprovação de cada projeto, bem como para o licenciamento de sua instalação.

§ 1º Lei municipal estabelecerá o prazo para resposta aos pleitos formulados, que não poderá exceder 30 (trinta) dias contados da data de protocolização, período após o qual, não havendo manifestação do órgão competente, poderá o interessado, a título precário, instalar o engenho necessário bem como veicular a publicidade contratada.

§ 2º O indeferimento de pleitos após o decurso do prazo legal para decisão do órgão competente, se irrecorrível, assegurará ao interessado que tiver instalado o engenho o prazo de 30 (trinta) dias para sua retirada, a qual deverá ocorrer às próprias expensas.

CAPÍTULO III

Dos Engenhos para Exibição

Art. 7º Todas as espécies de engenhos, fixos ou móveis, para fins de exibição de propaganda comercial na modalidade de mídia exterior deverão obedecer ao regulamento desta Lei.

Art. 8º Os profissionais e as empresas de mídia exterior, sob pena de multa a ser fixada pelo órgão licenciador, obrigam-se a manter em seus arquivos, para fins de fiscalização, os seguintes documentos:

I - projeto técnico do engenho devidamente firmado por engenheiro inscrito no respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), composto por croqui e detalhamento de materiais em memorial descritivo;

II - endereço completo e foto do imóvel onde se pretende instalar o engenho;

III - comprovante da licença de instalação expedida pelo órgão competente ou, quando for o caso, do protocolo do pedido sem resposta, se decorridos 30 (trinta) dias;

IV - comprovante de propriedade ou posse pacífica do imóvel utilizado ou do respectivo contrato de uso pela interessada, caso em que a comprovação da propriedade ou posse pacífica deverá se referir ao usuário;

V - comprovante do pagamento das taxas correspondentes;

VI - croqui da área do engenho destinada à veiculação de anúncios de utilidade pública.

CAPÍTULO IV

Dos Anúncios

Art. 9º Os anúncios a serem instalados nos engenhos licenciados pelos órgãos competentes deverão obedecer a preceitos éticos e morais, vedada a veiculação de material pornográfico ou que induza a esse fim, a publicidade ou propaganda de materiais, produtos ou práticas de comercialização restrita ou ilícita, assim como de mensagens atentatórias à segurança pública.

Parágrafo único. Constatada a violação das determinações fixadas no *caput*, o órgão fiscalizador promoverá a remoção do anúncio ou, se impossível fazê-lo de imediato, a sua cobertura com material que impeça a visualização, aplicando as sanções respectivas, inclusive para resarcimento dos custos em que o poder público houver incorrido, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 10. A desobediência às determinações desta Lei implicará a imediata cassação da respectiva licença de instalação, sem prejuízo das demais sanções ou cominações aplicáveis.

CAPÍTULO V

Das Taxas pelo Exercício Regular do Poder de Polícia

Art. 11. Serão devidas taxas, nos termos de regulamento expedido pelo órgão competente, sempre que for protocolizado requerimento de licença de instalação ou de sua renovação.

§ 1º A incidência e o pagamento das taxas independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao engenho destinado à propaganda comercial na modalidade de mídia exterior;

II - da expedição da licença ou da renovação pleiteada;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para a expedição de licenças ou realização de vistorias.

Art. 12. O lançamento ou o pagamento de taxas não implica reconhecimento da regularidade do engenho ou anúncio.

Art. 13. As taxas serão arrecadadas pelos entes da administração pública aos quais competir o exercício do poder de polícia, sendo o seu pagamento devido pela pessoa física ou jurídica que pretender instalar ou manter instalados os engenhos para exibição de anúncios publicitários, subscritora do requerimento de licença protocolizado perante o órgão competente.

Art. 14. Os casos de isenção deverão ser previstos em lei.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e Penalidades

Art. 15. Os anúncios que vierem a ser veiculados por profissional não habilitado ou empresa que não tenha expressamente como objeto social a atividade de mídia exterior acarretarão ao anunciante e ao proprietário do imóvel utilizado, solidariamente, os ônus relativos à remoção dos respectivos engenhos e às multas aplicáveis.

Art. 16. Sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais cabíveis, constituem faltas determinantes da aplicação das penalidades previstas nas normas fixadas pelo órgão licenciador:

I - a falta ou insuficiência dos pagamentos devidos;

II - a ausência de licença para a instalação de engenho ou a não renovação desta por qualquer infração cometida pelo profissional ou empresa de mídia exterior responsável.

Art. 17. Se denunciada a existência de propaganda comercial por meio de mídia exterior afixada em engenho que não seja de responsabilidade de profissional ou empresa de mídia exterior, deverá o órgão público competente tomar as medidas cabíveis, nos termos da lei local.

Art. 18. Caso não possua equipamentos adequados e quadro de pessoal suficiente para a remoção de engenhos irregulares, o órgão fiscalizador competente poderá requisitá-los às empresas do ramo que atuem em sua jurisdição, cabendo aos infratores o resarcimento dos respectivos custos.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como espécie do gênero "propaganda comercial", a mídia exterior tem as mais variadas formas de levar mensagens publicitárias ao ar livre, instalados em engenhos próprios, constituindo um dos meios mais eficazes para divulgação de marcas, produtos e serviços.

Não é por outro motivo que se pode afirmar que a mídia exterior é a mais antiga forma de anunciar, pois, desde as pedras talhadas na Mesopotâmia até os imensos

telões instalados em grandes cidades por todo o mundo, produtos e serviços são expostos aos consumidores sem qualquer custo, pois destinados ao público em geral.

Por esse motivo, pode-se afirmar que a mídia exterior é a forma mais econômica e democrática para se estabelecer o necessário elo entre oferta e demanda. Pela capacidade de atingir número incontável de pessoas, opera tanto como meio principal de divulgação como também na condição de suporte que se associa a outros para a divulgação de atividades produtivas.

No meio publicitário costuma-se dizer que é “a mídia das mídias”, a pioneira no ramo da comunicação. Essa importante atividade, entretanto, ainda não conta com legislação federal que a discipline, que lhe estabeleça parâmetros e contornos bem definidos, de maneira articulada com a legislação urbanística e ambiental.

A lacuna normativa, que a presente iniciativa pretende suprir, coloca em risco até mesmo a continuidade dessa importante atividade, que, pelos serviços já prestados, há de ser reconhecida como de relevante valor social. Afinal, por meio dessa espécie de propaganda comercial, todas as empresas, das mais abastadas àquelas de pequeno porte, podem exibir, a todos os que circulam no território nacional, as nossas riquezas comerciais, sociais e culturais.

São essas as razões pelas quais se justifica o projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009

Senador **SÉRGIO GUERRA**

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 96, DE 2009

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

"Art. 70.
.....
IX – programas de alimentação escolar" (NR).

Art. 2º O inciso IV do art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71.
.....
IV – programas suplementares de assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social; " (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Esse mandamento, como é natural, foi reiterado pelo art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Ao especificar, em seus arts. 70 e 71, as despesas que, respectivamente, são e não são consideradas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), para efeito da vinculação de recursos prevista no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, a LDB conferiu tratamento diferenciado a esses programas suplementares. As despesas com a aquisição de material didático-escolar e a manutenção de programas de transporte escolar foram consideradas de MDE, independentemente do nível escolar. Já os gastos relacionados à alimentação escolar e à assistência à saúde do educando, também independentemente do nível escolar, foram excluídos daqueles que podem ser considerados de MDE.

A importância dos materiais didático-escolares e do transporte escolar para o bom funcionamento das escolas é evidente e o legislador acertou ao tratar as despesas deles decorrentes como de MDE. Por sua vez, é compreensível a exclusão dos programas de assistência à saúde, ou nos termos do detalhamento da LDB, dos programas de assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social, uma vez que os gastos com essas iniciativas devem correr por conta dos setores de saúde e assistência social, que tradicionalmente possuem dotações orçamentárias específicas. Cabe lembrar, ainda, que, desde a promulgação da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, as ações e serviços públicos de saúde gozam de recursos mínimos para o seu financiamento.

Já os programas de alimentação escolar situam-se em um campo diferenciado. Enquanto os estudantes podem recorrer ao Sistema Único de Saúde, caso necessitem de atendimento médico-hospitalar, a eventual ausência da merenda na escola pode significar a subnutrição e a fome. Ainda que não seja função essencial das instituições educacionais suprir as necessidades de alimentação dos estudantes, as deficiências nutricionais de significativa parcela dessa população levaram à oferta da complementação alimentar durante a jornada escolar. Trata-se de garantir que os estudantes, ou pelo menos, parcela considerável deles, tenham condições físicas, advindas de uma boa alimentação, para acompanhar os estudos e obter adequado desempenho.

Por considerarmos que os programas de alimentação escolar são essenciais para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem, apresentamos o presente projeto, que altera os arts. 70 e 71 da LDB, para considerá-los atividades de MDE. E assim, fazendo jus aos efeitos de vinculação de recursos prevista no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que obriga aos municípios à aplicação de vinte e cinco por cento, no mínimo, das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Dadas as razões expostas, requeiro a meus Pares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009

Senador RAIMUNDO COLOMBO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

(...)
(...)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

"Art. 68.

(...)

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precípua mente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precípua mente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médica-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Emendas ConstitucionaisDecreto Legislativo com força de Emenda
ConstitucionalEmendas Constitucionais de RevisãoAto das Disposições Constitucionais TransitóriasÍNDICE TEMÁTICOTexto compiladoPREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

...

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuitade ao ensino médio;

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

...

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea e do inciso VII do art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.34.....

"

"VII-.....

"

"e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde." (NR)

Art. 2º O inciso III do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.35.....

"

"III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;" (NR)

Art. 3º O § 1º do art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.156....."

"§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:" (NR)

"I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e" (AC)*

"II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel." (AC)

"....."

Art. 4º O parágrafo único do art. 160 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.160....."

"Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionar a entrega de recursos." (NR)

"I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;" (AC)

"II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III." (AC)

Art. 5º O inciso IV do art. 167 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.167....."

"....."

"IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;" (NR)

"....."

Art. 6º O art. 198 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art.198....."

"....."

"§ 1º (parágrafo único original)....."

"§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:" (AC)

"I – no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;" (AC)

"II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;" (AC)

"III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º." (AC)

"§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá;" (AC)

"I – os percentuais de que trata o § 2º;" (AC)

"II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;" (AC)

"III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;" (AC)

"IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União." (AC)

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

"Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:" (AC)

"I – no caso da União:" (AC)

"a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;" (AC)

"b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;" (AC)

"II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e" (AC)

"III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º." (AC)

"§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que aplicarem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento." (AC)

"§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei." (AC)

"§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de

Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal." (AC)

"§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo." (AC)

Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2000

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Michel Temer
Presidente

Deputado Heráclito Fortes
1º Vice-Presidente

Deputado Severino Cavalcanti
2º Vice-Presidente

Deputado Ubiratan Aguiar
1º Secretário

Deputado Nelson Trad
2º Secretário

Deputado Jaques Wagner
3º Secretário

Deputado Efraim Moraes
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Senador Geraldo Melo
1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade
2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima
1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio
2º Secretário

Senador Nabor Júnior
3º Secretário

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.9.2000

(As Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 97, DE 2009

Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 1º ao art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

"Art. 134.....

.....
§ 1º Quando o Conselheiro atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado.

§ 2º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar. (NR)"

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 134-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

"Art. 134-A. O Conselheiro Tutelar poderá contribuir para Regime Geral de Previdência Social, na forma do respectivo Regulamento, com todos os direitos decorrentes.

Parágrafo único. Após cada período de doze meses de atividade o conselheiro tutelar deverá ter direito a trinta dias de licença.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo de estabelecer direitos sociais para os Conselheiros Tutelares da Criança e do Adolescente.

Os Conselhos Tutelares têm se constituído em importante instrumento legal para a promoção dos direitos da criança e do adolescente tal como reconhecidos pela Constituição, tendo a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o respectivo Estatuto – ECA –, formalizado a sua existência como órgãos permanentes e autônomos, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e da juventude (art. 131 do ECA).

Contudo, não obstante os relevantes serviços prestados às respectivas comunidades, muitos conselheiros têm sofrido limitações em seu trabalho em razão de que, não obstante muitas vezes demandados em tempo integral, não recebem remuneração, tendo, pois, dificuldades para se dedicar integralmente à sua função.

Desse modo, a nossa intenção é adotar algumas medidas que possam melhorar a situação atual dessas pessoas que exercem atividade social das mais importantes.

Atualmente o art. 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, no seu art. 134, que os Municípios poderão eventualmente remunerar os Conselheiros Tutelares. Estamos propondo o acréscimo de novo parágrafo a esse artigo, prevendo que quando o Conselheiro atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado, conforme recomendação efetuada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA).

Ressalvamos que a expressão “deverá” tem o sentido de uma recomendação legal, pois a competência para decidir sobre essa matéria é de cada um dos Municípios concretamente.

Por outro lado, estamos também propondo o acréscimo de um novo artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, na seqüência do art. 134 (art. 134-A), estabelecendo que o Conselheiro Tutelar poderá contribuir para o Regime Geral de Previdência Social, na forma do respectivo Regulamento, com todos os direitos decorrentes.

Ademais, estamos ainda prevendo a concessão de trinta dias de licença para o Conselheiro, após cada período de doze meses de atividade. No entanto, utilizamos novamente a expressão “deverá” no sentido de uma recomendação, cabendo aos Municípios decidir terminativamente a questão, à luz da sua autonomia político-administrativa.

O nosso objetivo com esse artigo é atender a justa reivindicação dos Conselheiros, no sentido de que hoje não dispõem de direitos como férias ou licenças.

maternidade. Como a natureza da atividade do Conselheiro tutelar a nosso ver não permite que lhe seja aplicada a legislação trabalhista ou normas estatutárias típicas do funcionário público, uma vez que não há vínculo de subordinação entre tal função e a Administração Pública, procuramos estabelecer que o Conselheiro possa se vincular ao Regime Geral da Previdência, mediante a devida contribuição, para que tenha acesso a todos os direitos pertinentes, inclusive licença-maternidade e aposentadoria.

Por fim, como nos parece que do ponto de vista técnico-jurídico não seria possível estabelecer férias para os Conselheiros Tutelares, no sentido estrito, pelas razões logo acima expendidas, estamos propondo que a cada período de doze meses de atividade, cada conselheiro tenha um período de licença de trinta dias.

Creamos que é do interesse público que o Conselheiro Tutelar tenha um período de afastamento da sua atividade, até mesmo para que a sua higidez não fique comprometida pelo risco do estresse, em detrimento mesmo das pessoas que tem a função de cuidar.

Em face da relevância social da presente proposição, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o seu aperfeiçoamento e ulterior aprovação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009

Senador **RAIMUNDO COLOMBO**

Legislação Citada

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Titulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

...

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 134. Lei municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros.

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e
Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 98, DE 2009

Autorizar o Poder Executivo a abrir linhas extraordinárias de crédito para empresas privadas, junto ao Sistema Financeiro Público Federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL resolve:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir linhas extraordinárias de crédito para empresas privadas, junto ao Sistema Financeiro Público Federal.

Parágrafo único. O valor do capital social das empresas para que elas possam se beneficiar de tal crédito não poderá exceder a R\$ 1.000.0000 (Um milhão de reais).

Art. 2º As linhas extraordinárias de crédito deverão obedecer aos seguintes critérios:

- I - prazo de financiamento: cinco anos;
- II- prazo de carência: três meses;
- III - atualização monetária: IPCA;
- IV - taxa de juros: 6% ao ano.

Art. 3º Ficam as instituições financeiras autorizadas a exigirem garantia real no momento do oferecimento do crédito.

Parágrafo único. No momento da concessão do crédito, as instituições públicas federais deverão considerar a capacidade de geração de empregos por parte da empresa requerente.

Art. 5º A empresa que apresentar qualquer tipo de inadimplência com a União fica proibida de usufruir dos benefícios da presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica global atinge em cheio a economia brasileira. O "tombo" da produção industrial em novembro tornou mais sombrias as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no encerramento de 2008 e deve consolidar as apostas em um corte de 0,50 ponto percentual do juro básico este mês.

A indústria amargou queda de 5,2% na produção de novembro frente a outubro - a mais acentuada desde maio de 1995. Em relação ao mesmo período de 2007, a queda foi de 6,7%. Nos dois casos, o recuo foi mais forte que o esperado por analistas. E as primeiras sinalizações referentes a dezembro não são muito alentadoras, estima a consultoria LCA.

Com base nos indicadores antecedentes já conhecidos, a estimativa preliminar da LCA é que, em dezembro, a produção industrial tenha caído 4% frente a 2007 e 1,7% sobre novembro. Diante dos resultados fracos da indústria, a LCA cortou sua estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) no quarto trimestre - de crescimento de 4,3% para 3% na comparação anual e de estabilidade para contração de 1,0% no resultado dessazonalizado. O economista-chefe do Banco Schahin, Silvio Campos Neto, ainda não revisou sua projeção de queda de 1,0% do PIB no último trimestre de 2008, mas já considera que "talvez fique mais perto de queda de 1,5%". Isso é resultado do crédito (escasso) nesse período de crise.

Nesse contexto, ocorre forte retração do crédito e da capacidade de endividamento das pessoas jurídicas. Se, até meados do ano passado, o crédito ainda mostrava-se de fácil acesso, tal situação reverteu-se completamente com o agravamento da crise econômica mundial. O presente projeto de lei visa dar condições para que as pessoas jurídicas possam retomar com maior tranquilidade suas atividades e gerar empregos.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009

Senador **RAIMUNDO COLOMBO**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes

Sobre a mesa, leitura de Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida o seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2009

Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para assegurar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 159-A:

Art. 159-A. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos aos recursos de que trata o art. 159, I e II, deverão ser compensados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 1º A compensação de que trata o **caput** será calculada utilizando-se os valores constantes do demonstrativo previsto no § 6º do art. 165, e abrangerá os benefícios tributários concedidos pela União.

§ 2º A lei orçamentária anual consignará dotação destinada à compensação de que trata o **caput** em montante equivalente ao valor definido no § 1º.

Art. 2º Essa emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É amplamente sabido que desde a promulgação da Constituição de 1988 a União vem aumentando significativamente sua receita mediante a criação de novas contribuições sociais e o aumento de alíquota das contribuições sociais já existentes. Os exemplos mais significativos foram a criação da, hoje extinta, contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e a elevação de alíquotas da contribuição para

o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/Pasep.

Isso resultou na composição de uma das maiores cargas tributárias do mundo e, além disso, implicou a redução da participação dos estados e municípios na arrecadação total. Deve-se lembrar que tais contribuições não são repartidas com os demais entes da Federação, como ocorre com os impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). Esses servem de base para os fundos de participação dos estados e municípios (FPE e FPM), para o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX) e para os fundos constitucionais de desenvolvimento (FNO, FNE e ECO). Portanto, a União passou a deter uma parcela cada vez maior dos recursos públicos.

Paralelamente, a União tem concedido inúmeros benefícios de natureza tributária relacionados ao IR e IPI, sob a forma de isenção, subsídio, redução de base de cálculo, anistia, remissão etc. Tais renúncias de receita prejudicam, obviamente, os estados e municípios, já que 48% do IR e 58% do IPI são destinados pela Carta Magna aos governos subnacionais.

A proposta de emenda à Constituição que apresentamos visa corrigir essa agressão ao pacto federativo, pois a União dispõe indevidamente sobre recursos arrecadados por ela, mas pertencentes aos demais entes federativos. Ela estabelece que os benefícios tributários relacionados ao IR e IPI sejam compensados pela União, em favor dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exato montante da subtração de receita a ser repartida nos termos do art. 159 da Constituição Federal.

A aprovação da proposta corrigiria essa injustiça, pois, quando a União concede tais benefícios tributários, está prejudicando os estados e municípios, detentores originais de parcela significativa dos recursos objeto da renúncia fiscal.

Ademais, a proposta ajudaria a mitigar a tendência de concentração dos recursos tributários na esfera federal e aliviaria as finanças dos estados e municípios. Esse aporte de recursos poderia ser aplicado em ações suplementares nas áreas de saúde, assistência social e outras, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população de baixa renda.

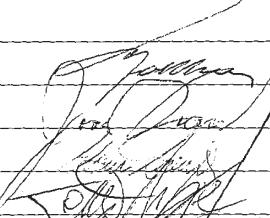
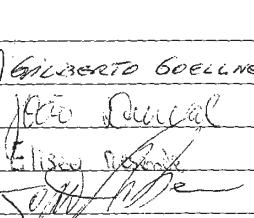
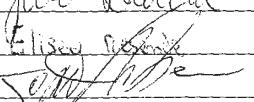
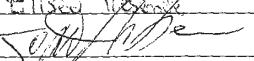
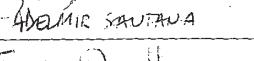
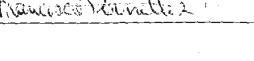
Vale lembrar, ainda, que a legislação e prática fiscal atual impõem justamente aos estados e municípios, os entes da federação que vêm perdendo receitas devido às decisões do Executivo Federal, as maiores responsabilidades em relação às suas despesas. O rigor praticado no controle dos gastos estaduais e

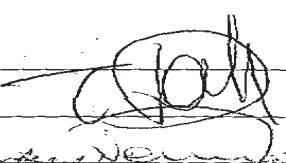
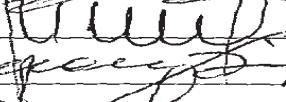
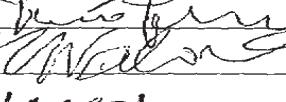
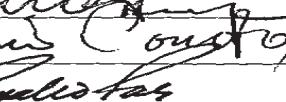
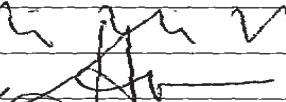
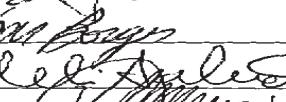
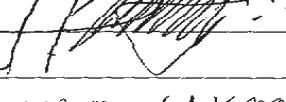
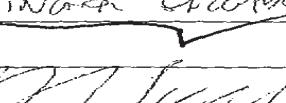
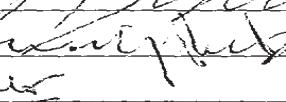
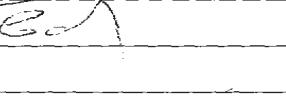
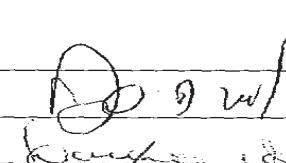
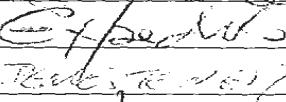
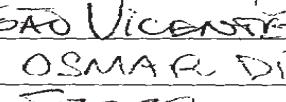
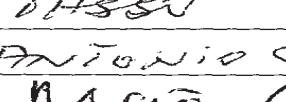
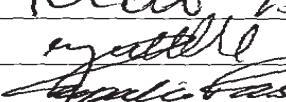
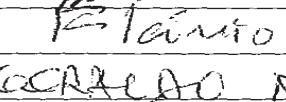
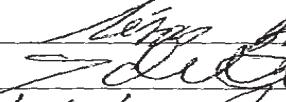
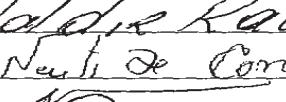
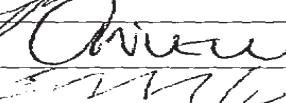
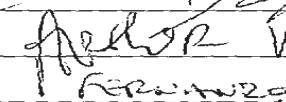
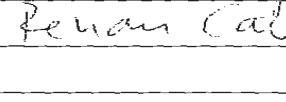
municipais supera em muito o exercido nas contas do Governo Federal.

Por fim, cumpre ressaltar nossa convicção absoluta da importância para o desenvolvimento do Brasil da redução da carga tributária nacional. O que se pretende com a proposta em tela é apenas preservar a capacidade fiscal de todos os entes da federação, sem, no entanto, que isso implique em qualquer ônus ao contribuinte brasileiro.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares e esperamos o aperfeiçoamento desta proposição, no curso da tramitação.

Sala das Sessões, 19 de março de 2009. – Senador **João Tenório**.

	Geraldo Goellner
	JOSÉ PIMENTEL
	ELISEU PIRES
	JOSÉ NOGUEIRA
	ADEMIR SANTANA
	FRANCISCO DORNELLES

	João Tenório
	Francisco Dornelles
	Eliseu Pires
	Raimundo Lira
	JOÃO VICENTE CLAUDIO
	OSMAR DIAS
	ANTÔNIO C. VIANA
	RAIMUNDO DANTAS
	ESTÂNCIO VAZ
	ANTÔNIO MELO
	JOSÉ PIMENTEL
	JOSÉ NOGUEIRA
	Francisco Dornelles
	Eliseu Pires
	Raimundo Lira
	JOÃO VICENTE CLAUDIO
	OSMAR DIAS
	ANTÔNIO C. VIANA
	RAIMUNDO DANTAS
	ESTÂNCIO VAZ
	ANTÔNIO MELO
	JOSÉ PIMENTEL

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, pela Liderança do DEM, o Senador Jayme Campos.

Antes, porém, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 1, DE 2009 (Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador

Não chegou a esta Presidência informações sobre acordo para apreciação do Item 1 da Ordem do Dia, Medida Provisória nº 447, da presente sessão.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 1, DE 2009 (Proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2009, que altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991,

e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e revoga dispositivos das Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 8.850, de 28 de janeiro de 1994, para alterar o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 447, de 2008).

Relator revisor: Senador
(Sobrestando a pauta a partir de: 11.02.2009)

Prazo final prorrogado: 26.04.2009

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 1999 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1999 – Complementar (nº 177/2004 – Complementar, naquela Casa), que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.*

Parecer favorável, sob nº 1.222, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias.

18

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 54, DE 2004

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2004 (nº 4.025/2004, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o chamado “seqüestro relâmpago”.*

Parecer sob nº 1.082, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Flexa Ribeiro, contrário.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que *dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.*

Pareceres sob nºs 495, de 2004, e 488, de 2008, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, 1º pronunciamento: favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (em reexame, nos termos do Requerimento nº 812, de 2004): ratificando seu parecer anterior.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos*

arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina "Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre", o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,
Relatora **ad hoc**: Senadora Ideli Salvatti.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro*. Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho*.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,
Relator **ad hoc**: Senador Virginio de Carvalho.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 268, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2008 (nº 410/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 6 de setembro de 2006.

Parecer favorável, sob nº 18, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 275, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2008 (nº 54/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e o Governo da República Federativa do Brasil para a Capacitação em “Software” Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 19, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2008 (nº 2.544/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 20, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Augusto Botelho.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 280, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2008 (nº 9/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 21, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Valadares.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 282, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2008 (nº 398/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.

Parecer favorável, sob nº 22, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Eduardo Suplicy.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 284, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2008 (nº 408/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.

Parecer favorável, sob nº 23, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 287, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2008 (nº 735/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.

Parecer favorável, sob nº 24, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Tenório.

39

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**
*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito -Desmanche, que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003
*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 -Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 7, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios

relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

50

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora

Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

51

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Moarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Continuamos com os oradores inscritos.

Na tribuna, requerimento do Senador Eduardo Suplicy que está na nossa mesa e vamos dar o encaminhamento de acordo com o Regimento e ele, com a sua objetividade, abdicou da sua inscrição como Líder e aparteou o esclarecimento do Senador Heráclito Fortes, 1º Secretário.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o assunto bastante comentado e debatido foi em relação às últimas matérias jornalísticas que saíram nos grandes veículos de comunicação deste País em relação naturalmente aos cargos comissionados do Senado, às verbas indenizatórias, passagem e assim por diante.

Sr. Presidente, confesso que me sinto constrangido como Senador da República de ver a exposição do Senado Federal diante da opinião pública brasileira. Dá a entender que, muitas vezes, por algum erro cometido esteja todo mundo no mesmo balão, termo bem conhecido e até chulo, mas é bom que o povo brasileiro tome conhecimento.

Na verdade, imagino que tudo aquilo que está escrito dentro do Regimento e, sobretudo, dentro da legalidade é o que o Senado Federal tem oferecido aos Srs. Senadores. Todavia, eu particularmente confesso aqui de público, e seria um constrangimento dizer, que eu até hoje não trouxe nenhuma receita ou consulta de um filho ou de uma filha minha. O telefone pouco uso aqui do Senado, 80% do telefone que uso é o meu particular, 9981-2008, conhecido pela maioria do povo

de Mato Grosso, que me liga constantemente. A passagem, são R\$19 mil que tenho de cota.

Eu queria fazer até uma proposta aqui, mas lamentavelmente o nosso 1º Secretário não se encontra aqui na Casa. Já existe um projeto do Senador Moarildo Cavalcanti aqui na Casa, propondo que o salário do Senador da República seja igual ao do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Com isso, acabamos com a verba indenizatória; segundo, que as passagens, todos temos uma cota, que reduzam em 50% o valor e façam isso se transformar em dinheiro e o Senador que quiser vir de avião que venha de avião, que quiser vir de ônibus que venha de ônibus, que quiser vir de moto, de jipe, de charrete ou de carroça que venha. Agora, não podemos, em hipótese alguma, permitir que haja essa exposição de nós Senadores que, muitas vezes, não fazemos nem uso daquilo que é direito nosso aqui.

Portanto, Presidente em exercício, Adelmir Santana, eu faço aqui dessa feita, desta tribuna, um apelo ao Presidente Sarney, que já contratou a Fundação Getúlio Vargas para fazer a reestruturação necessária na Casa. Eu imagino que não seria nem preciso, porque nós temos funcionários competentes, éticos, que, acima de tudo, estão preparados para fazer a reestruturação, o que certamente será a orientação do Presidente e do 1º Secretário, que têm a competência para fazer, naturalmente, a boa gestão frente ao Senado Federal.

Portanto, eu, particularmente, Senador Jayme Campos, de Mato Grosso, quero deixar registrado nos Anais da Casa que eu, particularmente, defendo a tese de que acabe a verba indenizatória, de que reduzam os valores das passagens, enfim, para que não continuemos expostos. Eu nunca trouxe aqui nenhuma consulta médica, nenhuma receita, nada, zero, e vou continuar sendo o mesmo Senador nos cinco anos, quase seis anos de mandato que me restam. Eu acho que, até certo ponto, em que pese ser direito, mas acho que não é moral. Não é moral, não, eu fazer consulta da minha mulher ou do meu filho e trazer a conta para o Senado pagar, não, até porque nunca dependi disso e imagino que agora muito menos.

Portanto, Sr. Presidente, eu fico até constrangido, indignado de ver todos os dias na imprensa a exposição do Senado Federal, sobretudo de Senador que não tem relação com o fato de haver excesso ou não haver excesso nas nomeações de cargos de diretor aqui, se são 120, 180 ou 170. Eu, particularmente, não tenho nada que ver, nunca indiquei nenhum secretário, nenhum diretor e não vou indicar.

Também as horas extras pagas aos funcionários do meu gabinete já foram devolvidas de forma oficial,

porque a própria chefe do meu gabinete tomou a iniciativa, junto com os demais servidores, que trabalharam no mês de janeiro, mas, para não passar nenhum constrangimento, já oficializamos para a 1ª Secretaria descontar não em dez parcelas, nem em oito, mas em uma parcela, em uma. Nenhum dos meus servidores que trabalham em meu gabinete querem em dez. Querem em uma parcela.

Portanto, quero deixar bem claro aqui que o Senador Jayme Campos defende a tese de que temos que recuperar a imagem desta instituição diante da opinião pública brasileira, porque é vergonhoso. Não podemos, em hipótese alguma, chegar ao aeroporto e ter o desprazer de arrancar até o *botom* para não dizer que é Senador da República ou que é político neste País.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha colocação, mas meu discurso desta feita nesta tarde de hoje é em outro sentido. Sou um cidadão otimista e estou buscando soluções para os problemas do meu Estado e do meu País. Quero falar hoje sobre ferrovia, para buscarmos a integração intermodal e, acima de tudo, viabilizar a economia mato-grossense, que hoje tem sido penalizada.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, na longínqua década de 1920, o Presidente Washington Luís intuía que governar era construir estradas. Olhando para um país de economia incipiente e de um capitalismo rudimentar, ele enxergava na malha rodoviária o caminho mais lúcido para o desenvolvimento do Brasil. Tratava-se, naquela época, de uma nação de pequenos horizontes, de diferenças culturais intransponíveis e de uma inocência cabocla em matéria de planejamento.

Para Washington Luís e seus contemporâneos, as estradas representavam a encruzilhada entre atraso e progresso, um tempo em que as distâncias eram compensadas pela morosidade do processo produtivo, uma época em que as notícias demoravam a chegar, e as contas eram feitas em cadernetas. Nesse período, as horas pareciam mais indulgentes.

Pois bem, de lá para cá, nosso País transpôs seus limites e tornou-se uma das economias mais prósperas do planeta.

Sua produção ganhou ritmo de escala, sua pauta de exportação se diversificou e agora exige mais eficiência e tecnologia no setor de transporte.

As estradas são hoje gargalos para o escoamento das riquezas nacionais. A economia do Brasil cresceu e tem pressa, não pode mais ficar atolada nos buracos das rodovias públicas, e é necessária a urgente implantação de um sistema multimodal de transporte que acelere e confira dinamismo à nossa produção.

Um exemplo claro dessa realidade se faz notar em minha região. Em 1973, foi concluída a ligação asfáltica entre Cuiabá, Campo Grande e Mato Grosso. Não produzia um quilo sequer de soja, sorgo ou algodão. Atualmente, respondemos por 27 milhões de toneladas de grãos, tendo a BR-163 como uma das principais vias de escoamento. É lógico que essa estrada foi concebida para um tipo de carga muito inferior a que é praticada na realidade. Seu pavimento não suporta a pressão exercida sobre ele durante o período da retirada da safra. Isso torna essa e outras rodovias obsoletas e perigosas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a Federação da Indústria do Estado de Mato Grosso sediou, na última segunda-feira, um fórum para debater a retomada das obras da Ferronorte no trecho ligando os Municípios de Alto Araguaia e Cuiabá. Do ponto em que se encontra até a capital mato-grossense precisarão ainda ser implantados 475 quilômetros de dormentes. É um percurso longo, mas, com esforço político, poderemos vencê-lo nos próximos cinco anos. Essa demonstração foi dada com a conjugação de forças do empresariado e da classe política, que começam a encarar o reinício desse projeto como um plano prioritário para o desenvolvimento sustentado da economia mato-grossense.

Nobre Senador Gilberto, ocorre que, na semana passada, a Agência Nacional de Transporte Terrestre, ANTT, autorizou, por meio da Resolução nº 3.042, de 17 de fevereiro de 2009, a América Latina Logística Malha Norte S/A, ALL, responsável pelo serviço, a construir mais 13 quilômetros de estrada de ferro entre os Municípios de Alto Araguaia e Rondonópolis.

Ora, é um trecho insignificante. V. Ex^a, que conhece muito bem nosso Estado, sobretudo aquela região, se levado em consideração que o cronograma ajustado inicialmente entre Ministério do Transporte e a própria empresa concessionária previa a chegada dos trilhos até Rondonópolis em 2010.

Portanto, foi autorizada a construção de apenas 13 quilômetros, num total de 250 entre Alto Araguaia e Rondonópolis, praticamente impossível de serem vencidos no prazo estipulado por um termo aditivo assinado entre a ALL e o Governo Federal.

Mas é apenas um parênteses aqui. A ALL ganhou uma concessão de 90 anos, renováveis por mais 90 anos. Eu imagino que foi um escândalo e uma ex-crescência diante dessa concessão que foi oferecida para a ALL. Sentou no contrato e até agora não andou praticamente nada; nada, nada, nada. Andou três ou quatro centímetros, porque dilatou naturalmente com o sol e as intempéries do tempo essa ferrovia.

Há oito anos, a ferrovia está adormecida nos pátios do terminal de carga do Alto Araguaia. De lá para cá, não foi assentado um trilho sequer no percurso até Rondonópolis. É como se uma barreira invisível de entraves burocráticos tivesse mais força do que a própria potência econômica e política de Mato Grosso, de Rondônia, de Goiás, de Minas Gerais, de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e do Pará também, Estados para serem beneficiados diretamente com a conclusão dessa obra.

Mas, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores – daqui a pouco vou conceder o aparte a V. Ex^a, Senador Gilberto –, outro aspecto que chama a atenção dos interessados na reativação desse projeto é o fato de não existir dotação disponível do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, para a construção desta estrada de ferro no trecho compreendido entre Rondonópolis e Cuiabá.

Porém, a gestão financeira não é o único entrave para o deslanche desse projeto vital para a economia de toda a região Centro-Oeste do nosso País. Há um componente ambiental que precisa ser equacionado para que essa obra ganhe dinamismo, visto que o trajeto entre Rondonópolis e Cuiabá possui um traçado. Mas ainda não foram realizados estudos sobre o impacto ambiental dessa construção numa das serras e próximo ao Pantanal.

V. Ex^a, Senador Gilberto, participou dessa última reunião, segunda-feira, em Cuiabá, e viu que um dos problemas mais graves é a questão da ALL em relação a essa obra, a esse investimento. Disseram que a ALL está em condições de fazer esse investimento, chegando aquela rodovia até a cidade de Rondonópolis. Algo parecido, se não me falha a memória, com R\$60 milhões, inicialmente contraídos por meio de financiamento do próprio BNDES.

As autoridades mato-grossenses se comprometeram a debater a questão ambiental com o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, cobrando soluções rápidas nessa área, para que o cronograma e execução da obra não fiquem ainda mais prejudicados.

Outro tema que suscita dúvidas da comunidade regional é a saúde financeira da América Latina Logística Malha Norte S/A, concessionária da ferrovia. O atraso sistemático do cronograma físico dessa construção cria um cenário de incerteza no mercado nacional. A vitalidade da concessionária deveria ser atestada por sua capacidade de cumprir o calendário estabelecido no contrato de concessão feito com a União. Em razão dessa morosidade, uma pergunta é inevitável: essa empresa ainda teria fôlego para tocar o projeto?

Eu imagino, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, que ninguém de nós pode afiançar com garantia que

essa empresa tem saúde financeira suficiente, capaz da consecução, da conclusão desse empreendimento de vital importância para nós mato-grossenses.

Neste aspecto, gostaria de solicitar, colega Senador Gilberto, uma audiência pública da Comissão de Infraestrutura do Senado, para que todas essas questões sejam esclarecidas, tanto no que diz respeito ao componente ambiental quanto aos recursos do PAC destinados ao projeto e, ainda, sobre a real situação da empresa concessionária da obra e do serviço a ser executado posteriormente.

Outra indagação feita, principalmente pelos produtores rurais, diz respeito ao preço do frete praticado pela ALL, neste momento apenas 5% inferior ao cobrado pelo transporte rodoviário.

Devemos ter em mente que sete Estados brasileiros terão suas economias afetadas diretamente pela ferrovia. Portanto, a conclusão dessa obra significa o maior programa de desenvolvimento econômico em execução no País, tanto pelo tamanho do território que engloba quanto pelas perspectivas econômicas que abrem para a nossa Nação.

A Feronorte, Ferrovia Senador Vicente Vuolo, grande mato-grossense, grande congressista...

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Permita-me interrompê-lo – peço-lhe desculpas por isso – para prorrogar a sessão por mais meia hora, para permitir a conclusão do discurso de V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – À vontade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado.

A Ferrovia Senador Vicente Vuolo se estende por 5.228 km de terras férteis brasileiras, criando um horizonte favorável no mercado internacional para nossos *comodities*, tornando o frete mais barato e confiável, dando mais competitividade para nossos produtos em escala mundial. Isso representa mais investimentos, que desaguam em mais oportunidades de emprego para nossa gente.

Ao longo do seu traçado, a Feronorte vai assentar com os seus trilhos também novas comunidades, criando um Brasil mais próspero e dinâmico.

Concedo o aparte ao nobre Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Jayme Campos, realmente o fórum pró-ferrovia reali-

zado na segunda-feira passada, em Cuiabá, elucidou muitos pontos que o senhor trata nesse pronunciamento. O primeiro é sobre a própria ALL. Esse questionamento sobre a concessão da operação dessa rodovia foi dado no momento em que a antiga Ferronorte, que originou agora a América Latina Logística, iniciou os seus trabalhos e fez a ferrovia até Alto Araguaia, passando por Taquari, no Estado de São Paulo também. Naquela época, há 15, 20 anos, era normal se fazer essas grandes concessões por 90 anos. Porém, se neste momento em que existe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio do qual o Governo realiza esses investimentos, a empresa que vai operar é a própria construtora do trecho, convenhamos, nós precisamos realmente questionar, fazer uma grande audiência pública aqui no Senado para questionar essa e outras obras do PAC. Acredito eu que o resumo da reunião lá de Cuiabá evidenciou realmente o que o senhor está colocando: as dificuldades ambientais. Existe o projeto ambiental aprovado, porém, a licença de implantação, que tinha prazo até 30 de janeiro para ser concedido, já teve o prazo vencido; o Ibama não concedeu a licença, e os recursos já foram alocados – são 60 milhões só para esse primeiro trecho de 13 km ou 14 km, como V. Ex^a já mencionou. O trecho é dividido em três segmentos, três trechos. Para esse primeiro já existem os recursos disponibilizados. Agora, eu achei que, como está prevista a meta de, em dezembro de 2010, ocorrer a inauguração dessa obra – convenhamos, já estamos quase no final do primeiro semestre –, eu esperava que, ao término do meu mandato aqui no Senado, em dezembro de 2010, tivéssemos concluído essa importante obra para a região sul do Estado, pelo menos até Rondonópolis, como está previsto. Porém, esses atrasos subsequentes nos levaram, realmente, hoje pela manhã, na Comissão de Infraestrutura, a solicitar a presença, o comparecimento do presidente do Ibama, Sr. Roberto Messias, para colaborar informando quais os entraves que estão ocorrendo dentro do seu órgão, o Ibama, na concessão dessas licenças de implantação, já que uma ferrovia hoje, inclusive, é o melhor modal comparado ao rodoviário, mesmo dentro de uma floresta. E lá não é floresta. Até dentro da floresta é o melhor modal. Lá é cerrado. Então, não há motivos, não há impedimentos legais, a licença ambiental foi concedida, e a licença de implantação já deveria ter sido concedida. Venceu o prazo. Portanto, a pergunta é: é a ALL que está desinteressada? Porque, talvez, o valor econômico que vai agregar com mais um trecho, levando até Rondonópolis, não seja tão vantajoso; todos os investimentos que ela vai precisar fazer, de agregar volume de transporte, principalmente de insumos, fertilizantes que vêm e grãos que sobem,

possivelmente não sejam hoje vantajosos. Agora, nós precisamos ver também o homem. A atuação de se utilizar os trens, ampliando essa concessão, vai viabilizar o transporte de pessoas nas ferrovias, como funciona em todo o mundo. E aqui, mesmo na Logística, que vai ser importante, que teria que competir com o frete rodoviário, está impossível hoje realizar todo o transporte de grãos por rodovia. O senhor já citou: nós estamos há 35 anos com a mesma malha rodoviária federal no Estado do Mato Grosso, onde passam 10 mil caminhões por dia na BR-364 e na BR-163, no trajeto entre Rondonópolis e Cuiabá. Portanto, precisamos urgentemente dessa ferrovia. Infelizmente, nós temos entraves ambientais e também entraves – quem sabe! – de gestão, a força da concessão, que o senhor tratou neste momento. Nós queremos informar que, na próxima audiência pública, foram convocados também, além do Presidente do Ibama, três representantes graduados, entendidos. Um do setor ferroviário, que é o próprio Presidente da ALL, que está sendo convidado para essa audiência pública para, então, tirarmos as dúvidas; um representante do setor rodoviário, de dentro do Dnit, que conhece a legislação ambiental e os entraves que a mesma proporciona à execução das estradas do País; e também um do setor hidroviário, para que tenhamos também uma análise desse segmento tão importante de transporte que não está sendo utilizado, porque, na maioria das vezes, dada a situação ambiental do Brasil, a concessão das licenças ambientais para a navegação fluvial estão atravancando realmente o progresso deste País, viabilizando custos e afetando diretamente a competitividade da agricultura e da pecuária mato-grossense frente aos outros Estados e também aos outros países que hoje competem com os mesmos produtos que estamos colocando no mundo inteiro. Então, meus parabéns! Vamos realmente trabalhar em cima disso para auxiliarmos o Estado de Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, Senador, pelo aparte. Quero dizer a V. Ex^a que é sobejamente sabido que um dos maiores problemas que temos hoje no Brasil em relação ao andamento e, sobretudo, à execução de algumas obras é o problema ambiental. É o Governo contra o Governo. É aí que está pegando. Por isso, tenho dito, reiteradas vezes, que o Governo, com essa propaganda do PAC, não vai chegar a lugar algum. Na BR-163, Senador Flexa Ribeiro, no trecho de Mato Grosso, entre Guarantã e a divisa com o Pará, dos 50 km, sabe quanto foi feito até agora? Sete. Sete quilômetros, dos 50 km. Programa do PAC. No Estado do Pará, imagino também que quase nada. Então, esse é o PAC, tão falado e tão decantado. E essa obra também está no PAC. No livrete que

a Ministra Dilma entregou na sua audiência pública, quando ela veio aqui, estava inserida também a obra do PAC, ou seja, essa ferrovia.

E vou mais longe, Senador Gilberto e Senador Delcídio. A obra dessa ferrovia teve concessão fiscal. Na medida em que a Sudam também foi financiadora, quando entrou no território mato-grossense, ela recebeu incentivo fiscal. E o que mais me deixa indignado e triste – o Senador Delcídio foi Ministro e é conhecedor profundo da matéria, porque é um estudioso do setor elétrico, ferroviário e rodoviário – é que uma concessão por 90 anos, imagino, dá a entender que houve, até certo ponto, acordo na calada da noite. É inadmissível.

Essa obra, onde parou – ou seja, essa ferrovia –, até hoje, está estagnada, sem nenhuma perspectiva. Portanto, temos de fazer com que a ALL cumpra com seu contrato de concessão em direção a Rondonópolis e Cuiabá. Depois, prosseguimos com uma linha para o Pará, via Santarém, e outra linha, ou seja, uma variante, também em direção ao Estado de Rondônia.

Então, essa é a grande obra do século para Mato Grosso – não só essa certamente. Temos outras, mas essa é muito importante para diminuirmos os custos. E temos de discutir também os valores cobrados. É inadmissível que o transporte da Ferronorte seja 5% apenas em relação ao transporte rodoviário. Não houve decréscimo nenhum no tocante aos preços do setor rodoviário em relação ao setor ferroviário.

Para finalizar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Gilberto e a Senadora Serys, que representaram esta Casa no Fórum Pró-Ferronorte, realizado na última segunda-feira em Cuiabá, e estender meu respeito também ao Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, Mauro Mendes, e ao próprio Governador Blairo Maggi.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Sr. Senadores, ainda no Segundo Império, o Barão de Mauá assentou os primeiros trilhos ferroviários no Brasil. Mais de um século separa essa epopéia dos dias atuais. E, ainda hoje, nós, mato-grossenses, olhamos nossas planícies e cerrados esperançosos em ver a chegada do trem. O desenvolvimento veio antes da ferrovia, porque a coragem de nossos pioneiros é mais firme que os trilhos e o empreendedorismo de nossa gente, mais veloz que as locomotivas.

Mas a Ferronorte vai significar um novo caminho para o nosso progresso.

Portanto, Sr. Presidente, eu tenho certeza absoluta de que o Brasil será um País de perspectivas, sobretudo na produção, quando olharem com mais carinho, Senador Delcídio, para a nossa Região Centro-Oeste do Brasil. Região próspera, não somos problema, somos

solução; estamos contribuindo para a grande produção, não temos os problemas que naturalmente os grandes centros têm: consomem bilhões e bilhões de reais do Governo e, na prática, quase nada em resultado.

E nós, a qualquer centavo de real, a qualquer real que é aplicado, damos retorno praticamente de imediato. Por isso, tenho certeza de que a Ferronorte tem de acontecer, a pavimentação asfáltica da BR-163 também; a ligação, Senador Delcídio, que é fundamental para o nosso Estado, que é a saída pelo Pacífico, passando pela Bolívia e pelo Chile até o Porto de Iquique, também, para diminuirmos... Para o senhor ter uma noção, a saída pela grande Cáceres, ali, pela região oeste do Estado, pela BR-070, para atingir os grandes centros consumidores, os países asiáticos e parte da América, nós vamos diminuir sete mil quilômetros de milhas náuticas. É uma obra importante, já foi assinado um acordo com o Governo boliviano em 2001 e, lamentavelmente, essa obra não foi, até hoje, realizada.

O Governo brasileiro tem financiado obra no Peru, obra em outros países e, lamentavelmente, não temos dado essa perspectiva de que um dia vai acontecer essa saída para o Pacífico, melhorando, com certeza, a nossa rentabilidade e, acima de tudo, um novo corredor de exportação não só para o Mato Grosso, mas imagino naturalmente para outros Estados que querem ir nessa direção na medida em que vamos diminuir... Talvez aumente um pouco o setor rodoviário, na área rodoviária, mas aumentamos por intermédio das milhas náuticas e vamos diminuir sete mil quilômetros, para atingirmos os mercados consumidores, que são os grandes mercados asiáticos e parte da América.

Portanto, para concluir, Sr. Presidente Senador Mão Santa e demais Senadores, está lançada aqui a minha proposta. Se quiserem acabar com a verba indenizatória, vamos acabar. Vamos atender o projeto de lei do Senador Mozarildo Cavalcanti. Salário nosso igual ao de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Se quiserem reduzir a passagem ou acabar com a cota de passagem, vamos acabar com a cota de passagem.

O que não podemos é concordar e permitir que nós continuemos expostos diante da opinião pública brasileira, dizendo que o Congresso não funciona, que o Congresso tem excesso de diretores, que os Senadores pagam dentista ou pagam médico com recursos do povo brasileiro ou coisa parecida. O Senador Jayme Campos tem toda a disposição até porque não uso aqui, nunca usei e não pretendo usar, se Deus quiser, nenhum centavo de real para pagar consulta ou tratamento de meu filho, de minha mulher, com recursos do Senado Federal.

Portanto, faço o apelo ao 1º Secretário da Casa e ao Senador Sarney: vamos dar um basta em tudo isso. Vamos fazer a Casa votar, construir bons projetos e, acima de tudo, fazê-la funcionar e dar uma resposta positiva ao povo brasileiro, que é o papel do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Adelmir Santana, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o Senador Jayme Campos, que faz com que eu diga, com toda convicção, que este é um dos melhores Senados da história da nossa República.

Neste exato instante, um quadro vale por dez mil palavras: assina o livro de oradores Pedro Simon, senhor virtude de nossa Nação.

E, por essa convicção, Jayme Campos, três vezes extraordinário Prefeito, Governador de Estado, Senador da República, adverte suas preocupações, diante do Governo Federal, sobre a falta de apoio ao homem do campo do Mato Grosso.

É com muita honra que anuncio a presença, em nossa tribuna, desse líder extraordinário de Matias Olímpio, Edílio Maia, o “Fogoió”, Prefeito do Partido Popular.

Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Delcídio Amaral – a não ser que ele ceda para V. Ex^a, Senador Pedro Simon, V. Ex^a quer sentar aqui, para presidir? (Risos.) Amanhã tem reunião... Você vem?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu venho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, então, pela gentileza do Senador Delcídio Amaral de ceder sua vez, o Senador Flexa Ribeiro, que tem hora marcada de voo. V. Ex^a representa o grandioso Estado do Pará e o PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, agradeço ao Senador Delcídio Amaral por ter permitido comigo, até porque, Senador Delcídio, V. Ex^a é um mestre, um orientador nas questões de energia e começou a sua vida profissional no Estado do Pará.

O Senador Delcídio, Senador Mão Santa, apesar de mato-grossense-do-sul por nascimento, é paraense

de coração. Tem uma filha que nasceu no Estado do Pará e iniciou a carreira brilhante de engenheiro de barragem, com a construção da hidrelétrica de Tucuruí, onde desempenhou com competência a sua missão e chegou a Ministro de Minas e Energia.

Vou, Senador Delcídio Amaral, fazer um pronunciamento a respeito de um novo leilão que o Governo pretende fazer no segundo semestre de geração eólica, uma fonte limpa e renovável de energia. V. Ex^a para mim, como orientador nessa questão, vai ser da maior importância para nos informar e dar a sua opinião a respeito da sugestão que faço para inverter a forma de leilão que está previsto pelo Executivo.

Para atender ao crescimento da demanda de energia elétrica no País, o Ministério de Minas e Energia pretende realizar, no segundo semestre deste ano de 2009, um segundo leilão visando à contratação de energia elétrica a ser produzida por novos empreendimentos de geração eólica, na tentativa de aumentar a participação desta fonte alternativa na matriz energética nacional.

Para dar início a esse processo, o Ministério publicou recente portaria em que coloca em consulta pública para conhecimento dos interessados, as diretrizes a serem seguidas nesse leilão que será realizado sob a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, basicamente nos mesmos moldes do primeiro leilão realizado em 2008, no ano passado.

Insiste portanto, Senador Delcídio, o Governo, numa prática que não tem obtido o desejado sucesso para o desenvolvimento de fontes alternativas no País, especialmente no desenvolvimento da energia eólica e esse fato é atestado pela área do próprio Governo incumbida de promover estudos e pesquisas na área de energia, que é a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE.

Vejamos o que diz esse órgão do Governo em seu documento intitulado “Propostas para a Expansão da Geração de Energia Eólica no Brasil”.

Diz o documento:

Apesar do custo médio de geração eólica ainda se mostrar elevado para viabilizar a sua participação em bases concorrentiais no atendimento ao crescimento da demanda de energia elétrica no Brasil, o cadastramento de empreendimentos eólicos nos leilões de 2008 mostra que há efetivo interesse por parte dos investidores.

Embora habilitados, os empreendedores [lá em 2008] declinaram da participação nos leilões de 2008, assim como no leilão de fontes alternativas, confirmado [Senador Mão Santa] a necessidade de tratamento econô-

mico diferenciado apesar do fator de capacidade médio das usinas candidatas, próximo a 34%, ser bastante superior aos valores típicos observados na Europa.

É o texto do documento da Empresa de Planejamento Energético.

É, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o próprio Governo que registra o completo fracasso, tanto no leilão específico para implantação de parques eólicos, como no leilão de fontes alternativas, apesar da existência de vários projetos cadastrados na Empresa de Planejamento Energético e autorizados pela Aneel. E, muito pior, é o próprio Governo que registra a causa do fracasso, ou seja, a necessidade de tratamento econômico diferenciado para o desenvolvimento das fontes alternativas de energia, especialmente a energia eólica.

A quem serve o leilão de energia eólica? Aos fabricantes que se encontram instalados fora do Brasil e que, dentro do atual quadro da economia mundial estão com suas instalações industriais parcialmente ociosas e prestes a fecharem suas portas se não surgirem compradores para seus equipamentos.

A exportação de equipamentos para o Brasil, a baixo custo, servirá sim para evitar o fechamento de fábricas em outros países, mas certamente terá um efeito devastador para o nosso urgente parque industrial de aerogeradores com reflexo do pessoal especializado das nossas fábricas.

Novamente, vamos gerar empregos lá fora e subtrair empregos no Brasil.

Nessa difícil fase da economia mundial, devemos dar ênfase ao fabricante nacional, aos empreendedores puramente brasileiros, permitindo assim o desenvolvimento de nossa indústria e a geração de mais empregos.

A pergunta imediata que não pode ser omitida, Senador Delcídio Amaral, é: qual a razão para o Governo, após ter concluído com sucesso a primeira etapa do Proinfa, recusar-se a dar início à segunda etapa, aliás, prevista em lei para ser “demarrada” logo em seguida à conclusão da primeira?

Faço aqui uma sugestão ao Senador Fernando Collor de Mello, presidente da Comissão de Infraestrutura desta Casa no sentido de promover um debate mais profundo sobre o assunto.

Concedo ao Senador Delcídio o aparte que, com certeza, enriquecerá o nosso pronunciamento.

O Sr. Delcicio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Flexa, sempre tratando de temas muito pertinentes. Quero registrar a V. Ex^a que o Proinfa é um programa de absoluto sucesso do Governo. As pequenas centrais hidrelétricas hoje estão sendo instaladas

em vários rios brasileiros. São projetos em que, em 18 meses bem trabalhados, se não surgirem problemas ou dificuldades, entra em operação normalmente a primeira turbina, a primeira máquina. O Proinfa é importante porque é um programa construído de tal maneira que se busca o financiamento com a garantia da compra de energia feita pela própria Eletrobrás. Então, é um programa de grande sucesso, de grande impacto no Brasil. Entre esses projetos que o Proinfa hoje coordena, temos os projetos eólicos. Vejo, meu caro Senador Flexa Ribeiro, a questão da energia eólica no Brasil vai se consolidar. Vários países... V. Ex^a foi muito feliz quando citou um trabalho da EPE sobre a questão da competitividade e do custo de produção dos aerogeradores. É evidente que, na medida em que vamos aumentando a escala, o custo da geração vai caindo. Para V. Ex^a ter uma idéia, hoje a Alemanha tem mais de 20 mil Megawatts instalados de energia eólica. A Espanha tem, se não me engano, 11 mil Megawatts, ou seja, quase uma Itaipu. No caso da Alemanha, são quase duas Itaipus. Quando vamos a Portugal, aos países escandinavos, vemos que lá a geração eólica está absolutamente consolidada. E, no Brasil, temos outra característica importante: o mapa de ventos nos indica que a Região Nordeste é absolutamente promissora. É interessante que, quando venta muito no Nordeste, no Sudeste é época de estiagem. Então, com esses dois sistemas interligados, um compensa o outro. Ou seja, quando há pouca água, as usinas guardam água, e os aerogeradores no Nordeste podem suprir parte do nosso mercado. Então, em função da sazonalidade hídrica e dos ventos, há uma complementação. Por isso, o programa de energia eólica é muito importante. Há questionamentos sob o ponto de vista das tarifas dos leilões que têm de efetivamente remunerar quem vai investir nesses programas eólicos. E V. Ex^a está tocando num ponto muito importante: os fabricantes. E, para o nível de expansão da energia eólica no Brasil, nós temos de ter equipamentos feitos aqui no Brasil. Nós temos de trabalhar fortemente para ter uma indústria que atenda aos requisitos que o País vai exigir. Portanto, eu defendo essa posição de se incentivar a indústria nacional. Se existem fabricantes lá fora, nós precisamos trazê-los, para que nós tenhamos as condições necessárias de atender o mercado. Eu acredito até que o Governo está olhando lá fora, porque, pelo tamanho do programa, talvez o Brasil ainda não tenha as condições de atender plenamente essa capacidade instalada. Mas a tese de V. Ex^a é absolutamente procedente. Eu só poderia registrar, mais uma vez, esse pronunciamento extremamente feliz de V. Ex^a, preocupado, acima de tudo, com a geração de empregos no Brasil. Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Delcídio, o aparte de V. Ex^a, como eu disse ao concedê-lo, enriquece o pronunciamento. E a *expertise* de V. Ex^a na área só faz enriquecer também, porque V. Ex^a confirma aquilo que eu estou aqui fazendo: um pleito, ou seja, vamos fortalecer a nossa indústria, que é incipiente, como V. Ex^a bem colocou.

Nós estamos caminhando, eu diria até engatinhando, na matriz de energia eólica. Então, precisamos fortalecer-la. É uma matriz de energia limpa, renovável. É evidente que hoje ela tem um custo de energia mais elevado do que as outras matrizes. Mas é preciso que se faça crescer a demanda, para que possamos baixar esses custos. V. Ex^a confirma exatamente aquilo que o pronunciamento... E peço a V. Ex^a que possamos, junto ao nosso Ministro Edison Lobão, discutir essa questão para que, em vez de se fazer um novo leilão que pode novamente ser vazio, como foi o de 2008, possamos repetir o sucesso do Proinfa, programa exitoso iniciado no Governo Fernando Henrique, consolidado no Governo do Presidente Lula. E, se já se obteve êxito, por que não o repetir? Por que tentar fazer um novo leilão que se mostrou fracassado já em 2008?

O leilão do ano passado, como eu disse, Senador Mão Santa, demonstrou que a fonte eólica necessita de um tratamento econômico diferenciado, tendo em vista ter um custo médio de geração de energia elevado se comparado com a energia gerada por uma hidrelétrica, além de termos ainda uma indústria eólica nacional de fornecimento de equipamentos em fase de implantação e desenvolvimento.

Esquecer o fato ocorrido no último leilão e insistir em realizar outro, este ano de 2009, demonstra que o Governo não está aprendendo com os erros e procurando corrigi-los com soluções existentes, e, surpreendentemente, já aplicadas com sucesso.

Aí está, como eu disse, por exemplo, o sucesso do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, no qual o Governo, em lugar de promover leilões, calculou ele próprio o valor que deveria ser pago pela energia a ser produzida pelos Parques Eólicos contratados, considerando os vários fatores que concorrem para o custo de desenvolvimento de uma atividade em estágio de implantação. Daí resultou a contratação de 1.100.000 KW, 1.100 MW, de novos empreendimentos eólicos a serem implantados, isso sem falarmos da implantação de novos empreendimentos industriais destinados à fabricação de equipamentos que, até então, só eram fabricados na Europa.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É isso que V. Ex^a, Senador Delcídio, disse. Ou seja, nós não queremos ficar contra as plantas industriais que estão fora, mas que venham para cá, para o Brasil, instalem-se aqui e aqui produzam os equipamentos, para que a indústria nacional possa inclusive ter a tecnologia transferida.

Então, nós vamos gerar emprego para brasileiros. Nós vamos gerar divisas para o Brasil. E aí nós vamos ter, com certeza absoluta, fortalecido a geração eólica, que é, sem sombra de dúvida, uma importante fonte de energia renovável e limpa. Não só o Nordeste, a própria Amazônia, o Brasil todo, o Brasil é um país abençoado. Nós temos condições de ter fontes de energias alternativas, porque temos vento, sol em abundância e os biocombustíveis para que possamos, então, ter, com certeza absoluta, uma participação bem maior nessa produção de energia.

Era o que tinha a dizer, Presidente Mão Santa.

Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Delcídio Amaral, por ter permitido comigo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação o **Requerimento nº 252, de 2009**, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Anteriormente foram lidos os **Requerimentos nºs 14, 15, 16 e 253, de 2009**, dos Senadores Inácio Arrruda, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial em 29 de abril, destinada a homenagear D. Helder Câmara, no transcurso de seu centenário de nascimento.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos, para usar da palavra, o Senador Delcídio Amaral.

Delcídio Amaral é do Partido dos Trabalhadores e representa com grandeza o Estado do Mato Grosso do Sul. Delcídio Amaral foi Ministro de Minas Energia do Governo do Presidente Itamar Franco. É, sem dúvida nenhuma – eu não vou dizer que é o sol do Partido dos Trabalhadores, porque lá ele tem uma estrela; nem estrela, porque o sol é a estrela que só brilha de noite... Delcídio Amaral, com a sua inteligência, ilumina este País. Poucos entendem de produção de energia como Delcídio Amaral. E ele me faz lembrar Jusceli-

no Kubitschek, que nos ensinou o binômio energia e transporte.

Poderá V. Ex^a usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. O Brasil, então, vai ver o que é o Senado da República: homens de inteligência, competência e virtude.

Delcídio Amaral dirigiu a CPI mais moralizadora da história do Senado da República: a CPI dos Correios, que teve começo, meio e fim, o que ensejou a crença da necessidade da CPI.

Fique à vontade e use a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, muito obrigado a V. Ex^a que me honra muito com esses elogios. V. Ex^a sabe do respeito que tenho por sua pessoa e pelo seu trabalho no Senado, pelo Piauí. V. Ex^a que fez uma carreira muito bonita não só como médico, mas também como Prefeito, como Governador, como Senador da República. Então, muito me honra vir aqui a este plenário e falar numa sessão presidida por V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui falar de uma coisa. Sou um Senador que normalmente fala só de projetos, de propostas; sou um Senador que sempre pauta a atuação discutindo os grandes temas brasileiros e aqueles que são importantes para o meu Estado do Mato Grosso do Sul, para o desenvolvimento do nosso povo, da nossa gente, para o crescimento de Mato Grosso do Sul, por uma vida melhor a todos os seus cidadãos e cidadãs.

Mas Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui hoje para tratar de um assunto absolutamente exótico.

Fui surpreendido, na segunda-feira passada, com uma denúncia baseada no depoimento de uma pessoa que foi detida num posto da Polícia Rodoviária Federal, na cidade de Terenos. Para quem não conhece Mato Grosso do Sul, Terenos é uma cidade muito próxima à nossa capital Campo Grande.

Essa pessoa, no seu depoimento, tomado na Polícia Rodoviária Federal e depois ratificado na Polícia Civil, alegava que, em meu nome, transacionava casas populares, casas do Governo do Estado, do Governo Federal, na capital Campo Grande. Nesse mesmo depoimento, ele dizia – e eu estou sendo fático, o que estou dizendo está escrito e assinado pelos delegados, pela Polícia Rodoviária Federal, pela pessoa que foi detida; estou citando exatamente o que foi escrito, o que eu li – que operava em meu nome. Na verdade, nessa operação, havia um interesse político no sentido de criar constrangimentos ou prejudicar a minha imagem no Estado de Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, estou a cavaleiro nesse quadro, nessa situação. Por quê? Fui surpreendido com um depoimento de uma pessoa que usava meu nome, mas que era manipulada por terceiros, cujo objetivo era desgastar-me politicamente. Aparentemente, essa operação que, segundo ele, tinha uma conotação política, depois se transformou numa atuação mercantilista, financeira, porque vislumbraram os membros da quadrilha que isso também poderia ser um grande negócio. Sr. Presidente, o que estou citando é exatamente, literalmente, o que ele disse, o que consta dos autos do processo.

Fiquei preocupado, Sr. Presidente. V. Ex^a é um homem experiente e vivido, e eu também. Diante de fatos como esses, jamais vou titubear. Tomei as providências devidas. Solicitei ao Governador André Puccinelli, ao Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso do Sul e, como Senador da República, à Polícia Federal que apurasse com rigor os fatos descritos.

É importante destacar que um homem sério, digno e que honra o seu Estado precisa fazer isso. Quem não deve, Senador Dornelles, não teme. Então, nada melhor do que esclarecer os fatos. Tomei as providências devidas como sempre faço quando alguém pretende fazer alguma gracinha comigo. Essa não é a primeira. Já passei por outras situações, que V. Ex^a sabe muito bem. Enfrentei desafios do mais variados possíveis quando fui Presidente da CPI dos Correios e, graças a Deus, hoje sou uma pessoa respeitada nacionalmente e que merece o respeito de todos os cidadãos e cidadãs, não só sul-mato-grossenses, do Estado onde eu nasci, da minha querida Cidade de Corumbá, mas brasileiros também.

Fiz o que todo homem sério faz: pede aos órgãos do Governo do Estado e à Polícia Federal providências. Quero registrar, Sr. Presidente, que as providências foram muito ágeis. O Governador André e o próprio Secretário de Segurança, que é um policial competente e experiente, pertence aos quadros da Polícia Federal, agiram muito rapidamente, como também a Polícia Federal. E não posso também deixar de considerar aqui a forma como a Polícia Rodoviária Federal, na apreensão, atuou. Registro o papel importante, republicano, sério que a Polícia Rodoviária Federal, de forma contumaz, executa. Não posso deixar de destacar essa questão também.

Então, Sr. Presidente, essa pessoa que foi presa é conhecida do meio político, inclusive conhecida minha. E isso, desde o início das denúncias, deixei muito claro para toda a opinião pública. Eu não tenho amnésia frente a problemas, eu assumo posições claras. Aqui mesmo no Congresso. Muitos escândalos aconteceram no Brasil e envolveram pessoas. Quando esses escâ-

dalos eclodiram, muita gente aqui com quem convivia não lembrava mais dessas pessoas ou simplesmente desconhecia que essas pessoas existiam. Eu não. Eu assumo a posição. E, quando tomei essa posição junto à imprensa do meu Estado e junto às autoridades federais e estaduais, deixei muito claro isto: é do meu conhecimento, do conhecimento de minha mãe, do conhecimento da minha família. E hoje forças cavigosas tentam fazer alguma identificação ou tentam iludir muitas pessoas querendo passar uma mensagem de que teria sido uma operação minha, dentro de um contexto político para prejudicar alguém. Não faço isso, meu caro Presidente. Assumo todos os meus atos. Minha postura pública é séria, digna, decente, transparente, cristalina. Não uso de subterfúgios, não uso de desvios. Não precisam procurar documentos, jornais, para tentar provar que eu o conheço. Eu sempre admiti que conheço essa pessoa que foi presa, como também ele transitava livremente no seio da classe política.

Hoje conversei com alguns jornalistas aqui. Somos o Poder mais democrático de todos. A porta dos nossos escritórios, nos nossos Estados, é aberta; elas estão sempre abertas. Os nossos gabinetes estão sendo abertos. Nós recebemos toda a população, todas as pessoas que nos procuram. Respondemos a todos os telefonemas que nos fazem. Esse é o processo democrático e a atividade de qualquer político. Portanto, não precisam começar a caçar isso aí porque, desde o início, coloquei essa posição de maneira muito clara, como coloquei, em escândalos maiores, que conhecia muitas pessoas que depois foram diretamente atingidas por processos e investigações. Não tenho medo disso porque a minha conduta é absolutamente clara. Minha conduta foi sempre uma conduta inquestionável, sob o ponto de vista ético e moral. Portanto, aquelas pessoas que estão açodadas, preocupadas com isso não precisam buscar fotografias nem jornais. Eu mesmo, desde segunda-feira, já disse isso, já disse isso à Polícia.

E por que falo, Sr. Presidente, que estou a cavaleiro nesse negócio, estou nadando de braçada, estou surfando?

Em outubro do ano passado, Senador Dornelles, Senador Crivella, como sou um político que anda, que conversa com as pessoas, que tem uma ação muito forte popular, comecei a ouvir na minha capital, na minha cidade Campo Grande, que estariam usando meu nome na aquisição de casas populares.

Imediatamente, quando percebi que as versões eram muito sistemáticas, denunciei o fato ao Secretário de Habitação, Secretário Marum, por meio de carta oficial. Conversei com o Secretário Marum na terça-feira passada, no dia 16 de março do ano de 2009, às

20 horas e 10 minutos, tratando desse assunto. Ele me confirmou claramente e confirmou as providências por ele tomadas para que a Polícia investigasse esse caso. Portanto, estou tranquilo. Cantei a bola no ano passado. E se é mentira ou se não é mentira de quem foi preso, a história dele bate, pelo menos com relação à utilização do meu nome, com aquilo que eu havia denunciado ao Secretário de Habitação em outubro do ano passado, ou novembro, melhor dizendo. Ao mesmo tempo – e isso é curioso – essa pessoa foi aprisionada com documentos falsos. Nós leigos dificilmente entenderíamos alguma coisa diferente ou perceberíamos alguma coisa diferente. Importante: isso aconteceu numa batida absolutamente normal da Polícia Rodoviária Federal, nesse posto avançado na cidade de Terenos.

Portanto, as condições colocadas são absolutamente claras. Denunciei lá atrás e infelizmente, se havia alguma articulação, Senador Dornelles – e esse caso me lembrou o Riocentro, a bolsa explodiu no colo do sargento –, se havia algo além de uma operação meramente policial ou criminal, ela foi implodida a partir do momento em que denunciei, em novembro, e a partir do momento em que esse estelionatário foi preso no domingo passado.

Portanto, Sr. Presidente, as coisas são absolutamente transparentes. Um homem de bem convoca toda a Polícia Estadual, toda a Polícia Federal para investigar a fundo o caso. Graças a Deus, meu caro Presidente, ocorreu essa apreensão no domingo, porque se algum leviatã pretendia fazer alguma coisa dessa operação no futuro, nós acabamos com o leviatã no domingo e agora a realidade está aí para quem quiser ver, claramente.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de destacar isso. Esse assunto foi amplamente discutido ao longo dessa semana no meu Estado, e eu não poderia deixar, como é comum se fazer, é praxe do Senado Federal, de vir e explicar essas questões publicamente e para todos os meus companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras, para deixar muito claro como essas coisas caminharam.

Ao mesmo tempo, um Deputado Federal de Mato Grosso do Sul, Deputado Vander Loubet, do meu Partido, também foi envolvido e agiu de uma maneira correta como qualquer homem sério atua, pediu providências da mesma maneira como eu. E nós agora, Sr. Presidente, esperamos com absoluta tranquilidade que a verdade venha à tona, para que eliminemos de uma vez por todas qualquer tipo de intriga que alguém, eventualmente sendo preso, pode trazer à baila e, ao mesmo tempo, que esse fato sirva para que, se politicamente, alguém, algum dia imaginar fazer alguma

gracinha, ele encontre uma reação em que o feitiço acaba virando contra o feiticeiro.

Eu não poderia deixar de registrar, Sr. Presidente, esse fato. Perdi três dias esta semana com esse lero-lero mas, mais uma vez, Deus me iluminou e acabou com o leviatã com essa apreensão que foi feita no domingo e que eu já sinalizava em outubro do ano passado, tranquilamente, serenamente.

Sr. Presidente, tenho absoluta convicção, porque tenho conversado com o Dr. Jacine, tenho conversado com a Polícia Federal, de que há todo o interesse no sentido de encerrar de uma vez por todas com essa ocorrência que, infelizmente, veio à tona e nos fez perder tempo, mas que, no meu ponto de vista, e se as investigações assim confirmarem, indicam uma operação mistura de Inspetor Clouseau com Agente 86.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu queria registrar. Não poderia deixar de falar sobre isso, e que isso sirva de alerta para todos nós políticos sobre os obstáculos que surgem. Às vezes, a utilização dos nossos nomes para objetivos escusos e, às vezes, a utilização dos nossos nomes, e eventualmente, acredito que não seja o caso, por razões políticas. Esse tipo de arapuca não pode existir na política.

A política tem que ser feita e tem que ser trabalhada com espírito público, com peito aberto, com sinceridade, com lealdade, com projetos, com propostas, porque o povo já não vota em baixaria; o povo vota em quem tem propostas, em quem tem projetos e em quem vai trabalhar por um futuro melhor para os seus filhos, para os seus netos, para a sua família.

Meu caro Presidente, para concluir, eleição, como jogo de futebol, não se ganha em vestiário, nem em gabinete. Eleição se ganha andando na rua, conversando com o povo e agregando no projeto de cada um de nós os projetos que vão trazer bem-estar, melhores perspectivas e um futuro promissor.

Solidariedade, fraternidade, cidadania!

Sr. Presidente, peço que registre nos Anais do Senado este discurso, que encaminharei a todas as autoridades que investigam esse caso lamentável. Tenho certeza absoluta de que, pela competência da Polícia do meu Estado, esse caso será definitivamente encerrado em curto espaço de tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, eu concluiria o pronunciamento de V. Ex^a lembrando o maior Líder do Piauí, Petrônio Portella, que disse que o caminho mais certo do voto, mais curto, é o trabalho. V. Ex^a representa o trabalho. V. Ex^a foi um extraordinário Ministro de Minas e Energia deste País. Deu grandeza ao Governo de Itamar e dá grandeza a esse Senado da República.

Quero dar o testemunho que, convidado pelo outro lado político de V. Ex^a, fui ao seu Estado e vi quanto V. Ex^a é respeitado pelo Governador do Estado, pela Prefeita de Três Lagoas, filha de Ramez Tebet.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Simone.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tive o prazer de abraçar e de ser abraçado por muitos companheiros e companheiras de V. Ex^a. V. Ex^a não é um líder do Mato Grosso do Sul. A liderança e a respeitabilidade de V. Ex^a é do tamanho de todo o Brasil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Francisco Dornelles.

Este é o Senado da República do Brasil, um dos melhores da nossa História: deixa a tribuna um ex-Ministro de Minas e Energia, assumindo, Senador Marcelo Crivella, aquele escolhido por Tancredo Neves – recentemente o Nordeste entrou em ebulição quando foi lançado lá um livro sobre Tancredo Neves... E eis o homem a quem Tancredo Neves confiou todas as riquezas do País: Francisco Dornelles.

Hoje, além da sua grandeza de Senador, S. Ex^a é Presidente do Partido Progressista, um dos Partidos que mais cresceu sob a liderança desse extraordinário líder.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs e Srs Senadores, serei breve.

Tenho, nas últimas semanas, dedicado quase todo o meu tempo aqui no Senado aos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Crise Econômica, procurando estudar e examinar propostas que têm por objeto minorar os efeitos dessa crise que nasceu no exterior e que se reflete sobre o Brasil.

Neste momento, sinto-me obrigado a deixar de lado os trabalhos dessa Comissão, os trabalhos da CAE para comentar uma das decisões, um dos anúncios mais ridículos da história da administração pública brasileira, que acaba de ser anunciada, dias atrás, que é a criação da carteirinha do torcedor. Eu nunca vi nada tão ridículo na administração pública do País.

Sr. Presidente, certidão de nascimento, certidão de casamento, passaporte, carteira de identidade, carteira de trabalho, CPF, carteira de motorista, documento de reservista, carteira profissional são documentos que o cidadão brasileiro tem de ter sempre consigo. Tantos

documentos desse tipo nunca são exigidos pela maior parte dos países.

Pois bem, o Ministro do Esporte quer criar agora mais um: a carteirinha do torcedor. Veja bem, Sr. Presidente, a burocracia que vai ser instalada no Brasil com a criação da carteirinha do torcedor. Milhões de pessoas vão querer a carteirinha. E aí o que vai acontecer? O Estado vai estabelecer que cada carteirinha tem um custo. Aí, em segundo, vêm aqueles que vão pedir a isenção do pagamento da carteirinha do torcedor. Aí vêm menores, idosos, pessoas com dificuldade de locomoção. Aí são aqueles que vão pedir redução no preço na emissão da carteirinha do torcedor. E se todos aqueles torcedores do Brasil forem para um determinado local para obter essa carteirinha, a fila vai ser maior, Sr. Presidente, dez vezes ou cem vezes maior do que aquela que existia há alguns anos, quando um determinado Ministro resolveu recadastrar os idosos da Previdência.

Sr. Presidente, o senhor vê o ridículo que existe hoje de um Ministro querer criar uma carteirinha de torcedor para um cidadão, para uma criança, para um idoso entrar em um campo de futebol. O senhor já imaginou qual é o motivo que leva, com tantos problemas sérios na administração, um Ministro – por quem eu tenho uma certa admiração – pensar numa situação como essa? Será que isso nasceu da sua assessoria? Como é que surge uma ideia dessas? Onde é que existe isso, Sr. Presidente? Já imaginou, Senador Mão Santa, no seu Estado, quantas pessoas iriam querer obter uma carteirinha de torcedor para entrar num jogo de futebol?! Iam procurar V. Ex^a: “Quero uma prioridade para emissão; quero uma isenção; quem sabe o senhor considera um abatimento no preço para mim?”. Realmente, qual é a razão de criar mais um documento?

Eu, hoje, aqui acho que tenho opinião. Estou representando todos aqueles que gostam do futebol, que vão aos estádios de futebol, um protesto contra esse ridículo anunciado, que é uma carteirinha de futebol. Carteirinha do torcedor.

Eu entendo, Sr. Presidente, que um grande esforço educativo tem que ser feito para acabar com a violência nos campos de futebol. É um assunto que tem que ser resolvido – como diria o Senador Cristovam Buarque – através de uma campanha educativa, mostrando os males que trazem a violência nos estádios de futebol, violência que tem que ser combatida, que tem que ser evitada, que tem que ser eliminada num esporte que é o próprio retrato do Brasil.

Agora, nós não podemos eliminar a violência nos estádios de futebol recorrendo ao ridículo: a carteirinha do torcedor. No ano de 2009, em que nós estamos vivendo, eu acho que nunca vi, na minha vivência na

administração brasileira, um anúncio e uma decisão, se é que foi tomada, tão ridícula.

Eu espero que o Ministro – em nome daqueles que frequentam um estádio de futebol – volte atrás nessa decisão que não deixa bem o Governo que ele representa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o Senado da República.

Na história do mundo civilizado, o Senado significa a casa dos pais da Pátria. Eis um pai da nossa Pátria: Francisco Dornelles. É para o Poder Executivo ouvir a experiência, a sabedoria de um Senador tão experimentado como Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu acho, Crivella, que o Ministro não estudou, não ouviu Cícero, que disse: *"Mens sana in corpore sano"*. E esta Casa é para dar ensinamento ao Poder Executivo. Só há uma razão do Senado da República: orientar o Poder Executivo.

Convidamos para usar da palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr's e Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores que abrillantam com suas presenças esta nossa sessão, ilustríssimas damas que ficam aqui registrando nossos discursos, incansável e devotadamente, abençoado é o país que conta com um rol de pensadores capazes de explicar sua essência, sua alma. Felizmente, o Brasil se encaixa nesta premissa, pois contamos com autores da estirpe de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior e Darcy Ribeiro, entre muitos outros.

Hoje, gostaria de render homenagens a um desses intelectuais – muitas vezes incompreendido – cujo nome se encontra no panteão dos grandes pensadores brasileiros de todos os tempos. Refiro-me a Celso Furtado, autor de uma obra seminal para entender o processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro que, este ano de 2009, completa 50 anos de publicação.

Sr. Presidente, refiro-me ao livro **Formação Econômica do Brasil**, cuja leitura aproveito para recomendar a todos os brasileiros.

Quando de sua publicação, em 1959, o Brasil vivia a efervescência dos anos JK. O processo de industrialização da economia nacional tinha como pilar o surgimento da indústria automobilística e de bens

duráveis – as meninas da taquigrafia fiquem tranquilas porque o discurso será repassado a mão de vocês. O País ainda era essencialmente agrícola, mas começava a entender a necessidade de industrializar-se, melhor maneira de distribuir a distância que o separava das nações desenvolvidas, principalmente no tocante aos indicadores econômicos e sociais.

Faltava ao Brasil, no entanto, uma obra que estabelecesse as premissas para o novo desenvolvimento, mas que não fosse uma mera cópia ou mesmo uma adaptação da teoria econômica então existente – elaborada a partir da experiência dos países desenvolvidos. O grande mérito de Celso Furtado, com **Formação Econômica do Brasil**, foi exatamente este: entender a gênese da economia brasileira e firmar os pilares para o desenvolvimento do País a partir de uma perspectiva nacional.

Traduzido em nove línguas, entre elas chinês e japonês, o livro fez de Celso Furtado um dos autores, no campo das ciências sociais, mais lidos e publicados no Brasil e no exterior. Tamanho sucesso de público, de crítica se deve, essencialmente, à linguagem acessível adotada pelo autor ao combinar investigação histórica com análise econômica, fazendo com que a obra seja um livro de economia, porém não escrito para economistas.

Seria impossível falar dos 50 anos de **Formação Econômica do Brasil** sem falar um pouco de seu brilhante autor.

Celso Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, no ano de 1920. Acolhido na minha querida cidade do Rio de Janeiro, como tantos irmãos nordestinos em busca de melhores oportunidades, formou-se em Direito, em 1944, pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. Quatro anos depois, em 1948, doutorou-se em Economia pela Universidade de Paris, Sorbonne. Um ano depois, passou a integrar a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU, passando a residir em Santiago do Chile.

Em 1953, participou do Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL, cujo trabalho embasou o Plano de Metas do Governo JK, primeiro programa econômico de cunho fortemente desenvolvimentista implantado no Brasil.

Juscelino Kubitscheck de Oliveira, o garimpeiro de Diamantina. Em 1954, publicaria seu primeiro livro **A Economia Brasileira – Contribuição à Análise de seu Desenvolvimento**. Até 2004, ano de sua morte, seriam mais de 20 livros publicados!

Aqui, Sr. Presidente, faço um parêntese. Eu tive um contato com Celso Furtado um pouco antes do falecimento dele. Eu o convidei para vir ao Senado e discutirmos sobre a Frente que presido, a Frente Par-

lamentar pela Política do Pleno Emprego. Ele não pode vir, mas me escreveu uma carta. E disse o seguinte:

Senador Crivella, no começo da sua vida política, lhe desejo toda sorte. No entanto, aceite um conselho de quem já viveu muito na estrada dos embates políticos. A elite brasileira, quando faz concessões aos trabalhadores, já embute um antídoto para lhe tirar os efeitos.

Essa frase me marcou. Mostrava a alma daquele que lutou sempre pela desconcentração de poder e renda, mas que amargou, nos últimos dias de sua vida, ver o Brasil ainda tão desigual, sobretudo no Rio de Janeiro, com essas favelas que nos envergonham a todos, monumentos hediondos, que estão se transformando em monumentos perpétuos da desigualdade injustificável entre nós, brasileiros.

Pois bem, em 1958, assumiu o cargo de Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e produziu um estudo visando à solução dos problemas do seu amado Nordeste, com base no qual o Presidente Juscelino Kubitschek, ele mesmo um visionário, enviou um projeto ao Congresso Nacional, propondo a criação da Sudene. O próprio Celso Furtado seria o primeiro Superintendente do órgão – a Sudene da região de V. Ex^a –, do qual sairia em 1962, para exercer o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento. Um ano depois, retornou à Superintendência da Sudene, de onde só sairia cassado pela ditadura militar.

Homem de fibra e de fortes convicções, não se deixou abater pelo exílio, tendo lecionado nas Universidades de Harvard e Columbia, nos Estados Unidos; em Cambridge, na Inglaterra; e na Sorbonne, na França, da qual foi professor efetivo. Entre 1964 e 1978, mesmo longe da sua terra natal, publicou nada menos que dez livros.

Anistiado em 1979, voltou ao País. O último cargo público que exerceu foi o de Ministro da Cultura no Governo do nosso Presidente Sarney. Na década de 1990 e até a sua morte, em 2004, dividiu-se entre a cidade do Rio de Janeiro e Paris, porém nunca deixou de pensar no Brasil, sendo figura constante em eventos e seminários de temática socioeconômica.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, com a morte de Celso Furtado, o Brasil perdeu um dos seus maiores intelectuais de todos os tempos. Bem sabemos: os homens passam, suas obras ficam. Que bom que assim seja! Somos finitos, mas as coisas que produzimos têm o poder de extrapolar nossas existências. É assim que aconteceu com o grande mestre!

Comemorar o jubileu de ouro da publicação de **Formação Econômica do Brasil** é uma maneira não

só de homenagear seu autor, figura preciosa no *pantheon* dos grandes pensadores deste País. É também uma homenagem ao povo brasileiro, que, pela primeira vez, viu sua realidade e as raízes de sua história dissecadas em uma obra que não olhava apenas para trás: muito pelo contrário, o livro esmiuçou os alicerces da formação da economia nacional com os olhos voltados para o futuro!

Ao escrever **Formação Econômica do Brasil**, Celso Furtado inovou ao situar o nascimento do Brasil como parte de um processo de desenvolvimento e expansão da Europa, uma visão inédita à época e que situava o País na história global.

Furtado explica o subdesenvolvimento brasileiro a partir da coexistência de uma estrutura produtiva dual, caracterizada pelas diferenças entre um setor de alta produtividade voltado para a exportação e um setor voltado para a economia de subsistência, de baixa produtividade. Tal estrutura é colocada como consequência dos ciclos econômicos vividos pelo Brasil, esmiuçados pelo livro: o ciclo da cana-de-açúcar; a economia escravista mineira do ciclo do ouro; e a transição para o trabalho assalariado, com o fim da escravidão.

Celso Furtado desenvolveu, assim, a tese de que os problemas socioeconômicos brasileiros tinham suas raízes fincadas na própria formação econômica de nosso País, que priorizava o mercado exportador em detrimento do mercado interno, alicerce de um crescimento econômico sustentado e duradouro. Era preciso, pois, desenvolver o mercado interno, e a melhor maneira de fazê-lo era aumentando a produtividade da economia brasileira por meio da industrialização.

Formação Econômica do Brasil trouxe outras idéias inovadoras. Comparando nossa economia com a economia norte-americana no período após a crise de 1929, Celso Furtado demonstra que o Brasil já crescia a partir de 1932, enquanto os Estados Unidos continuavam em depressão. Essa realidade fática é usada para demonstrar, nas palavras do mestre, que “o Brasil não crescia como economia reflexa, mas por dinâmica própria”. Era a idéia inovadora do deslocamento do centro dinâmico, que reforçava a tese de que o Brasil precisava crescer a partir do crescimento do mercado interno.

O modelo de crescimento preconizado no livro foi, de fato, implementado no País por intermédio da política de substituição de importações que marcou o desenvolvimento da indústria nacional, principalmente a partir dos anos 70. Se hoje contamos com uma base industrial forte e diversificada, muito devemos ao modelo de industrialização adotado a partir das idéias de Celso Furtado e dos economistas da Cepal.

Poucas obras científicas ou literárias chegaram aos cinquenta anos ainda atuais, ainda servindo para explicar a realidade do hoje. É o caso de **Formação Econômica do Brasil**, livro que continua tão ou mais lido do que quando foi publicado.

Ao lançarmos um olhar mais aprofundado sobre a crise econômica que o mundo atravessa, podemos constatar que, apesar de estar sendo, sim, afetado, o Brasil não sofre as consequências, os reflexos da crise, os sintomas, na mesma magnitude que as economias mais desenvolvidas. Não resta dúvida de que isso ocorre porque o mercado consumidor brasileiro está maduro e é capaz de proporcionar à nossa economia demanda suficiente para garantir um patamar mínimo de crescimento.

Se o modelo adotado para nossa industrialização fosse única e exclusivamente exportador, estaríamos, neste momento, amargando uma crise de proporções catastróficas, diante da queda livre da demanda externa.

Quando Celso Furtado publicou **Formação Econômica do Brasil**, nosso País ainda precisava encontrar-se consigo mesmo. Precisávamos nos desenvolver para acabar com séculos de desigualdades sociais gritantes, que apartavam a imensa maioria da população de qualquer benefício advindo da prosperidade econômica do Brasil.

Hoje, a situação é bastante diferente. Soubemos industrializar-nos sem, no entanto, abandonar os outros setores da economia, como a agricultura. Se as nossas desigualdades sociais ainda são gritantes, são bem menores do que há cinquenta anos!

A grande lição de *Formação Econômica do Brasil* foi ensinar-nos o caminho do crescimento com justiça social. Se ainda não obtivemos pleno êxito, é inegável que estamos trilhando o caminho certo. Talvez o maior exemplo disso seja o grande contingente de nossa população que, ano após ano, deixa para trás a pobreza e ingressa na classe média! É o mercado interno brasileiro funcionando como alavancas e como consequência de um processo de crescimento baseado em pilares internos, e não exclusivamente voltado para o exterior.

Formação Econômica do Brasil continua mais atual do que nunca, o que demonstra o brilhantismo de seu autor. Neste ano em que comemoramos o cinquentenário de sua publicação e que lembramos o quinto aniversário de morte do grande Celso Furtado, não poderia, como Senador da República, Líder do PRB, e acima de tudo como cidadão brasileiro, deixar de homenagear o autor e sua obra-prima, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do Brasil e para a prosperidade dos brasileiros.

Sr. Presidente, ao concluir este meu pronunciamento, que peço seja registrado nos Anais da Casa, quero dizer a V. Ex^a que nenhuma nação pode se considerar culta, poderosa, praticante das virtudes a serviço da humanidade se não souber honrar os seus líderes sábios e generosos, seus guias predestinados e visionários, que conseguem, com seu talento, amalgar, nas virtudes e defeitos de seus povos, a nossa nacionalidade.

Aqui, Sr. Presidente, a homenagem deste obscuro e anônimo Senador da Representação Popular do Rio de Janeiro à memória de Celso Furtado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abençoado é o país que conta com um rol de pensadores capazes de explicar sua essência, sua alma. Felizmente, o nosso Brasil se encaixa nesta premissa, pois contamos com autores da estirpe de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior e Darcy Ribeiro, entre muitos outros.

Hoje, gostaria de render homenagens a um desses intelectuais – muitas vezes incompreendido –, cujo nome, certamente, encontra-se no panteão dos grandes pensadores brasileiros de todos os tempos. Refiro-me a Celso Furtado, autor de uma obra seminal para entender o processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro que, em 2009, completa 50 anos de publicação: **Formação Econômica do Brasil**.

Quando de sua publicação, em 1959, o Brasil vivia a efervescência dos anos JK. O processo de industrialização da economia nacional tinha como pilar o surgimento da indústria automobilística e de bens duráveis. O País ainda era essencialmente agrícola, mas começava a entender a necessidade de industrializar-se, melhor maneira de diminuir a distância que o separava das nações desenvolvidas, principalmente no tocante aos indicadores econômicos e sociais.

Faltava ao Brasil, no entanto, uma obra que estabelecesse as premissas para o nosso desenvolvimento, mas que não fosse uma mera cópia ou mesmo uma adaptação da teoria econômica então existente – elaborada a partir da experiência dos países desenvolvidos. O grande mérito de Celso Furtado, com **Formação Econômica do Brasil**, foi exatamente este: entender a gênese da economia brasileira e firmar os pilares para o desenvolvimento do País a partir de uma perspectiva nacional.

Traduzido em nove línguas, entre elas chinês e japonês, o livro fez de Celso Furtado um dos autores no campo das ciências sociais mais lidos e publicados no Brasil e no exterior. Tamanho sucesso de pública e de crítica se deve, essencialmente, à linguagem acessível adotada pelo autor ao combinar investigação histórica com análise econômica, fazendo com que a obra seja um livro de economia, porém não escrito para economistas.

Seria impossível falar dos cinqüenta anos de **Formação Econômica do Brasil** sem falar um pouco de seu brilhante autor.

Celso Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, no ano de 1920. Acolhido na minha querida cidade do Rio de Janeiro, como tantos irmãos nordestinos em busca de melhores oportunidades, formou-se em Direito, em 1944, pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. Quatro anos depois, em 1948, doutorou-se em Economia pela Universidade de Paris, Sorbonne. Um ano depois, passou a integrar a Cepal – Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU, passando a residir em Santiago do Chile.

Em 1953, participou do Grupo Misto de Estudos BNDE-Cepal, cujo trabalho embasou o Plano de Metas do Governo JK, primeiro programa econômico de cunho fortemente desenvolvimentista implantado no Brasil. Em 1954, publicaria seu primeiro livro, **A Economia Brasileira: Contribuição à Análise de seu Desenvolvimento**. Até 2004, ano de sua morte, seriam mais de 20 livros publicados!

Em 1958, assumiu o cargo de Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e produziu um estudo visando à solução dos problemas de seu amado Nordeste, com base no qual o Presidente Juscelino Kubitschek, ele mesmo um visionário, enviou um projeto ao Congresso Nacional propondo a criação da Sudene. O próprio Celso Furtado seria o primeiro Superintendente do órgão, do qual sairia em 1962 para exercer o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento. Um ano depois, retornou à Superintendência da Sudene, de onde só sairia cassado pela ditadura militar.

Homem de fibra e de fortes convicções, não deixou abater pelo exílio, tendo lecionado nas Universidades de Harvard e Columbia, nos Estados Unidos; em Cambridge, na Inglaterra; e na Sorbonne, na França, da qual foi professor efetivo. Entre 1964 e 1978, mesmo longe de sua terra natal, publicou nada menos que 10 livros.

Anistiado em 1979, voltou ao País. O último cargo público que exerceu foi o de Ministro da Cultura no Governo do Presidente Sarney. Na década de 1990 e até a sua morte, em 2004, dividiu-se entre o Rio de

Janeiro e Paris, porém nunca deixou de pensar o Brasil, sendo figura constante em eventos e seminários de temática socioeconômica.

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, com a morte de Celso Furtado, o Brasil perdeu um de seus maiores intelectuais de todos os tempos. Bem sabemos: os homens passam, suas obras ficam. Que bom que assim seja! Somos finitos, mas as coisas que produzimos têm o poder de extrapolar nossas existências. E assim foi com o grande mestre!

Comemorar o jubileu de ouro da publicação de **Formação Econômica do Brasil** é uma maneira não só de homenagear seu autor, figura preciosa no pantheon dos grandes pensadores deste País. É também uma homenagem ao povo brasileiro, que pela primeira vez viu sua realidade e as raízes de sua história descritas em uma obra que não olhava apenas para trás: muito pelo contrário, o livro esmiuçou os alicerces da formação da economia nacional com os olhos voltados para o futuro!

Ao escrever **Formação Econômica do Brasil**, Celso Furtado inovou ao situar o nascimento do Brasil como parte de um processo de desenvolvimento e expansão da Europa, uma visão inédita à época e que situava o País na história global.

Furtado explica o subdesenvolvimento brasileiro a partir da coexistência de uma estrutura produtiva dual, caracterizada pelas diferenças entre um setor de alta produtividade, voltado para a exportação, e um setor voltado para a economia de subsistência, de baixa produtividade. Tal estrutura é colocada como consequência dos ciclos econômicos vividos pelo Brasil, esmiuçados pelo livro: o ciclo da cana-de-açúcar; a economia escravista mineira do ciclo do ouro; e a transição para o trabalho assalariado, com o fim da escravidão.

Celso Furtado desenvolveu, assim, a tese de que os problemas socioeconômicos brasileiros tinham suas raízes fincadas na própria formação econômica de nosso País, que priorizava o mercado exportador em detrimento do mercado interno, alicerce de um crescimento econômico sustentado e duradouro. Era preciso, pois, desenvolver o mercado interno, e a melhor maneira de fazê-lo era aumentando a produtividade da economia brasileira por meio da industrialização.

Formação Econômica do Brasil trouxe outras idéias inovadoras. Comparando nossa economia com a economia norte-americana no período após a crise de 1929, Celso Furtado demonstra que o Brasil já crescia a partir de 1932, enquanto os Estados Unidos continuavam em depressão. Essa realidade fática é usada para demonstrar, nas palavras do mestre, que “o Brasil não [mais] crescia como economia reflexa, mas por dinâmica própria”. Era a idéia inovadora do deslo-

camento do centro dinâmico, que reforçava a tese de que o Brasil precisava crescer a partir do crescimento do mercado interno.

O modelo de crescimento preconizado no livro foi, de fato, implementado no País por intermédio da política de substituição de importações que marcou o desenvolvimento da indústria nacional, principalmente a partir dos anos 1970. Se hoje contamos com uma indústria forte e diversificada, muito devemos ao modelo de industrialização adotado a partir das idéias de Celso Furtado e dos economistas da Cepal.

Poucas obras científicas ou literárias chegam aos cinqüenta anos ainda atuais, ainda servindo para explicar a realidade do hoje. É o caso de **Formação Econômica do Brasil**, livro que continua tão ou mais lido do que quando foi publicado.

Ao lançarmos um olhar mais aprofundado sobre a crise econômica que o mundo atravessa, podemos constatar que, apesar de estar sendo, sim, afetado, o Brasil não sofre as consequências da crise na mesma magnitude que as economias mais desenvolvidas. Não resta dúvida de que isso ocorre porque o mercado consumidor brasileiro está maduro e é capaz de proporcionar à nossa economia demanda suficiente para garantir um patamar mínimo de crescimento.

Se o modelo adotado para nossa industrialização fosse única e exclusivamente exportador, estaríamos, neste momento, amargando uma crise de proporções catastróficas, diante da queda livre da demanda externa.

Quando Celso Furtado publicou *Formação Econômica do Brasil*, nosso País ainda precisava encontrar-se consigo mesmo. Precisávamos nos desenvolver para acabar com séculos de desigualdades sociais gritantes, que apartavam a imensa maioria da população de qualquer benefício advindo da prosperidade econômica do Brasil.

Hoje, a situação é bastante diferente. Soubemos industrializar-nos sem, no entanto, abandonar os outros setores da economia, como a agricultura. Se as nossas desigualdades sociais ainda são gritantes, são bem menores do que há cinqüenta anos!

A grande lição de **Formação Econômica do Brasil** foi ensinar-nos o caminho do crescimento com justiça social. Se ainda não obtivemos pleno êxito, é inegável que estamos trilhando o caminho certo. Talvez o maior exemplo disso seja o grande contingente de nossa população que, ano após ano, deixa para trás a pobreza e ingressa na classe média! É o mercado interno brasileiro funcionando como alavanca e como consequência de um processo de crescimento baseado em pilares internos, e não exclusivamente voltado para o exterior.

Formação Econômica do Brasil continua mais atual do que nunca, o que demonstra o brilhantismo de seu autor. Neste ano em que comemoramos o cinqüentenário de sua publicação e que lembramos o quinto aniversário de morte do grande Celso Furtado, não poderia, como Senador da República, Líder do PRB, e acima de tudo como cidadão brasileiro, deixar de homenagear o autor e sua obra-prima, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do Brasil e para a prosperidade dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Crivella, homenageando um dos intelectuais mais fortes do País, o ex-economista Celso Furtado, a quem Juscelino confiou dirigir a Sudene, que era para acabar a desigualdade do nosso País... Sobre a Sudene, além dos projetos industriais, o importante foi ela ser uma universidade de formação de técnicos. Esses técnicos saídos da Sudene fortaleceram os governos administrativos, as secretarias de planejamento de diversos Estados do Nordeste, e o Nordeste desenvolveu-se.

Entre os muitos livros de Celso Furtado, quero acrescentar um que produz a grandeza deste Senado. Um dos melhores livros de Celso Furtado é um realizado pelo professor Cristovam Buarque, nosso companheiro Senador, quando, no final de sua vida, entrevistava o próprio Celso Furtado em Paris. É um dos compêndios que deve ser lido. Então, homens como o nosso Cristovam Buarque, que fez um livro em parceria com o Celso, engrandece o nosso Senado.

Então, V. Ex^a, traduzindo a grandeza deste Senado, traz essa homenagem a Celso Furtado.

Cabe a mim encerrar esta sessão e eu iria buscar uma frase de um Senador, que disse “**pares cum paribus facillime congregantur**”, violência atrai violência. Isso é o que vivemos hoje no nosso País todo, é, no País todo. E o Senado só tem uma razão de ser, daí existir três Poderes, para um frear o outro. Então, nós, principalmente neste instante, como Presidente desta Mesa Diretora, encerrando esta sessão, advirto o Governo Executivo sobre a violência que estamos vivendo.

A sociedade está vivendo uma barbárie, e isso é de agora, e ela alastrou-se em todo o País, em regiões pacatas, como era o meu Piauí, onde fui Governador há pouco tempo. O Estado é testemunha de que eu fazia cooper toda a semana, aos domingos, no litoral onde nasci, na praia do Coqueiro, Atalaia, sem segurança. E toda semana, eu tirava um dia da noite, onze horas da noite, meia noite, saía com o ajudante de ordem, nas avenidas de Teresina até a residência. E era uma

tranquilidade. E isso aconteceu como aconteceu no Brasil como um todo. Isso é de agora, esta violência. Não era assim, não. É uma barbárie, Senador Delcídio Amaral.

De tal maneira que eu sei que temos dificuldades. Quando governei o Piauí, enfrentei uma dificuldade extraordinária. Estava instalado um crime organizado, e eu tive a coragem, Deus meu deu a coragem, como piauiense, de promover a prisão administrativa do chefe do crime organizado, Correia Lima. Ele foi preso por uma determinação, por um poder que o Governador tem, poder de polícia, e determinei, e, como comandante e chefe da Polícia Militar, foi a Polícia Militar que prendeu o coronel Correia Lima. Então, nós nos livramos daquele episódio, mas agora ele renasceu e enraizado em todas as cidades.

Ontem, eu acabei de receber vários *e-mails*, Dr. Delcídio Amaral, eu não sei como está no seu Mato Grosso do Sul. Então, tem Portal AZ: "bandidos fazem arrastão em bar da zona leste onde estavam deputados, delegados, desembargadores, e prenderam todos". Portal 180º: "Assalto: bandido faz arrastão em restaurante de Teresina". Efrém Ribeiro, um jornalista: "assaltantes fazem arrastão em restaurante e roubam desembargador Oliveira e procurador Emir Martins".

Mas está generalizado de tal maneira que o Sindicato dos Proprietários de Farmácia denunciaram aqui, em *e-mail*, para nós, que, por noite, foram seis assaltos em seis farmácias de Teresina. Eles já estão ganhando mais dinheiro, vamos dizer, inovando a comercialização por telefone, porque os clientes têm medo de ir. E eles não divulgam mais com medo de perder a freguesia.

Um deles, um comerciante, disse que foi assaltado 17 vezes, e o próprio Sílvio Leite, influente líder da estrutura governamental, que foi secretário de comunicação, hoje é de turismo, fez fortes denúncias.

Então, nós, e o Senado é para isso... Eu faço um apelo ao Sr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública, para que chame a atenção do Presidente da República e façamos um mutirão pela paz, pela paz, não por mídia, mas com ações efetivas, que será possível, e que isso chegue até o Piauí.

Recebi ainda trabalhos que chegaram ao meu gabinete do mais íntegro jornalista, que foi Deputado, Carlos Augusto; hoje é comentarista de televisão. Silas Freire, também Deputado e, hoje, vamos dizer, é comunicador. E Tomaz Teixeira, foi líder de Alberto Silva, foi Presidente do PT. O seu *e-mail* também mostra.

Então, fazemos um apelo ao Sr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública,

para que promova ações que minimizem o sofrimento do povo piauiense diante da violência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Sr. Senador Renan Calheiros enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à Tribuna hoje para falar de alguns temas relacionados ao nosso estado, Alagoas, da maior relevância.

O primeiro deles diz respeito às dificuldades atraídas pelo setor leiteiro.

Com a crise global, o mercado virou de ponta cabeça. O preço do leite ao produtor caiu consecutivamente e os custos da aumentaram, em média, mais de 22%.

Em 2009, os baixos preços estão desestimulando a produção e os investimentos.

Uma pesquisa da Conab apurou que os custos operacionais variaram de 64 centavos por litro a 83 centavos por litro, dependendo da região. Estes custos incluem todas as despesas, custos variáveis e depreciações.

Enquanto isso, a média de preço praticada em Alagoas estava em 72 centavos em fevereiro, reduzindo a margem de lucro para alguns poucos centavos ou gerando prejuízo.

A exploração leiteira é o segundo negócio agropecuário do estado, com cerca de 2.500 imóveis rurais ativos, sendo 70% de pequenos e médios produtores. Eles geram 125 mil empregos diretos.

Alagoas é, hoje, o primeiro produtor de leite do Nordeste e o 3º do País.

O estado produz uma média diária de 650 mil litros e tem um rebanho aproximado de 100 mil vacas leiteiras.

Diante do quadro de crise, o setor produtivo do leite sugere e reivindica algumas medidas, que contam com meu absoluto e irrestrito apoio:

- Isenção de ICMS para as Cooperativas de Produção e Comercialização de Produtos Lácteos, por um prazo determinado, a exemplo do que já foi concedido a duas empresas privadas do Setor, em União dos Palmares.

- Dobrar a quantidade diária de leite fornecido pelo Programa do Leite, que hoje é de 53.500 litros/dia, em razão do fato de que o estado apresenta um quadro de 350 mil famílias desnutridas.

- Implantar o programa "Copo de Leite", a exemplo de Minas Gerais, para a aquisição

de leite e derivados para a merenda escolar, que é de extrema importância, porque representa, na maioria dos casos, a única fonte de nutrientes das crianças e adolescentes.

• Adotar como paradigma das Políticas Governamentais para o Setor o atual modelo de exploração leiteira de pequenos produtores no semi-árido alagoano, posto em prática nos municípios de Belo Monte, Jaramataia, Jacaré dos Homens, Monteirópolis e Olho D'Água das Flores.

• Dotar a ADEAL — Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas — com a estrutura necessária para cumprir as metas sanitárias exigidas pelo Ministério da Agricultura, a fim de reclassificar o estado, no que diz respeito à Zona de Risco do controle da febre aftosa, e implementar o programa estadual de controle e erradicação da brucelose e tuberculose.

Outro assunto que me traz à Tribuna é o projeto de duplicação da BR-101 em Alagoas. São 247 quilômetros que atravessam Alagoas, de Sergipe a Pernambuco.

Infelizmente, por diversos motivos, as obras fundamentais para o desenvolvimento do estado ainda não tiveram inicio.

A rodovia, que está incluída no PAC, deveria estar concluída até 2010, com o custo total de R\$720 milhões.

Os editais de licitação já foram adiados por três vezes. E houve seguidos atrasos que afetaram tanto o trecho norte da BR-101, da Barra de São Miguel a Pernambuco, quanto o trecho sul, da Barra de São Miguel a Sergipe.

A bancada federal fez a sua parte, alocando recursos orçamentários que estão garantidos.

É preciso agora que o Ministério dos Transportes e, principalmente, o DNIT faça a sua parte, que é agilizar o processo licitatório e dar início efetivo às obras.

Faço, portanto, um apelo ao Ministro Alfredo Nascimento, nosso colega de Senado, e ao Diretor Geral do DNIT, Luiz Antonio Pagot.

Outro projeto fundamental para a área social do estado é a expansão das agências do INSS.

Em Alagoas, o plano de expansão prevê a instalação de 36 agências.

Cada cidade com mais de 20 mil habitantes que não possui ainda unidades de atendimento INSS será beneficiada.

As obras já estão em execução nos municípios de Arapiraca, Girau do Ponciano, Maribondo, Murici, Pão de Açúcar, Penedo, Porto Calvo, Porto Real do Colégio, Rio Largo, Santana do Ipanema e Viçosa.

Os projetos das novas agências estão em fase execução nas cidades de Atalaia, Boca da Mata, Ca-jueiro, Campo alegre, Coruripe, Craibas, Feira Grande, Igaci, Igreja Nova, Joaquim Gomes, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Maragogi, Marechal Deodoro, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Pilar, Piranhas, São José da Laje, São José da Tapera, São Luis do Quitunde, São Sebastião, Teotonio Vilela e Traipu.

Com o aumento da rede, serão atendidas cerca de 800 mil pessoas.

Quero aqui registrar nosso agradecimento ao Ministro José Pimentel e ao gerente-executivo do INSS, em Maceió, Ronaldo Medeiros.

Outra medida de extrema importância para a Saúde Pública do estado foi a renovação concedida pela Anvisa ao registro do medicamento Lifaltacrolimus, produzido pelo Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas, em Maceio.

Este remédio é considerado um verdadeiro salva-vidas porque é utilizado por pacientes transplantados. E o único fabricado no Brasil e gerou uma economia de mais de 50 milhões de reais para o SUS.

A partir desta resolução da Anvisa, garantindo o direito de fabricação e comercialização, o Lifal continuará aceitando pedidos de compra do medicamento por parte do Ministério da Saúde.

Ficam, portanto, nossos agradecimentos ao Presidente da Agência, Dirceu Raposo de Mello e ao Diretor da Anvisa, Dirceu Barbano.

Era o que tinha a dizer. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrada esta sessão do Senado da República, iniciada às 14 horas do dia 19 de março, toda ela coordenada pelos nossos eficientes Secretários Executivos Zé Roberto e João Pedro. Então, eles traduzem e simbolizam a grandeza e as virtudes dos funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 58 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

19-3-2009
quinta-feira

Aniversários: Mariza Campos Gomes da Silva (Sr. José Alencar, VPR), José Antônio Itapary

Compromissos em Macapá – AP

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1.4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB, PP)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL
EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (29)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)
Delcídio Amaral (PT) (37)	2. Renato Casagrande (PSB) (39)
Aloizio Mercadante (PT) (32)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (31)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (38,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	6. Expedito Júnior (PR) (4,33)
César Borges (PR) (40)	7. João Ribeiro (PR) (41)
 Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (57,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (53,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (54,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,69)
Valdir Raupp (PMDB) (61)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,69)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,63,65)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,70)
Pedro Simon (PMDB) (60,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,69)
VAGO (64)	7. VAGO (64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Moraes (DEM) (52)	3. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Raimundo Colombo (DEM) (49)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,43)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (25)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,23,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (22)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Papaléo Paes (PSDB) (24)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (51)	1. Sérgio Zambiasi (12,51)
Gim Argello (51)	2. Fernando Collor (51)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
38. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
40. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Ikhessarenko.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) (3,19,35)	1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (32)	2. César Borges (PR) (33)
Paulo Paim (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (26,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (30,61)	6. VAGO (30)
Renato Casagrande (PSB) (30,59,63)	7. José Nery (PSOL) (30,62,64)
 Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57)	1. Lobão Filho (PMDB) (53)
Gilvam Borges (PMDB) (9,48)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (52)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (55)
Mão Santa (PMDB) (49)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (50)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (40)	1. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (42)	2. Jayme Campos (DEM) (46)
Efraim Morais (DEM) (12,15,39)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (38)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Lúcia Vânia (PSDB) (25,44)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (20)	6. João Tenório (PSDB) (22)
Papaléo Paes (PSDB) (23)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (21,43)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti (8,11,58)	1. Gim Argello (14,16,60)
PDT	
João Durval (17,47)	1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 11/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
32. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
33. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

43. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (39,72)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,30)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (37)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,31,74)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (32,41)
Expedito Júnior (PR) (35,41)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,36,77)
 Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,65)
Almeida Lima (PMDB) (62,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (56,68)
Gilvam Borges (PMDB) (57,63)	3. Renan Calheiros (PMDB) (58,64)
Francisco Dornelles (PP) (60,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (24,71)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,75)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Patrícia Saboya (12,23,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) (38)	1. João Pedro (PT) (1,37)
Augusto Botelho (PT) (38)	2. Ideli Salvatti (PT) (34)
Fátima Cleide (PT) (38)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,36)
Paulo Paim (PT) (38,51,65)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (31,66)
Marina Silva (PT) (32)	6. VAGO (31)
Expedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (31)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (59)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (8,16,54)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (63)	4. Neuto De Conto (PMDB) (57)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (58)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,56)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,60)
VAGO (62,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,43)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (48)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,47)	3. Jayme Campos (DEM) (46)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Moraes (DEM) (42)
José Agripino (DEM) (13,49)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,50)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,67)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,52)	1. João Vicente Claudino (52)
Romeu Tuma (52)	2. Mozarildo Cavalcanti (52)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
36. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. N.º 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (3)	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
 Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,25)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. VAGO (24)
José Nery (PSOL) (21)	5. VAGO (24)
 Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (37)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (40)
Gilvam Borges (PMDB) (42)	4. Mão Santa (PMDB) (41)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,35)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,31)	1. Heráclito Fortes (DEM) (28)
Rosalba Ciarlini (DEM) (26)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
Gilberto Goellner (DEM) (8)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. Lúcia Vânia (PSDB) (16)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009-GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO (6)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (2)	2. VAGO (6)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,5)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (42)	1. Flávio Arns (PT) (40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (38,73)	2. Marina Silva (PT) (45)
João Ribeiro (PR) (43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) (46,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (44)
Tião Viana (PT) (41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,39,52,67)
Maoria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (6)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (50)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,55)
Demóstenes Torres (DEM) (49)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,57)
Marco Maciel (DEM) (18,29,48)	3. José Agripino (DEM) (23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) (8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) (54)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (34)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (35)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (31,60)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)
Notas:	
1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).	
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).	
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maoria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maoria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude do Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (22)	1. Marina Silva (PT) (25)
Delcídio Amaral (PT) (22,28,60)	2. Paulo Paim (PT) (23,28,58)
Ideli Salvatti (PT) (22)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (24)
Fátima Cleide (PT) (17)	5. Eduardo Suplicy (PT) (21)
João Ribeiro (PR) (18)	6. João Pedro (PT) (16)
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (46)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,53)
Gilvam Borges (PMDB) (47)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,44)
Paulo Duque (PMDB) (52)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,48)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (43,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (49)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	6. VAGO (45,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (30)	2. Efraim Morais (DEM) (35)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (38)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,59)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,57)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Mário Couto (PSDB) (15)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
João Pedro (PT) (18)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,17)
Augusto Botelho (PT) (20,26,49)	3. Expedito Júnior (PR) (21)
Magno Malta (PR) (19)	4. VAGO (23)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) (41,47)
Neuto De Conto (PMDB) (35,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) (39,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,38)	3. Renan Calheiros (PMDB) (43,46)
Valter Pereira (PMDB) (42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (40,45)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (24)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,31)
Raimundo Colombo (DEM) (32)	2. Heráclito Fortes (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (30)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (15)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,27)	1. Sérgio Zambiasi (27,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.º 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of.º 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of.º 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of.º 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of.º 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of.º 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of.º 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of.º 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of.º 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of.º 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of.º 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of.º 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of.º 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of.º 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of.º 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.º 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of.º 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of.º 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of.º 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of.º 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)

PDT

VAGO ⁽¹³⁾	1.
----------------------	----

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB****DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTFátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 17.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 09.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 218 PÁGINAS